UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa

LAURINDA APARECIDA MAIORQUIM GOMES DA SILVA

Identidade Social e Literatura: *As Duas Sombras do Rio* e *As Visitas do Dr. Valdez*

(Versão Corrigida)
SÃO PAULO
2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa

Identidade Social e Literatura: *As Duas Sombras do Rio* e *As Visitas do Dr. Valdez*

Laurinda Aparecida Maiorquim Gomes da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rejane Vecchia da Rocha e Silva

(Versão Corrigida)
SÃO PAULO
2017

Nome: SILVA, Laurinda Aparecida Maiorquim Gomes da

Título: Identidade Social e Literatura: *As Duas Sombras do Rio e As Visitas do Dr. Valdez*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr.:

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr.:

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr.:

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Resumo

Esta dissertação propõe uma interpretação das obras *As Duas Sombras do Rio*, de 2003 e *As Visitas do Dr. Valdez*, de 2004 de João Paulo Borges Coelho, a fim de analisar como esses romances trazem à tona a questão da formação da identidade moçambicana. Para tanto, enfrenta-se os romances a partir dos seguintes aspectos: as relações de influência suscitadas pelo período de 1974-1985, abarcado pelos dois romances; o espaço e o tempo como estruturas decisivas na configuração das relações sociais representadas pelas narrativas. Nesse sentido, interessa observar como esses aspectos articulam-se à formação identitária no bojo de um processo de transição – da situação colonial para a independência, seguida da eclosão da guerra civil – e como eles exercem função estruturante das narrativas. Discute-se, ainda, em que medida o autor moçambicano articula o espaço e o tempo com o intuito de transgredir a narrativa oficial difundida em torno da ideia de nação.

Palavras-chave: João Paulo Borges Coelho. Literatura moçambicana. História de Moçambique. Identidade.

Abstract

This dissertation propound an interpretation of two of João Paulo Borges Coelho's titles – *As Duas Sombras do Rio* (2003) and *As Visitas do Dr. Valdez* (2004) – in order to analyze how these novels bring to light the issue of the formation of mozambican identity. Thereunto, the novels are confronted from the following aspects: the influence relations raised by the period from 1974 to 1985, covered by the two novels; space and time as decisive structures on the configuration of social relations represented by the storylines. In these ways, it is important to observe how these aspects are articulated to the identity formation in the core of a transition process – from the colonial status to the independence, followed by the outbreak of the civil war – and how they exert a structuring function of the narratives. It is also discussed to what degree the mozambican author links the space and the time aiming to transgress the widespread official narrative around the idea of nation.

Key words: João Paulo Borges Coelho. Mozambican literature. History of Mozambique. Identity.

Identidade

Preciso ser um outro
para ser eu mesmo

Sou grão de rocha
Sou o vento que a desgasta

Sou pólen sem inseto

Sou areia sustentando
o sexo das árvores

Existo onde me desconheço
aguardando pelo meu passado
ansiando a esperança do futuro

No mundo que combato
morro
no mundo por que luto
nasço

Mia Couto, em *Raiz do Orvalho*

Uma chama não perde nada ao acender outra chama

(Provérbio africano)

Agradecimentos

À Rejane Vecchia, pela confiança e também pela disposição e paciência durante todo o processo de construção desta pesquisa;

À Leila M. G. Hernandez e ao Benjamin Abdala, que participaram do exame de Qualificação, pela leitura atenta e sugestões precisas;

À Teresa Cruz e Silva, pela generosidade e estímulo intelectual;

Aos companheiros de estudos pelos debates, em especial aos africanos;

Ao Marques, por tudo;

Ao Vítor, e o desejo de que novas escritas se abram em sua trajetória;

À Ana Lúcia, pelo cuidado com o Abstract;

À Capes, pelo apoio ao desenvolvimento desta pesquisa.

Índice

Considerações Iniciais	09
1. Literatura e <i>História</i> : a possibilidade de outras <i>histórias</i> da nação	21
 Capítulo I: Zumbo – um espaço em movimento	25
1. Os enredos do Zumbo	25
2. Um breve parêntese geográfico.....	57
 Capítulo II: Ambiguidades, assimetrias e tensões	66
1. A imitação como “arena entrelaçada”	66
2. Vicente/Dr. Valdez: a farsa dos contrários.....	79
3. Gerações em perspectiva	83
 Capítulo III: Frelimo – da radicalização às contradições.....	97
 Considerações Finais.....	105
 Bibliografia.....	112

Considerações Iniciais

*As Duas Sombras do Rio*¹ (2003) e *As Visitas do Dr. Valdez*² (2004) são as duas obras que encabeçam o projeto literário do autor moçambicano João Paulo Borges Coelho, e que foram contempladas nesta pesquisa para uma análise de alguns pressupostos a respeito do conceito de identidade em Moçambique. Historiador de formação, como ficcionista João Paulo transita entre o conto e o romance, gêneros a partir dos quais vem tematizando as guerras de independência e civil de Moçambique. Assim, estruturado das mais variadas formas, o tema das guerras, espécie de identidade de escrita dentro da prosa moçambicana, também ocupa um significativo espaço dentro da produção literária de João Paulo. Com efeito, não obstante as particularidades estéticas de cada autor, trata-se de uma literatura empenhada em problematizar, ou ainda, engendrar através da arte, uma espécie de “balanço crítico”³ do processo de independência moçambicano em que as guerras emergiram trazendo velhos e novos conflitos. No espectro dessa produção literária, há também, em meio às guerras, a necessidade de trazer aspectos das potencialidades futuras (nem sempre apontadas para uma mesma direção) em que algumas aproximações se tornam inevitáveis a partir de confluências e divergências que se notam, por exemplo, entre João Paulo, Mia Couto, Paulina Chiziane, Ungulani Ba Ka Khosa e Nélson Saúte. Em comum, é perceptível uma mesma preocupação recorrente: fincados no presente, o que se destaca a partir das imagens que se constituem por meio da ficção é uma crítica ora mais contundente, ora menos, da manutenção da “velha ordem econômica internacional”⁴, e como à proposta de construção do Estado-nação moçambicano se seguiria uma resposta autoritária e militar.

Por outro lado e colocando as obras de João Paulo na chave do comparativismo, o interesse por *As Duas Sombras do Rio* e *As Visitas do Dr. Valdez* para analisar a identidade moçambicana concentrou-se, basicamente, no fato de que a significação do tema das guerras é ampliada, uma vez que elas são arrancadas do espaço e do tempo próprios da ação central das narrativas. E uma vez que com essa ampliação o romancista conseguiu

¹ COELHO, João Paulo Borges. *As Duas Sombras do Rio*. Lisboa: Caminho, 2003. Todas as citações referem-se a esta edição, portanto virão acompanhadas apenas pelo número da página entre parênteses, sem a necessidade de uma identificação pormenorizada no rodapé do texto.

² COELHO, João Paulo Borges. *As Visitas do Dr. Valdez*. Alfragide: Leya, SA, 2010. Todas as citações referem-se a esta edição, portanto virão acompanhadas apenas pelo número da página entre parênteses, sem a necessidade de uma identificação pormenorizada no rodapé do texto.

³ MUNANGA, Kabengele. “África – trinta anos de processo de independência”. *Revista USP*, nº 18, jun/jul/ago 1993, p. 102-111.

⁴ Idem, p. 102-111.

estabelecer duas relações imprescindíveis à literatura de ficção – Particular/Universal e Realidade/Invenção⁵, consideramos pertinente uma interpretação das obras com o propósito de problematizar as representações realizadas acerca da identidade moçambicana sob a perspectiva do nacionalismo da Frelimo.

Assim, tal identidade pode ser observada à luz de uma experiência histórica resultante de um processo de exploração das diferenças entre povos moçambicanos, pautada pelo “espírito da política de dividir para dominar”⁶ engendrado pelo colonialismo, seguido do projeto de “construção de um Estado-nação no modelo ocidental e baseado na estrutura de um partido único”⁷. Nossa intenção foi a de mostrar, portanto, como a literatura absorve esses percursos, articulando-os de modo a sugerir ao leitor que o conceito de identidade não corresponde tranquilamente a paradigmas capitalistas ou socialistas (nos moldes ocidentais). Nesse sentido, o ponto de partida foi o de que os romances se interessam menos por definir o que seja uma identidade moçambicana, posto que questionam a identidade política defendida pela Frelimo, e mais por incitar o leitor a elaborar “um conceito mais lato de identidade”⁸ conforme contextos históricos.

Quanto à escolha teórica através da qual procuramos realizar uma leitura crítica de *As Duas Sombras do Rio* e *As Visitas do Dr. Valdez* a fim de analisar a identidade moçambicana, é importante traçar algumas linhas.

Como se verá no decorrer dos capítulos desta dissertação, procuramos discutir sobre a identidade à luz de “processos e inter-relações de que se compõe a realidade”⁹ moçambicana. Dessa perspectiva, consideramos possível compreender a identidade ancorando-nos nos “dois lados da contradição ao mesmo tempo”¹⁰. Contradição esta que se estabelece, na linha do antropólogo Georges Balandier (1993) no bojo de uma “conjuntura particular”, a dizer, da “situação colonial”¹¹.

⁵ CANDIDO, Antonio. *A Educação pela noite*. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2011, p. 75.

⁶ MUNANGA, Kabengele. “Cultura, identidade e Estado Nacional no contexto dos países africanos”, p. 297. II RIHA, 1996: 297-300.

⁷ Idem, p. 298.

⁸ CRUZ E SILVA, Teresa. “Educação, identidade e consciência política: a missão suíça no sul do Moçambique (1930-1975)”. Lusotopie 1998, pp. 132-133.

⁹ KONDER, Leandro. *O que é dialética?* São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 32.

¹⁰ EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 34.

¹¹ Entenda-se que ao utilizar a categoria “situação colonial” ao longo da pesquisa, consideramos Moçambique não apenas em si, mas no bojo do contexto colonial, ou seja, não há como analisar as relações sociais moçambicanas sem atentar ao reordenamento engendrado pela colonização. Cf.: BALANDIER, Georges. “Introdução: Questão Colonial Revisitada” e “A Noção de Situação Colonial”. In: Cadernos de Campo, nº 3, 1993. SP: FFLCH/USP, pp. 103-131.

Nesse sentido, enfatizamos a importância de abrir mão da “lógica excludente” de análise, fundada em “incongruências” entre colonos e colonizados através da qual a “história é percebida de forma linear”, posto que assim, podem ser negadas as possíveis (re)definições do *velho* ou do *novo*, além da interpenetração de temporalidades. Dessa maneira, importou também, na linha de Balandier, tomar “o partido da totalidade” para não privilegiar “unicamente uma das implicações da situação colonial”¹². Na linha do antropólogo, é possível observar a relevância desse partido quando deparamo-nos com a forma “caricatural” da África do Sul, por exemplo, que nos “mostra como os aspectos econômicos, políticos e raciais estão estreitamente ligados”¹³.

Além disso e admitindo-se a capacidade criativa da literatura de questionar perspectivas canônicas de interpretação histórica, cabe ressaltar na linha de Eagleton (1996) que as totalidades não são necessariamente homogêneas¹⁴. Assim, ao tratar da economia a pretensão não foi de alçá-la ao lugar de sujeito da história, tampouco recair em um historicismo econômico, mas atentar ao fato de que as relações econômicas mundiais ordenaram certas relações entre a sociedade colonial e a sociedade colonizada, provocando tensões e conflitos¹⁵. Com isso, a nosso ver, João Paulo não só problematiza a identidade nacional, como a retira da chave do essencialismo da diferença e da estrita determinação econômica¹⁶, explorando-a para além do senso do real através da imaginação.

Em que pese a visão crítica de Mbembe quanto às formas de construção e representação da identidade africana, é certo que nos limites desta pesquisa, há grandes chances de recairmos em uma forma simplista ao esboçar, através da leitura de *As Duas Sombras do Rio* e *As Visitas do Dr. Valdez*, como tais obras representam a identidade no contexto moçambicano. Todavia, partimos do pressuposto de que ao estilizar acontecimentos históricos nas narrativas em questão, João Paulo mobilizou elementos externos e internos alcançando uma articulação que permite entrever a identidade sob a perspectiva de “múltiplas bases do poder social”¹⁷.

¹² BALANDIER, Georges. “Introdução: Questão Colonial Revisitada” e “A Noção de Situação Colonial”. In: *Cadernos de Campo*, nº 3, 1993. SP: FFLCH/USP, pp. 107-108.

¹³ Idem, p. 112.

¹⁴ EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 20.

¹⁵ BALANDIER, Georges. “Introdução: Questão Colonial Revisitada” e “A Noção de Situação Colonial”. In: *Cadernos de Campo*, nº 3, 1993. SP: FFLCH/USP, p. 111.

¹⁶ Fazemos menção aqui a alguns dos historicismos apontados por Mbembe. Cf.: MBEMBE, Achille. “As Formas Africanas de Auto-Inscrição” In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº 1, 2001, p. 171-209.

¹⁷ Idem, pp. 171-209.

Não é ao acaso que do recorte temporal de aproximadamente uma década abarcada pelo tema central dos dois romances (1974-1985), o leitor é levado a realizar recuos sistemáticos. Em *As Duas Sombras do Rio* temos ao longo dos quarenta e três capítulos, uma crítica enfática às complexas tensões políticas, econômicas e sociais do presente pós-independência contrapostas ao passado não exclusivamente ligado ao período colonial, avançando em ritmo de alternância entre diferentes momentos cronológicos para problematizar a realidade que se consolida pós-1975. É notável, portanto, os diversos enredos que compõem *As Duas Sombras do Rio*, interligados ao tema central da guerra civil. Tanto que, para trazê-los à tona, consideramos de extrema relevância focalizar o espaço e o tempo. As regiões demarcadas no mapa reproduzido logo no início do livro de 2003 localizam o leitor frente ao fio constitutivo do tecido social que será representado ao longo da narrativa, pois serve de roteiro para que se possa acompanhar mais objetivamente os traçados dos acontecimentos históricos que “seriam inobserváveis (invisíveis) se não estivessem articulados em algum sistema prévio que fixa seu significado não no passado, mas no presente”¹⁸.

Não se pode ignorar que quem nos auxilia na inteligibilidade desse sistema é o narrador, instância capaz de possibilitar ao autor “dizer com maior clareza, se assim o desejar, aquilo que a própria trama dos acontecimentos não for capaz de exprimir”¹⁹. Daí um dos pontos de vista presente ser o do autor implícito²⁰, conforme especificaremos adiante.

À vista da cartografia presente na narrativa, importante destacar a presença de ‘dois’ Moçambiques – o do norte e o do sul. Desse espaço temos mais dois planos de fronteira – um que nos leva para fora de Moçambique, ou seja, para regiões da Zâmbia e do Zimbábue, e outro que nos leva para dentro de Moçambique, ou ainda, às aldeias do norte e do sul da região do Zumbo, focalizando, principalmente, Feira, Bawa e Panhame.

¹⁸ SARLO, Beatriz. *Tempo Passado – Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*. Minas Gerais, Editora UFMG e Companhia das Letras, 2005, p. 114.

¹⁹ PRADO, Décio de Almeida. “A personagem no teatro”. In: CANDIDO, Antonio. *A Personagem de Ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 86.

²⁰ Já assinalamos aqui a importância da presença do “autor implícito” nas obras, como técnica que viabiliza a mescla entre base histórica dos acontecimentos e subjetividade das personagens. BOOTH, Wayne C. *A retórica da ficção*. Lisboa: Arcádia, 1980.

Inscrita no tempo (histórico e da narrativa)²¹, é essa realidade espacial que vai se construindo através dos vários enredos, mostrando ao leitor o movimento “global, totalizado”²² da sociedade moçambicana, ao mesmo tempo em que são desveladas mudanças que ocorreram a “diferentes níveis e em diferentes tempos: a economia, a política, as relações sociais, a paisagem e a cultura mud(ando) constantemente, cada qual segundo uma velocidade e direção próprias – sempre, porém, inexoravelmente vinculadas umas às outras”²³. E quem nos introduz nesse movimento é Leónidas Ntsato, personagem principal possuído pelos espíritos do norte e do sul, e através de quem são geridas “as crises sociais e pessoais”²⁴ que nos remetem à realidade social moçambicana.

Longe de pretender esmiuçar as fronteiras e características geográficas de Moçambique, ao sugerirmos uma leitura de *As Duas Sombras do Rio* através da “estrutura espaciotemporal”²⁵ representada na narrativa, nos propomos a esboçar algumas questões cuja importância para a análise da questão da identidade está na possibilidade de ampliar a visão sobre a guerra civil entre o governo da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) e a oposição encabeçada pela Renamo (Resistência Nacional Moçambicana) no período da década de 1980, no bojo do projeto de construção da identidade nacional.

No romance *As Visitas do Dr. Valdez*, obra posterior, as relações sociais engendradas *na e pela* sociedade colonial são desveladas pela memória, elemento central para o desenvolvimento dos cinco capítulos do livro, já que as personagens se encontram nos últimos dias da ocupação colonialista.

²¹ Remetemos à distinção elaborada por Todorov em *Les catégories du récit littéraire* (1966) recuperadas por Benedito Nunes: “O tempo do discurso é, num certo sentido, um tempo linear, enquanto que o tempo da história é pluridimensional. Na história muitos eventos podem desenrolar-se ao mesmo tempo. Mas o discurso deve obrigatoriamente colocá-los um em seguida a outro; uma figura complexa se encontra projetada sobre uma linha reta”. NUNES, Benedito. *O tempo na narrativa*. Ática: São Paulo, 2000, p. 27.

²² SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 72.

²³ Idem, p. 72.

²⁴ HONWANA, Alcinda Manuel (2002). *Espíritos Vivos, Tradições Modernas – Possessão de Espíritos e Reintegração Social Pós-Guerra no Sul de Moçambique*, Ed. Promedia, p. 33.

²⁵ Introduzimos aqui essa categoria a partir de Milton Santos, com o propósito de enfatizar a relevância de ultrapassar, ainda que esteja ancorada na literatura, o espaço e o tempo como categorias explicativas limitadas à estrutura narrativa. Assim, importou acrescentar a concepção de que espaço e tempo podem nos mostrar certos processos sociais, marcados, dentre outros fatores, pelo capital e conflitos políticos. Cf.: SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 68.

E ao tematizar a transição da situação colonial para a independência, *As Visitas do Dr. Valdez* traz à tona o desmantelamento de velhas hierarquias em contraponto com a manifestação do *ishima* (respeito), elemento que também nos propusemos a analisar. Para tanto, veremos que o romance organiza uma genealogia desse *sentimento* a fim de problematizar a sua permanência em Moçambique independente, momento cuja proposta era a de ruptura da sociedade com a lógica colonial, sugerindo, assim, algumas das limitações impostas à Frelimo e a seu projeto de construção da nação moçambicana.

E como ação que nos introduz nesse novo momento histórico, temos, logo de início, a fuga das irmãs Sá Caetana e Sá Amélia da “Casa Grande” localizada na região da Ilha do Ibo para a cidade da Beira, em virtude do avanço da guerra de independência. Acompanhadas pelo *criado* Vicente, as *senhoras* instalam-se na Beira. Acostumada à “verticalidade solidária” (p. 16) que havia conduzido sua vida no Ibo, espaço que na ocasião da independência também já havia perdido sua importância política e econômica, Sá Caetana, a “Senhora Grande”, incomodava-se com a dinâmica social da cidade da Beira, onde o prenúncio de uma autonomia se manifestava. Tanto que para amenizar os sobressaltos de Sá Amélia provocados pela senilidade, Sá Caetana acaba por recuperar a figura do Dr. Valdez como estratégia para não romper os fios que a ligava ao passado, pois trata-se de um médico já falecido e que será imitado por Vicente para distrair a “patroinha”. Assim, Dr. Valdez deixa de ser apenas uma lembrança e acaba por instaurar o trânsito entre o real e o imaginário, contaminando o apartamento da Beira com uma perspectiva temporal mais larga.

De modo geral, portanto, é possível dizer que se por um lado cada obra se ocupa de um determinado momento histórico, em ambos os romances observamos uma história cuja tessitura ocorre pelo entrelaçamento de várias histórias. Ancoradas no presente da ação central de cada narrativa, é no movimento dessas histórias que as personagens se interrogam sobre o passado, o presente e o futuro.

Quanto à organização interna da dissertação, no primeiro e segundo capítulos procuramos especificar alguns dos elementos históricos que contribuíram para a formação do universo ficcional das obras, sondados, principalmente, a partir das personagens Leónidas Ntsato em *As Duas Sombras do Rio* e Vicente em *As Visitas do Dr. Valdez*, pelo fato delas adquirirem significação em face do espaço e de reunirem fios dispersos da realidade moçambicana.

No caso do romance de 2003, o questionamento da identidade nacional vai se constituindo no âmbito do espaço e do tempo²⁶. E como personagem emblemático desse

processo, temos Leónidas Ntsato, pescador que nos introduz no conflito resultante da tensão fronteiriça. Determinante de uma trajetória social que nos remete ao campo, essa tensão se organiza a partir de um curso histórico marcado por uma dinâmica que inter-relaciona o desenvolvimento da situação colonial e a independência política, em que a planície do Zambeze merece destaque.

É nesse espaço abalado pelo m'fiti, maldição proferida por Leónidas Ntsato e que prenuncia os ataques à região do Zumbo provocados pela guerra entre a Frelimo e a Renamo no período da década de 1980, que observamos o movimento de fuga das personagens, caracterizando um “bifurcado cordão umbilical” (p. 111) ligando ao Zumbo as aldeias de Bawa e da Feira na luta pela sobrevivência.

Por outro lado e também responsável pela representação de fronteiras não só geográficas, mas entre o passado colonial e o presente pós-independência, procuramos lançar luz a outras referências históricas, tais como o protagonismo da igreja católica no processo de exploração mercantil engendrado pelos portugueses, a revolta geral do Bruma, motivada pelo tráfico de escravos no Zumbo, e o tráfico de marfim na planície do Zambeze, prática responsável por tensões entre Zâmbia, Moçambique, Zimbábue e Tanzânia.

No caso de *As Visitas do Dr. Valdez*, é através do tempo no compasso da memória suscitada pelas visitas do médico subterrâneo (p. 71) imitado por Vicente para distrair Sá Amélia que entrevemos a configuração do *ishima* (respeito), analisado sob a perspectiva de uma subjetividade construída historicamente, resultante de relações sociais forjadas pela situação colonial, e não como uma subjetividade abstrata, ou ainda, de um sujeito histórico como ente abstrato, idealizado. Resíduo de uma “cultura comum de opressão”²⁷, ele é constitutivo de “tipos de vida e (de) maneiras de pensar resultantes da ação colonial”²⁸. Ou seja, tentamos chamar a atenção para o modo como Vicente reage ao *ishima* (respeito),

²⁶ Importante frisar que ao fazer essa observação, não pretendemos condicionar a identidade moçambicana à tradição e à autoctonia, como problematizado em Achille Mbembe. Cf.: MBEMBE, Achille. “As Formas Africanas de Auto-Inscrição” In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº 1, 2001, p. 198.

²⁷ GENTILI, Anna Maria. *O Leão e o Caçador: Uma História da África Sub-saariana*. Maputo: AHM, 1998, p. 28.

²⁸ BALANDIER, Georges. “Introdução: Questão Colonial Revisitada” e “A Noção de Situação Colonial”. In: *Cadernos de Campo*, nº 3, 1993. SP: FFLCH/USP, p. 103-131.

observando como tal sentimento se articula na consciência dele frente às patroas no contexto da transição do colonialismo para a independência à luz da imagem do pai, Cosme Paulino.

Procuramos, então, discutir em que medida *As Visitas do Dr. Valdez* problematiza a identidade no âmbito da tensão entre subjetividades, constituídas historicamente. Percebemos que, de um modo geral, a memória é posta “deliberadamente no cenário dos conflitos atuais”²⁹ para neles atuar. Assim, consideramos que a memória não funciona como um simples elemento introdutor do passado para reger o presente, mas como um ato de oposição ao poder³⁰, cuja natureza se define por aquele que recupera imagens para (re)compor a sua própria identidade.

Quanto à análise das estruturas narrativas propriamente ditas, cumpre dizer que ao nos debruçarmos sobre os romances procuramos mostrar como a dinâmica social representada em cada um deles está relacionada às condições para a representação do discurso das personagens, resultando, assim, em determinadas escolhas estéticas, tal como algumas modalidades de ponto de vista, como procuramos assinalar na linha de Booth³¹. De modo geral, enfatizamos a categoria de *autor implícito*, sugerindo que João Paulo Borges Coelho apesar de tentar ser imparcial, não é neutro quanto a todos os valores expressados nas obras. Disso, resultou, por exemplo, seu “interesse irônico” por determinados aspectos narrados. Consideramos, portanto, que o autor moçambicano não desaparece efetivamente da narrativa, pois ele cria um narrador cuja variedade de pontos de vista engloba o autor implícito. A propósito desses pontos de vista, também procuramos destacar como as histórias vão se inter-relacionando dentro da história através de algumas técnicas, como o *encadeamento* e o *encaixe*, conforme especificaremos adiante.

No terceiro capítulo, procuramos traçar um breve percurso da Frelimo e lançar luz a algumas das dificuldades enfrentadas pela Frente/partido, tendo como horizonte a formação da Renamo. Outra questão assinalada é que sob o ideal da identidade nacional, oficializado com o *II Congresso* da Frente em 1968, a narrativa organizada pela Frelimo se desenvolveria em torno da independência e do apelo constante ao combate posterior ao *inimigo interno* para que se pudesse construir uma identidade nacional a despeito das diferenças constitutivas da sociedade moçambicana.

²⁹ SARLO, Beatriz. *Tempo Passado – Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*. Minas Gerais, Editora UFMG e Companhia das Letras, 2005, p. 60.

³⁰ TODOROV, Tzvetan. *Los Abusos de la Memoria*. Barcelona, Paidós, 2008, p. 19.

³¹ BOOTH, Wayne C. *A retórica da ficção*. Lisboa: Arcádia, 1980.

Dessa forma, procuramos enfatizar a importância das obras na linha de oposição às narrativas oficiais da identidade nacional, uma vez que elas repõem a identidade a partir de diferenças, ao trazerem as guerras de independência e civil como parte de um processo histórico mais amplo, cujas raízes são sugeridas pelos romances através do espaço e do tempo.

Há, ainda, nas Considerações Finais uma breve indicação de algumas possíveis aproximações e contrastes entre as obras e respectivas implicações sobre a significação das narrativas.

Por fim, ao discutirmos sobre a identidade moçambicana não se pode deixar de lançar luz à “rapacidade do capitalismo”³² tendo em vista o protagonismo de Moçambique numa teia de relações de forças. Assim, sob a perspectiva da relação entre o regional/local e continental/internacional, consideramos a situação colonial sem perder de vista o Imperialismo em sua formação ideológica entrelaçada aos temas das guerras de independência e civil.

Para isso, consideramos relevante chamar a atenção para o impacto da ação engendrada pelo continente europeu sobre a África sem perder de vista o continente africano a partir dele mesmo e a forma independente como ele se organizava. Dessa posição, um dos aspectos a ser ressaltado é o de que entre os séculos XVI e XIX as “estruturas sociais, econômicas e políticas africanas” sofreram mudanças provocadas tanto por fatores internos, “de ordem demográfica ou ecológica”, quanto externos, “como o comércio de escravos, o cristianismo, o islã e o capitalismo”³³.

Somado a esse quadro, o *novo* Imperialismo de 1875 a 1914, conforme periodização sugerida por Hobsbawm³⁴, esteve intrinsecamente relacionado ao

desaparecimento brutal dessa independência, por ação e para proveito exclusivo dos Estados europeus, (que) constitui a primeira característica deste período. A segunda prende-se às violências que acompanharam a aceleração da penetração estrangeira: sucederam-se as guerras de conquista e de resistência, as migrações, as epidemias, as fomes e as catástrofes ecológicas – nunca os africanos tinham sofrido num período tão curto de tempo tantos e tão terríveis choques³⁵.

³² MBEMBE, Achille. “As Formas Africanas de Auto-Inscrição” In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº 1, 2001, p. 186.

³³ DIAGNE, P. “As estruturas políticas, econômicas e sociais africanas durante o período considerado”. In: OGOT, Bethwell (Editor do Volume). *História Geral da África. Volume V. África do Século XVI ao XVIII*. Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África. Unesco – São Paulo: 2010, pp. 27-53.

³⁴ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios – 1875 – 1914*. SP/RJ: Paz & Terra, 2016, p. 94.

³⁵ M'BOKOLO, Elikia. *África Negra – História e Civilizações (Tomo II – Do século XIX aos nossos dias)*. Bahia: EDUFBA, 2011, p. 329.

Dessa forma, o Imperialismo ignorou as mudanças históricas endógenas das sociedades africanas, propiciadas pela relativa independência dessas sociedades com o resto do mundo, que regia, inclusive, a integração de grande parte da África “aos circuitos comerciais mundiais que a ligavam estreitamente à Europa, à América e à Ásia”³⁶.

Segundo Hernandez (2008), até 1880 o controle político direto sobre o continente africano “era muito reduzido, limitando-se a pequenos enclaves, meras plataformas comerciais”³⁷. Como já não era mais possível ao “centro metropolitano dominante” governar à distância, com o colonialismo, “quase sempre uma consequência do Imperialismo”³⁸, a expansão imperial por parte dos Estados caracterizou-se

por forte assimetria e violenta dominação que se manifesta de formas diversas, como nas relações de preponderância das metrópoles sobre as áreas de influência, protetorados e colônias. [...] ou, ainda, nas diversas facetas da política de dominação e exploração praticada em diferentes proporções pelos Estados ricos em relação aos Estados pobres³⁹.

Segundo Hobsbawm, “o período entre 1875 e 1914 pode ser chamado de Era dos Impérios não apenas por ter criado um *novo* tipo de Imperialismo, mas também por um motivo muito mais antiquado”. Isso porque à medida que os Estados se expandiam, seus governantes se “autodenominavam ‘imperadores’”, “ação política necessária”⁴⁰ e que operava junto à economia para garantir o domínio no bojo da assimetria e da dominação pela violência, conforme acabamos de referir na linha de Hernandez.

Não há, portanto, como negar as “raízes econômicas” do Imperialismo, sobretudo quando o assunto é o colonialismo. Porém, o desafio é o de reconhecer a sua relação com uma ação política calcada em estratégias culturais e ideológicas, necessárias à aquisição das colônias e à manutenção de uma “economia global única”⁴¹.

Trata-se de um período de revolução científica e tecnológica, em que houve necessidade de novas matérias-primas e novas transações econômicas. Os caminhos de ferro dependiam do aço, ao passo que os bancos sustentavam as grandes companhias para a abertura dos trilhos.

³⁶ OGOT, B. A. “A história das sociedades africanas de 1500 a 1800: conclusão”. In: OGOT, Bethwell (Editor do Volume). *História Geral da África. Volume V. África do Século XVI ao XVIII*. Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África. Unesco – São Paulo: 2010, p. 1058.

³⁷ HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na Sala de Aula – Visita à História Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 51.

³⁸ SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 42.

³⁹ HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na Sala de Aula – Visita à História Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 73.

⁴⁰ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios – 1875 – 1914*. SP/RJ: Paz & Terra, p. 94.

⁴¹ Idem, p. 102.

Especialização e regionalização caminharam juntas nesse momento, em que impérios coloniais imitavam-se uns aos outros formando um Centro, no qual se concentrava o poder dependente de uma Periferia cuja economia era primária e atrasada.

De modo geral e seja qual for a abordagem teórica do Imperialismo, é preciso dizer que as condições econômicas, políticas, culturais e ideológicas relacionadas ao *novo* Imperialismo e à expansão colonial para a África no período já mencionado continuam sendo objeto de análise da História e tema para a literatura como podemos observar nos romances analisados nesta dissertação.

Dito isso, ao sondar as “relações entre o expansionismo territorial e o Imperialismo”⁴² sugeridas pelos romances, procuramos não perder de vista a realidade social na qual elas estão ancoradas. Nessa linha e considerando o universo representado nos romances, importante destacar a relevância conferida ao espaço como instância capaz de responder ao “impulso decisivo à exploração do continente africano”⁴³:

[...], desde fins do século XVIII – e de modo crescente no século XIX –, o que deu impulso decisivo à exploração do continente africano foi a procura por grandes eixos de acesso ao interior, da maior importância para os interesses comerciais, sobretudo dos ingleses e franceses. Foi o que estimulou a procura pela nascente do Nilo e a descoberta dos cursos do Rio Níger (com cerca de 4.200 quilômetros na África Ocidental), do Zaire (com 4.700 quilômetros, do leste angolano ao Atlântico) e do Zambeze (com 2.700 quilômetros, unindo Zaire e Angola ao Índico).⁴⁴

É preciso dizer ainda, conforme Hobsbawm, que nesse momento a civilização “precisava do exótico”⁴⁵. Daí a importância para os países capitalistas da “expansão econômica ultramarina e (d)a exploração do mundo ultramarino”, tornando possível a criação de uma economia global única, conforme já mencionado:

[...], o fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido [...]. Sem isso não haveria um motivo especial para que os Estados europeus tivessem um interesse algo mais que fugaz nas questões, digamos, da bacia do rio Congo, ou tivessem se empenhado em disputas diplomáticas em torno de algum atol do Pacífico⁴⁶.

⁴² HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na Sala de Aula – Visita à História Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 76

⁴³ Idem, p. 76

⁴⁴ Idem, Ibidem, p. 55.

⁴⁵ Hobsbawm, Eric. *A Era dos Impérios – 1875 – 1914*. SP/RJ: Paz & Terra, 2016, p. 103.

⁴⁶ Idem, p. 102.

Diante do exposto, importante reter que a criação dessa economia ocorreu, dentre outros fatores, à custa da destruição de organizações sociais e economias locais, e da sobreposição de uma cultura dominante comprometida com a acumulação de capital.

A propósito da violência referida, cabe mencionar o aperfeiçoamento da ideologia “como arma política”⁴⁷. Veja-se o racismo combinado à burocracia colonial, “principal arma ideológica da política imperialista”⁴⁸ que originou um poder político capaz de exercer seu domínio em nível global através de uma violência institucionalizada.

Nessa linha, justificava-se o modelo de administração transferido para as colônias, fundado em estruturas hierarquizadas e profundamente comprometidas com a destruição das identidades africanas⁴⁹, dando continuidade ao longo processo de “roedura”⁵⁰ do continente, fortalecido com a Conferência de Berlim. Além de remeter aos séculos XV e início do XVI, o processo de “roedura” tem como marco a Conferência de Berlim (1884-1885)⁵¹. Isso porque além de remeter ao périplo africano no início do século XV e ao comércio de escravos entre os séculos XVI e XIX, esse processo intensificou-se com o Imperialismo, pois com a Conferência efetivou-se a “partilha europeia e (a) conquista da África”⁵², e confirmou-se o “protagonismo europeu no momento em que (foram) traçadas as modernas fronteiras do continente [...], desencadeando-se um processo cujas consequências se fazem sentir até os dias atuais”⁵³.

É certo que as obras analisadas nesta dissertação apresentam sinais dessa continuidade. Tanto que, para além da constatação, interessou observar como determinadas imagens do passado se fixaram às narrativas, revelando a violência e a resistência na chave do verossímil (e não da verdade), sem que para tal João Paulo Borges Coelho abdicasse de perseguir “as convenções necessárias ao conjunto autônomo da(s) obra(s)”⁵⁴.

⁴⁷ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo – Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 235.

⁴⁸ Idem, p. 235

⁴⁹ HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na Sala de Aula – Visita à História Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008, pp. 91-95.

⁵⁰ Idem, p. 45.

⁵¹ Idem, Ibidem, p. 45.

⁵² Idem, Ibidem, p. 45.

⁵³ Idem, Ibidem, p. 45.

⁵⁴ FORSTER, E. M. *Aspectos do Romance*. Porto Alegre: Globo, 1974, p. 12.

[...] quando escrevi Não os cruzados foram-se embora, por isso não me adianta nada procurar resposta ao Porquê na história a que chamam verdadeira, tenho de inventá-la eu próprio, outra para poder ser falsa, e falsa para poder ser outra (1989:129)

José Saramago em *História do cerco de Lisboa*

Quem escreve, contribui e se inscreve num processo histórico de elaboração nacional. (2014:20)

Antonio Candido em *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos*

Literatura e História: a possibilidade de outras histórias da nação⁵⁵

Quando nos voltamos à História da literatura em Moçambique, vemos que o seu desenvolvimento, assim como em outros países, esteve fortemente relacionado à construção nacional, permitindo-lhe para tal assumir “características orgânicas de um sistema”⁵⁶. E se considerarmos que tal sistema também se caracterizou pela formação de uma “continuidade literária”⁵⁷, João Paulo Borges Coelho é um dos autores que assegura no tempo o movimento conjunto⁵⁸ desse sistema.

Antes de tratar do ficcionista contemplado nesta pesquisa, sugerimos localizar do ângulo que nos interessa a presença da Frelimo no início desse movimento enquanto instância desencadeadora de uma nova vida intelectual e artística em Moçambique, sobretudo a partir do *II Congresso* em 1968, pela vitória da linha (militar)-revolucionária⁵⁹ que a partir de então vai impulsionar a luta pela independência. Dessa forma, na linha das motivações políticas e ideológicas, uma das ações da Frente foi o enquadramento da História da literatura moçambicana em “três momentos marcadamente políticos”⁶⁰, determinantes para a afirmação daquilo que ela considerou como cânone literário:

⁵⁵ Sem perder de vista o entrelaçamento entre essas duas instâncias, distinguimos História (ciência) de história (ficção), considerando o fato de que por meio da literatura, João Paulo Borges Coelho conseguiu criar outras narrativas em torno do tema da nação moçambicana.

⁵⁶ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos*. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2014, p. 43.

⁵⁷ Idem, p. 25.

⁵⁸ Idem, Ibidem, p. 25.

⁵⁹ BASTO, Maria-Benedita. *A guerra das escritas – literatura, nação e teoria pós-colonial em Moçambique*. Lisboa: Vendaval, 2006, p. 83.

⁶⁰ Idem, p. 72.

“o colonialismo (no sentido que ele toma no século XIX); o início da descolonização e das lutas anticoloniais nos países colonizados (entendendo por lutas, as formas de conscientização mais ou menos violentas); e finalmente, o início em Moçambique da luta de libertação nacional”⁶¹.

Além da demarcação de um cânone literário, a Frelimo elaborou uma teoria literária na “postulação da história da nação”⁶², publicada durante os dois primeiros números de 1969 da revista *Mozambique Revolution*, e editada pela frente em Dar-es-Salam⁶³. Órgão oficial da Frelimo⁶⁴, além de inscrever uma literatura no período da luta de libertação, essa revista compôs um conjunto de publicações⁶⁵ que, a despeito das diversas dificuldades, foi decisivo para “imaginar”⁶⁶ a nação. Observe-se que a literatura seria, então, organizada conforme um critério político-ideológico tendo como “referente regulador da nacionalidade literária”⁶⁷ a luta de libertação nacional. Daí termos como “cidadãos desta nova nação” a figura dos “guerrilheiros-poetas”, aos quais era garantido, por unir a teoria à prática, o estatuto de poetas. Consequentemente, aqueles que não participavam efetivamente da luta estavam excluídos da “nação literária”⁶⁸, como foi o caso do poeta José Craveirinha.

⁶¹ BASTO, Maria-Benedita. *A guerra das escritas – literatura, nação e teoria pós-colonial em Moçambique*. Lisboa: Vendaval, 2006, p. 72. Para esclarecer melhor tal periodização, Basto nos diz: [...] até a 2ª Guerra Mundial, nada se passou em Moçambique, a poesia lamenta-se; entre a 2ª Guerra e a criação da Frelimo (atente-se que se trata da data de sua criação e não do começo da luta armada de libertação nacional), os poetas (alguns poetas) denunciam e protestam, mas porque não se inscrevem na luta, os seus poemas não são verdadeira literatura moçambicana; esta começa então realmente no terceiro período cronológico-temático, com a criação da Frelimo. (p. 74)

⁶² Idem, p. 66.

⁶³ Idem, Ibidem, p. 68.

⁶⁴ Idem, Ibidem p. 68.

⁶⁵ Idem, Ibidem p.152; p. 163. Diante do desafio de “imaginar” a nação, importante destacar também o papel da imprensa moçambicana. Além do *Mozambican Revolution*, o *Jornal Semanal de Tunduru*, *Os Heroicos*, *Jornal do Centro*, *Boletim de Informação*, *A Voz da Revolução*, *Boletim Nacional*, e o *25 de Setembro* constituíram um conjunto de publicações que, a despeito das dificuldades, possibilitou uma “rede de correspondência” indispensável à “criação do espaço imaginado e imaginário da nação”.

⁶⁶ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁶⁷ BASTO, Maria-Benedita. *A guerra das escritas – literatura, nação e teoria pós-colonial em Moçambique*. Lisboa: Vendaval, 2006, p. 84.

⁶⁸ Idem, p. 84.

Há que se referir ainda a existência de uma “elite nativista letrada”⁶⁹ já em 1908 da qual Rui Noronha, na ocasião redator do jornal *O Brado Africano*, fez parte e que segundo o cânone definido pela Frelimo realizou uma literatura que não se inscrevia na luta.

Nessa toada, importante mencionar que em 1971 a Frelimo conseguiu publicar dois de seus primeiros livros: “o texto/discurso de Samora Machel, *Produzir é aprender. Aprender para produzir e lutar melhor*, que inicia a “Coleção Estudos e Orientações”, e a antologia poética *Poesia de Combate*”⁷⁰. E ainda, seria publicada uma primeira antologia com vinte poetas “selecionados a partir de publicações nos jornais dos campos de preparação político-militar, escolas e bases, com o subtítulo, que desaparece da reedição de 1979, “Poemas de militantes da Frelimo”/ “Caderno nº 1””.⁷¹ Confirma-se, assim, as zonas libertadas/luta de libertação nacional como o espaço para aproximar os cânones literário e político, legitimando-o como “início histórico e territorial da nação moçambicana”.⁷²

Mas para além de *Poesia de Combate*, conforme mencionado anteriormente, havia “outro mundo de experimentações”⁷³ literárias como forma de autodefinição constituído dentro do terreno do colonizador⁷⁴, sem correspondência com o projeto da Frelimo.

Aproveitando-nos dessa ideia de “outro mundo de experimentações” é que propomos localizar o autor moçambicano contemplado nesta pesquisa, tendo em conta a existência de uma tradição enquanto transmissão de algo entre os homens⁷⁵, para fazer uso das palavras de Antonio Candido.

⁶⁹ Além de redator do jornal *O Brado Africano*, Rui de Noronha fez parte de um grupo que encabeçou projetos relevantes. Segundo Basto, “um jornal, *O Africano*, uma associação, *O Grêmio Africano* e uma escola primária”. Ele também foi “responsável pela seção de poesia de “Programa dos Teatros” (1930), publicou crônicas, poemas e outros textos em “A Miragem”, seção de poesia da referida revista”, dentre outras. BASTO, Maria-Benedita. *A guerra das escritas – literatura, nação e teoria pós-colonial em Moçambique*. Lisboa: Vendaval, 2006, p. 77.

⁷⁰ Idem, pp. 188-119.

⁷¹ Idem, Ibidem, pp. 188-119.

⁷² Idem, Ibidem, p. 150.

⁷³ Além dos já mencionados José Craveirinha e Rui de Noronha, conforme a periodização da Frelimo, Noémia de Souza é outro nome representativo desse “outro mundo”, daqueles que não “acompanharam as palavras com os atos, com a prática guerrilheira”. p. 83

⁷⁴ BASTO, Maria-Benedita. *A guerra das escritas – literatura, nação e teoria pós-colonial em Moçambique*. Lisboa: Vendaval, 2006, p. 193.

⁷⁵ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos*. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2014, pp. 25-26.

Além disso, João Paulo Borges Coelho é um dos autores que retiram o nacionalismo da Frelimo do lugar de critério como subsídio para definição da identidade moçambicana. Dessa forma, as matérias das guerras de independência e civil que percorrem *As Duas Sombras do Rio* e *As Visitas do Dr. Valdez*, para além de se difundirem como registros desses conflitos, reverberam um questionamento sobre a narrativa oficial em torno da identidade nacional.

Ainda que se possa contestar a configuração da literatura moçambicana como um “sistema articulado”⁷⁶, ou seja, dependente da “existência do triângulo “autor-obra-público” em interação dinâmica, e de uma certa continuidade da tradição”⁷⁷, é possível dizer que João Paulo Borges Coelho assume papel relevante no processo formativo da literatura moçambicana pela autonomia conferida às obras analisadas nesta dissertação, fundamentalmente pelo fato de o estético preceder o Histórico. Constitutiva de uma tradição literária, vale dizer que essa estratégia capaz de problematizar o discurso oficial da nação é marcante em autores de outros países. A título de ilustração, veja-se José Saramago em *História do cerco de Lisboa*, por exemplo, em que o autor português “transfigura e recria a atmosfera temporal de luta encarniçada entre mouros e portugueses pela posse das terras do Ocidente peninsular [...] como momento em que se lançavam os pilares fundadores da nação portuguesa”⁷⁸.

Importante lembrar que um e outro, de algum modo, tiveram as suas trajetórias de vida marcadas pela Revolução dos Cravos de 1974. Nesse sentido e sem desconsiderar gerações literárias anteriores em Moçambique e Portugal, João Paulo e Saramago são representativos de um cenário novo que vai se constituindo por uma ficção de perspectivas criativas mais amplas, em que o contexto histórico é regido pela imaginação. Assim, eles não elegem “a história somente como motivo de representação ficcional”, transformando-a “num tema de reflexão e reescrita”⁷⁹.

⁷⁶ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos*. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2014, p. 20. O questionamento aqui pode se dar sobre uma das instâncias que compõem esse triângulo, no caso a do público. Porém, mesmo com o “reduzido número de leitores que se pode ter como horizonte”, a literatura moçambicana é uma das que se definiu como “um instrumento relevante de transformação social”. Cf. também: CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique – experiência colonial e territórios literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005, p. 289.

⁷⁷ Idem, p. 17-18.

⁷⁸ ROANI, Gerson Luiz. *No limiar do texto – literatura e história em José Saramago*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 20.

⁷⁹ Idem, pp. 28-29.

Capítulo I: Zumbo – um espaço em movimento

[...], pois há fronteiras que apenas são importantes quando se fala
nelas, não quando as atravessamos [...].

Índicos Índicios II (Meridião)

1. Os enredos do Zumbo

Ao acompanhar parte da escrita de João Paulo Borges Coelho *ficcionista*, descobrimos que a questão das guerras de independência e civil moçambicanas (ou temas relacionados a tais acontecimentos) não constituem uma novidade. O que se observa são mudanças quanto ao centro da forma literária, posto que de *As Duas Sombras do Rio* (2003) até *Campo de Trânsito* (2007) há variações quanto aos fundamentos históricos norteadores das narrativas, exigindo, conseqüentemente, experimentações estéticas específicas. No caso de *As Duas Sombras do Rio* é Leónidas Ntsato quem exterioriza metaforicamente a permanência de contradições não superadas pela independência, permitindo-nos revisar em panorama o conflito entre a Frelimo e a Renamo.

Possuído pelo norte e sul moçambicanos, Ntsato reativa relações de poder e de conhecimento como forma de afirmação de que a identidade de um *eu* depende da identificação com um *outro* que é o seu oposto (a *sombra* ou a outra *margem*). Não se pode, portanto, ignorar o significado simbólico do nome do pescador. Ao mesmo tempo que representa uma *cisão*, ele *reúne* em seu nome o “leão mítico” (Leónidas) e a “cobra ancestral”⁸⁰ (Ntsato), revelando a força do “macho irrefletido do sul” e o “apanágio das mulheres e da grande cobra do norte” em fricção. (p. 37) Superpondo-se ainda a esse significado, mas com ele coincidindo, temos o rio Zambeze, “linha que demarca os territórios do norte e do sul de Moçambique, o passado e o presente, as tradições e a modernidade”⁸¹. Esse é o espaço geográfico, mas sobretudo social e simbólico onde se desenrola *As Duas Sombras do Rio*.

⁸⁰ SECCO, Carmen Lucia Tindó. “O corpo moçambicano cindido: história, mito e ficção em *As Duas Sombras do Rio*, de João Paulo Borges Coelho”. Revista *Via Atlântica*, número 16, dezembro/2009, p. 126.

⁸¹ Idem, p. 121.

Assim, na tentativa de caracterizar o arranjo do romance como uma espécie de formação social na dinâmica do conflito em processo de estilização, importante destacar que a trajetória de Ntsato inicia-se, *in media res*, no ponto central de sua “doença” (compreendida nesta pesquisa como uma perturbação do ambiente social⁸²), obedecendo a uma sequência narrativa marcada temporal e espacialmente pelo período de aproximadamente quatro anos (1985-1989, período que abarca quatro ataques executados pela Renamo), envolvendo o Zumbo e seus vizinhos.

As Duas Sombras do Rio mantém vivas as duas faces de um processo atravessado por tentativas de se instaurar um modelo ideológico – pela via da Frelimo, a ideologia da nação, e pela Renamo a ideologia tradicionalista⁸³. Nesse sentido, Ntsato repõe algumas experiências individuais e coletivas a fim de esgarçar as limitações de um e outro modelo, experiências estas ampliadas pelas demais personagens que também encarnam a concretude de fenômenos históricos que nos fornecem substrato para refletir sobre a identidade moçambicana.

Para além das fronteiras do Zambeze, através de Ntsato entrevemos fronteiras que são produtos da história, daí considerar que a leitura do romance não implica em uma análise fundada sob uma “concepção de tempo como espaço e de identidade como geografia”, como apontado por Mbembe (2001). Pelo contrário, trata-se de perceber relações históricas e de influências constitutivas de um “mapa social”⁸⁴ para além de oposições binárias, em seu papel-chave na formação da identidade moçambicana. Assim, a relação entre tempo e espaço lança luz a processos sociais desenvolvidos sob a força de diferentes variáveis, processos que em conjunto permitem observar a identidade sob a perspectiva da totalidade.

⁸² HONWANA, Alcinda Manuel. *Espíritos Vivos, Tradições Modernas – Possessão de Espíritos e Reintegração Social Pós-Guerra no Sul de Moçambique*, Ed. Promedia, 2002, p. 46.

⁸³ Idem, p. 29.

⁸⁴ MBEMBE, Achille. “As Formas Africanas de Auto-Inscrição” In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº 1, 2001, p. 192.

Região do Zumbo

MOÇAMBIQUE

ZAMBIA

ZIMBABWE

Rio Zambeze

Rio Save

Maputo

Swazilândia

África

Oceano Índico

Legenda:

- vilas
- aldeias
- ruínas do século XVI/XVII
- ruínas de missão

Locais marcados: Miruro, Zumbue, Zumbo, Cacessemo, Kanyemba, Bawa, Panhanc, Tete, Lichinga, Namutlo, Namputa, Quelimane, Chitima, Beira, Chitima, Inharrim.

Escala: 1:750 000

Ao abrir o romance encontramos o pescador “deitado com a face pousada na areia” (p. 11) da Ilha de Cacessemo, lugar neutro de disputa entre o norte e o sul. Sozinho, Ntsato se vê sem os seus pertences, coisas que lhe ligavam à vida em sua materialidade – “a rede de pesca, o saco que o acompanhava sempre, enfim, o velho chapéu de palha” (p. 11). Depois de conseguir se levantar, no meio do rio Zambeze, Ntsato se depara com a “grande cobra M’bona” (p. 12) e, ao desviar o olhar para sul, depara-se com o leão. Diante de tal visão e entre margens tão afastadas, o pescador cai novamente, recuperando a posição anterior, até ser encontrado na Ilha por um remador, que o leva de volta para a aldeia do Zumbo.

Durante o trajeto até a margem Norte, a sua chegada já causava algum reboliço, pois as mulheres que trabalhavam em suas machambas, “curvadas sobre si próprias” (p. 15) pensavam “que era um cadáver que ali ia” (p. 15), até porque o pescador transbordava da almadia do remador “com os braços e pernas abertos [...], barriga para o ar, mãos e pés a roçar a água” (p. 15).

⁸⁵ À luz de Milton Santos, partimos do espaço geográfico sob a perspectiva de uma totalidade, analisada pelo geógrafo a partir da relação forma-conteúdo. Santos nos diz: “Como as formas geográficas contêm frações do social, elas não são apenas formas, mas formas-conteúdo. Por isso, estão sempre mudando de significação, na medida em que o movimento social lhes atribui, a cada momento, frações diferentes do todo social. Pode-se dizer que a forma, em sua qualidade de forma-conteúdo, está sendo permanentemente alterada e que o conteúdo ganha uma nova dimensão ao encaixar-se na forma”. Nessa linha, quando nos referirmos à categoria totalidade (e consequentemente, a relação forma-conteúdo), estaremos considerando outras categorias por ela englobadas dialeticamente: “formas, estrutura e funções através do tempo”. Portanto, na linha do geógrafo, o uso das categorias “lugar”, “localização”, “paisagem” e “região”, justifica-se pela intenção de hierarquizar elementos constitutivos do espaço geográfico moçambicano conforme sugerido pelo romance. Cf. SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 12-13; p. 68.

Aportada a almadia, mulheres “largavam as suas pequenas bancas de legumes amarelos e mirrados, sobrevoados por moscas, para assistir a este acontecimento invulgar”⁸⁶ (pp.15-16).

Mas nem todos se interessavam pelo pescador – o “chefe da secretaria” (p. 16), o “único calçado com sapatos verdadeiros” (p. 16), limitava-se a saber pelos outros que “Leónidas Ntsato não estava morto. Estava apenas desacordado” (p. 16). Apreende-se já aqui um distanciamento das autoridades com relação ao povo, marcada inclusive pela ênfase aos sapatos do chefe da secretaria, pois como assinalado pelo narrador onisciente o chefe seria “poupado (da) humilhação de ter que se aproximar” do ajuntamento de pessoas para perguntar sobre Ntsato⁸⁷.

Impossibilitado de realizar qualquer mudança efetiva no curso dos acontecimentos, Ntsato deixa de falar e reconhecer as pessoas de seu convívio, mesmo Amina, sua esposa, “com quem partilhara tantos e tão íntimos momentos” (p. 30). E para dar visibilidade a essa mudança, nos quatro primeiros capítulos temos um quadro da vida do pescador até o momento em que ele é encontrado com a face enterrada na areia da Ilha de Cacessemo. Desse quadro, é importante perceber o quanto a trajetória pessoal de Ntsato reflete uma experiência mais geral (e histórica): a sua iniciativa em fazer valer as regras para firmar casamento com Amina, ignorando a sua condição de refugiada; sua devoção ao trabalho e à construção de sua “bela almadia” (p. 27) com a qual sempre saía “leve e veloz” (p. 22), e regressava ao fim da tarde com uma “pesada colheita” (p. 22); o “crescimento da prole” (p. 22) e do “orgulho de Amina” (p. 22), o que estreitava e fortalecia os laços familiares. Enfim, uma vida de lutas e conquistas diárias cujo declínio se deu com a possessão de Ntsato pela cobra e pelo leão.

⁸⁶ O narrador onisciente encarrega-se de lançar uma sutil crítica ao projeto das machambas, ao qual grande parte de população moçambicana foi submetido. Sob a perspectiva do maoísmo, a Frelimo substituiu os parâmetros tradicionais anteriores de organização pelas “cooperativas de produção”, resultando num fracasso posto que, entre 1980 e 1984, já se mostrava como um “aparelho administrativo de Estado (nacional)”, como nos diz Geffray (1991:21). A propósito da transformação cooperativa da agricultura, conferir também: TSÉ-TUNG, Mao; ZIZEK, Slavoj. *Sobre a prática e a contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 178.

⁸⁷ Vale mencionar que Amina oferece como recompensa ao remador um par de sapatos de Leónidas, diferentes daquele que se via nos pés do chefe da secretaria. Eram “quase novos”, pois foram “usados apenas duas vezes” por Ntsato: na ocasião da visita do governador ao Zumbo, e em uma viagem do pescador a Kanyemba (região do Zimbábue). (p. 19)

Finalmente, no capítulo cinco temos a primeira visita de Ntsato ao nganga Gomanhundo. É a ele que Amina vai recorrer para tentar curar o marido, não antes sem ter consultado a enfermeira Inês, para quem Ntsato estava apenas desmaiado. Amina, como que pressentindo o desejo da sogra e pouco satisfeita com o diagnóstico da “modernidade” (p. 21), decide levar o marido ao “velho Gomanhundo, o curandeiro” (p. 21). Ao contrário de Inês, a conclusão de Gomanhundo fora que Ntsato estava “entre o norte e o sul”:

– Diz coisas com algum nexu mas que todas juntas não fazem sentido. [...]. Por vezes revela a força do leão e fala como se fosse um verdadeiro m’phondoro, com os olhos vermelhos a faiscar de cólera e toda a força da terra. Mas logo em seguida esse discurso de macho irrefletido do sul se acalma e ele torna-se sereno e azul como as águas profundas. Revela então uma grande sabedoria que é apanágio das mulheres e da grande cobra do norte. (p. 37)

Com efeito, o contraponto entre a enfermeira Inês e o curandeiro Gomanhundo repõe e problematiza a *oposição* entre tradição e modernidade. À primeira vista, tais personagens indiciam o problema da desqualificação do tradicional no projeto de nação da Frelimo e suas consequências no decorrer do período de 1974-1985. Assim, ao expor tal *oposição* o romance sugere que a tradição, para além de algo estático, seja concebida como “palco de lutas sociais e políticas”⁸⁸. Vem daqui, portanto, um dos elementos capaz de fornecer unidade em uma formação social atravessada pela diversidade.

Porém, ainda na dimensão da referida *oposição*, importante dizer que com a independência, a Frelimo atribuiu às práticas tradicionais um caráter obscurantista, inviabilizando, inclusive, a sua livre permanência entre moçambicanos. Na linha de Honwana, embora a autora focalize a porção sul de Moçambique para discutir sobre a guerra civil, vale observar tal perspectiva frelimista como uma das “causas endógenas” responsáveis pela guerra civil, e consequente “politização da cultura num ambiente de violência política”:

A dinâmica da guerra em Moçambique não pode ser separada das suas fontes e interesses externos, pois não há dúvida que a desestabilização externa prejudicou grandemente o projeto socialista da Frelimo. Igualmente é a análise dos fracassos políticos internos, pois a alienação por parte da Frelimo de setores do campesinato (rejeitando aspectos importantes das suas crenças e práticas religiosas, assim como das suas estruturas sociais e políticas) deu origem a uma contestação social e política. Deste modo, a Renamo capitalizou o vazio deixado pela supressão da religião e da autoridade tradicionais levada a cabo pela Frelimo⁸⁹.

⁸⁸ HONWANA, Alcinda Manuel. *Espíritos Vivos, Tradições Modernas – Possessão de Espíritos e Reintegração Social Pós-Guerra no Sul de Moçambique*, Ed. Promedia, 2002, p. 41.

⁸⁹ Idem, pp. 40-41.

A propósito da tradição, cumpre lembrar que ao assumir o maoísmo no *II Congresso* em 1968, a figura do “inimigo”⁹⁰ assumiu papel central para a Frelimo. Depois de ter derrotado o colonialismo, impunha-se o desafio de combater o *inimigo interno*, ou seja, aqueles que sob a perspectiva do Partido ainda representavam a velha ordem, como curandeiros e régulos. Em consequência, o vazio provocado pela retirada das autoridades tradicionais da cena social e política moçambicana⁹¹ funcionaria como uma das portas à Renamo para institucionalizar o terror, pois somente em “finais de 1980 e início dos anos 90”⁹², o governo frelimista assumiria uma postura “mais tolerante para com as instituições tradicionais”⁹³.

Dentre outros fatores, foi através desse vazio que o movimento de oposição pode constituir uma “identidade política”⁹⁴ alçada à justificativa para o exercício da força militar e do “recrutamento coercivo generalizado”⁷⁰, chegando a uma “notória brutalidade para com a população civil”⁹⁵.

Voltando ao romance, enquanto um dos símbolos da tradição presente no romance, Gomanhundo ao mesmo tempo em que corrobora a existência de uma tradição em movimento, também é posto pelo narrador em relação de semelhança com Ntsato, uma vez que ambos escapam à racionalidade defendida pela Frelimo.

Assim como o curandeiro, cuja origem remonta a Frei Pedro e Mazembwe (“grande chefe da região”) (p. 33), figuras recuperadas pelo narrador onisciente para explicar a “extraordinária fusão” (p. 35) que originou Gomanhundo, o pescador também foi desprezado pelo administrador Sigaúke.

⁹⁰ Para pensar sobre a noção de “inimigo” interno, sugerimos considerar a influência do maoísmo, pois, segundo palavras de Mao Tsé-Tung: “Durante a Guerra de Libertação, os imperialistas norte-americanos e seus lacaios – os capitalistas burocratas, os proprietários de terra e os reacionários do Kuomintang que representavam essas duas classes – eram o inimigo do povo, enquanto as outras classes, estratos e grupos sociais que se opunham a eles se encaixavam na categoria de povo. No estágio atual, o período de construção do socialismo, classes, estratos e grupos sociais que favorecem, apoiam e trabalham pela causa da construção do socialismo se encaixam na categoria de povo, enquanto as forças e os grupos sociais que resistem à revolução socialista e são hostis ou sabotam a construção do socialismo são inimigos do povo”. Cf.: “Sobre o modo correto de lidar com as contradições em meio ao povo”. Cf.: TSÉ-TUNG, Mao; ZIZEK, Slavoj. *Sobre a prática e a contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 162.

⁹¹ HONWANA, Alcinda Manuel. *Espíritos Vivos, Tradições Modernas – Possessão de Espíritos e Reintegração Social Pós-Guerra no Sul de Moçambique*, Ed. Promedia, 2002, p. 195.

⁹² Idem, p. 195.

⁹³ Idem, ibidem, p. 173.

⁹⁴ Idem, ibidem, p. 195.

⁹⁵ Idem, ibidem, p. 195.

Quando Ntsato vai até à Administração pedir um “salário” a Sigaúke (p. 48) por não conseguir mais pescar e sustentar a família por causa da “doença”, o que aos olhos do pescador significava trabalhar para o “povo moçambicano inteiro” (p. 48), o administrador lhe responde com desdém, pois havia aprendido na “escola de administradores” (p. 47) sobre a importância de “acabar com os obscurantistas fazendo valer o materialismo e a lei” (p. 47).

Como que prevendo a reação de Ntsato e abrindo mão da imparcialidade da voz narrativa em terceira pessoa, o autor implícito, cujo campo de visão se desloca momentaneamente para realizar uma breve avaliação do que acontecia na Administração, faz um alerta: “Fazia mal o administrador Sigaúke, um estrangeiro, em mexer com os espíritos da terra”⁹⁶. Tanto que, ao ser despejado da Administração após ter seu pedido recusado com ironia, Ntsato lança a “terrível profecia” (p. 49): “– Amanhã é o último dia desta terra e vão chover pedras na Administração! O fogo há de queimar esses teus papeis!” (p. 49)

Em 16 de outubro de 1985, na fronteira entre a noite e o dia, consuma-se a maldição. Da primeira parte do m’fiti, a partir da qual se observa o desenvolvimento de um “bifurcado cordão umbilical” (p. 111) ligando os camponeses do Zumbo às aldeias de Bawa e da Feira na luta pela sobrevivência, são narradas as explosões: da Administração e das casas ao redor, da escola, da cantina de Dona Flora e do posto de saúde (pp. 65-66).

Ao explorar o drama carregado pelas personagens nesse deslocamento pelas aldeias, parcelas de uma diversidade geográfica, o autor conferiu densidade à narrativa. Esse direcionamento, apontado no mapa que abre o livro e que já propõe uma leitura, sinaliza uma via bifurcada de sentidos cuja apreensão nos é permitida através de um alargamento temporal. Na medida em que esse “bifurcado cordão umbilical” é um dos núcleos dramáticos do romance, a partir dele outros são entrelaçados, colocando o Zumbo em perspectiva histórica ampliada. Nesse sentido é possível perceber que o m’fiti lançado por Leónidas Ntsato funciona como foco gerador de outras histórias, pois é ele quem estabelece as coordenadas espaço-temporais⁹⁷ da narrativa.

⁹⁶ Coelho, op. cit., p. 48. A referência ao administrador como um “estrangeiro” remete, a nosso ver, ao fato dele ter chegado ao distrito do Zumbo logo após ter saído da “escola da Catembe” (p. 77). Daí inferirmos que a origem de Dionísio Sigaúke remeta à região que leva o mesmo nome (grafada, por vezes, como Katembe), localizada no extremo sul de Moçambique (Maputo) em fronteira com a África do Sul.

⁹⁷ TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 2003, p.171.

Observe-se que o “sanguinário bando”⁹⁸ (p. 64) deu conta de destruir estruturas fundamentais ao funcionamento da aldeia do Zumbo. Em sua segunda etapa⁹⁹, conforme descrito pela voz narrativa, o povo inteiro debatia-se em direção às margens do rio Aruângua, “fugindo à catástrofe e aproximando-se de nova e dissimulada catástrofe” (p. 66). Isso porque, “disfarçado de rio”, o Aruângua era na verdade “um grande ninho de crocodilos” (p. 67). Mas era preciso “vencer a curta distância que os separava da Feira e da vida” (p. 67).

Apesar de o desespero ter tomado conta da população do Zumbo, só temos notícias de Ntsato após o fim da invasão. Como se pode perceber, o pescador foi o único a ter ficado como testemunha da interrupção da vida do Zumbo:

Para trás, densos rolos de fumo continuaram a subir para o céu como que a espalhar a notícia de que era nesse dia que o Zumbo interrompia uma vida de muitos séculos. Que se transformava num lugar vazio, sem testemunhas. Salvo uma.

No centro, em frente à Administração, encostado à frondosa mangueira da praça, incólume e sereno, Leónidas Ntsato olha para Bawa, na margem sul do rio Zambeze. Assiste ao final da tarde. (p. 68)

Interessante perceber o relevo que a figura de Leónidas Ntsato assume justamente por causa de seu suposto *alheamento* quanto ao ocorrido. Pelo fato de as coisas acontecerem dentro dele (e não a ele), Ntsato talvez seja a personagem com maior profundidade. Implicado na situação da guerra civil, apesar de Ntsato sugerir um lugar relativamente secundário na narrativa, uma vez que ele não se avulta através de suas ações, restritas basicamente ao m’fiti (maldição) e às visitas ao nganga Gomanhundo, não se pode deixar de observar a sua importância na organização interna da narrativa¹⁰⁰, possibilitando a convergência de diversos aspectos que remetem a indícios responsáveis pela eclosão do conflito civil que ultrapassam balizas cronológicas precisas.

Em contrapartida ao *inexplicável* Ntsato, que já havia deixado de ser pescador para ficar entre “duas margens tão juntas e tão distantes, tão juntas e tão diferentes” (p. 259), aqueles que conseguiram realizar a travessia até a Feira passariam a viver uma “nova vida”:

⁹⁸ A nosso ver, a reiteração de uma denominação utilizada pela Frelimo funciona como mais um expediente lançado pelo autor para, no âmbito do projeto da obra, reforçar a necessidade de tentar compreender a guerra civil para além desses rótulos.

⁹⁹ Conforme a voz narrativa, podemos inferir que o m’fiti durou menos de um dia, pois teve início em uma madrugada, consumando-se às “cinco da tarde” do dia posterior. (p. 68)

¹⁰⁰ TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 75.

E estes sobreviventes bebiam já uma nova qualidade – a de refugiados –, que camponeses e pescadores haviam deixado de ser a partir do momento em que transpuseram o rio. São agora refugiados e é próprio dos refugiados agradecer. É próprio deles tremer de frio, olhar em volta em sucessivas procuras, chorar de alegria e de tristeza. Mais tarde virão os camiões – uma longa e barulhenta fila – para os levar para Unkwini, o campo de refugiados, onde o seu novo estatuto será oficializado. E de outra forma não poderia ser pois ficando todos na Feira, que não passa de um lugarejo, ultrapassariam em número os locais, desfigurando-a e confundindo a geografia. Não é natural que uma cidade tenha por habitantes os moradores de outra. O Zumbo é o Zumbo e a Feira é a Feira, e assim deve continuar a ser apesar desta tragédia. (p. 84)

Mas é importante lembrar daqueles que recusaram a “segurança do campo de refugiados”¹⁰¹, talvez por “subserviência ao destino” (p. 99). Segundo o narrador onisciente, apesar de o Zâmbué ter ganhado a “normalidade dos desertos”, entre o povo da terra houve aqueles que optaram por ficar no Zumbo. Junto a eles, alguns invasores, que se despiam da farda para esquecerem “que uma vez foram soldados” (p. 99). Ao povo da terra caberia o trabalho de produzir aos “bandos errantes que passavam nas suas deambulações” (p. 99), e que “por não acharem nada que levar” (p. 99), irritavam-se com os camponeses que se desculpavam,

como toda a vida se haviam desculpado os seus pais e avós frente aos administradores e a toda a sucessão de muzungos antes deles. Todos lhes queriam levar a comida e eles de mãos vazias, sem nada que pudessem dar. E na altercação muitas vezes os invasores perdiam a compostura de modo que ia morrendo um aqui, outro ali, e eles cavavam sempre a terra como se não vissem o que acontecia, como se procurassem já esquecer o que acontecera. (pp. 99-100)

Na linha do excerto, mais do que identificar a referência aos “administradores” e “muzungos”, é importante atentar à aproximação dessas figuras aos “invasores”, tendo em vista as exigências que essas três instâncias acabam impondo aos locais conforme nos apresenta a narrativa. Uma vez contextualizadas e entrelaçadas, cabe ao leitor traduzi-las em uma imagem através da qual é possível capturar continuidades (da penetração portuguesa no continente africano até o pós-independência), sem perder de vista, é claro, diferenças estruturais que foram se estabelecendo ao longo do curso histórico moçambicano.

¹⁰¹ Coelho, op. cit., p. 101. O problema do refugiado (ou do deslocado) também está posto no romance, embora não estritamente relacionado aos ataques da Renamo. Ao longo da narrativa, há referências a movimentos provocados pela situação colonial, que se expressam na busca por trabalho. A propósito da identidade no âmbito da guerra civil, parece-nos sugestivo que a condição imposta aos do Zumbo (inicialmente), é a de habitar o “perigoso território de não-pertencer” que, segundo Said: “[...] logo adiante da fronteira entre “nós” e os “outros” está o perigoso território do não-pertencer, para o qual, em tempos primitivos, as pessoas eram banidas e onde, na era moderna, imensos agregados de humanidade permanecem como refugiados e pessoas deslocadas”. Cf.: SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 50.

Para tanto, o narrador nos faz perceber como esses elementos do passado permanecem vivos na história do presente, de modo que tal projeção “de um eixo sobre o outro” faz a “ação presente inserir-se na continuidade do tempo histórico”¹⁰².

Tanto que, na sequência, como assinalado pelo autor implícito em mais uma de suas intromissões, essa nova realidade não se configura como fatalidade àqueles que decidiram ficar no Zumbo, pois

não há um só destino, há sempre um destino atrás do outro, todos os dias, sucedendo-se ou correndo como a água do rio, e a sucessão de todos os destinos principais e paralelos é a história. (p. 100)

Por este ângulo e considerando esta última passagem, a fuga dos da aldeia do Zâmbuê contradiz a simples ideia do destino como algo determinado, posto que não anula o tempo, ou melhor, o passado, e também não rejeita as mudanças. Assim, o deslocamento dos locais contradiz um nexos temporal previsível entre causa e efeito, pois o que ele foi antes do colonialismo e durante o colonialismo, continua sendo no processo de formação de Moçambique independente e pós-independente, como nos mostra o romance, dobrando-se sobre si mesmo, existindo no tempo e através das mudanças conforme já referimos.

Nessa linha, vale mencionar também que a demarcação e apreensão deste(s) destino(s), relaciona-se não só ao tempo, mas também ao espaço, como já sugerimos. Refletindo uma tensão metonímica, a descrição do primeiro ataque seguido do deslocamento, da nova condição daqueles que chegaram à aldeia da Feira e daqueles que se recusaram a partir, vem à superfície através de figurações espaciotemporais, cuja capacidade de expressar realidades objetivas e subjetivas garante a ampliação dos acontecimentos inscritos no conflito da guerra civil.

Nessa linha e agora recorrendo a algumas categorias da narrativa literária para alcançarmos estruturas subjacentes à narrativa, podemos identificar como recurso utilizado pelo autor a projeção do “encadeamento” e do “encaixamento”¹⁰³. Nessa ordem, é por meio destas combinações que o romancista justapõe diferentes histórias ou inclui uma história no interior de outra.

¹⁰² CANDIDO, Antonio. “Erico Verissimo de Trinta a Setenta”. In: CHAVES, Flávio Loureiro (Org.). *O contador de histórias – 40 anos de vida literária de Erico Verissimo*. P. Alegre: Globo, 1972, pp- 40-51.

¹⁰³ TODOROV, Tzvetan. “As categorias da narrativa literária”. In: *Análise estrutural da narrativa* (Vários autores). Vozes: Rio de Janeiro: 2008, p. 244.

Partindo do pressuposto de que o “encadeamento” manifesta-se com mais força em *As Duas Sombras do Rio*, é importante frisar outro aspecto relacionado a essa combinação – o fato de qualquer obra literária ser, ao mesmo tempo, uma história e um discurso¹⁰⁴.

Assim, por meio do “encadeamento” também é possível entrever o tempo da história e o tempo do discurso, “dissemelhantes” entre si¹⁰⁵. Como assinalado por Todorov (2008), o “tempo do discurso é, em um certo sentido, um tempo linear, enquanto o tempo da história é pluridimensional”¹⁰⁶. Nesse momento, interessa-nos frisar essa pluridimensionalidade, pois é nela que se inscreve a “sucessão de todos os destinos principais e paralelos”, como assinalado anteriormente.

Como uma espécie de constante da narrativa, ancorando-se no contexto da guerra civil, João Paulo Borges Coelho rompe a “sucessão “natural” dos acontecimentos”¹⁰⁷ justamente para fazer explodir os seus sentidos. Assim, nos parece bastante pertinente considerar, no âmbito da arte literária, que a natureza dos acontecimentos narrados, por si só, conta pouco, ao passo que a relação que se mantêm entre eles é fundamental¹⁰⁸.

Voltando à narrativa e agora focalizando a resistência à fuga, o mais trágico ainda estava por acontecer. À medida que não paravam de “receber cordões de refugiados” (p. 101) e, portanto, desconhecendo qualquer motivo capaz de fazer com que algumas pessoas recusassem a “segurança do campo de refugiados” (p. 99), os zambianos, ao identificar a permanência do “movimento d(e) homens dispersos e cabisbaixos” (p. 99) no Zâmbué, concluem que só podia se tratar de “inimigos ou, então, aparentados” (p. 101). Daí organizarem uma ofensiva, com uma trovada de aviões (p. 101) que mais parecia “um bando organizado de rapaces aves” (p. 101) ou de “gigantescos gafanhotos” (p. 102) dos quais os camponeses renitentes não conseguiram fugir.

¹⁰⁴ TODOROV, Tzvetan. “As categorias da narrativa literária”. In: *Análise estrutural da narrativa* (Vários autores). Vozes: Rio de Janeiro: 2008, p. 220.

¹⁰⁵ Idem, p. 242.

¹⁰⁶ Idem, Ibidem, p. 242.

¹⁰⁷ Idem, Ibidem, p. 242.

¹⁰⁸ Idem, Ibidem, p. 243.

Como se esconderem se a planície era chã e nua e o milheiral ainda não crescera? Quedaram-se pois, petrificados, os camponeses. E quem ousou tirar os olhos do chão, naquela curiosidade irresistível que o som ensurdecedor aguçava, pode mesmo ver, de tão perto que eles voavam, as cabeças dos pilotos zambianos e o olhar inexpressivo que as viseiras lhes conferiam. Trocaram-se então os olhares – os de cima e os de baixo – durante algum tempo, e depois começaram os aviões a lançar a sua mortífera carga. Primeiro as bombas (era essa, afinal, a chuva do M’bona?), que assobiavam fininho antes de caírem com estrondo e abrirem grandes buracos que punham outra vez à vista as sementes que haviam sido plantadas. Os camponeses corriam sem direção como formigas afadigadas, chocando uns com os outros. Havia muito que evitar, desde os companheiros às bombas que caíam do céu e aos buracos do chão. E quem não conseguia fugir acabava atingido, caía com o olhar já vítreo e podia então descansar. (p. 102)

Observe-se a pergunta lançada pelo autor implícito, cuja ironia acentua-se pelo contexto e pelo uso de parênteses. Ao referir o M’bona, espírito da cobra e da água, como nos indica o glossário da obra, a voz narrativa sugere o caráter paradoxal do conflito, sobretudo quando associado à ideia da colheita, que nos parece significativa enquanto elemento que remete às estruturas subjacentes à narrativa. Retirando-a do lugar comum, a imagem da colheita instaura a ideia de resultado nem sempre associado a uma lógica. Chevalier & Gheerbrant (2009) destacam a partir do texto bíblico e do Novo Testamento empregos metafóricos distintos do termo. Centrando-nos no Novo Testamento, importa “ressaltar o conteúdo simbólico da imagem” a partir de *Mateus* (13, 39), bastante sugestivo, a nosso ver, por insinuar uma ponta de “mistério” na colheita à medida que não obedece à “explicação racional segundo a qual as ações do homem, no curso do seu desenvolvimento, atingem a maturidade e são, então, simplesmente colhidas e contabilizadas por um juiz passivo, como se medidas em uma balança”¹⁰⁹. Diante disso, e frente ao apresentado pela narrativa, que espécie de balanço dessa colheita podemos realizar? Se considerarmos que a porção norte de Moçambique foi palco do início da luta armada da Frelimo em 1964, cujo fim se deu em 1974 com a Revolução dos Cravos (oficializando-se a independência em 1975), e que foi o espaço das chamadas “zonas libertadas”, primeiras porções do país controladas pela Frelimo e onde a Frente edificou a libertação de Moçambique da situação colonial, em contrapartida e talvez por ter sido o berço da ruptura com o colonialismo, o norte moçambicano foi também espaço de semeadura da dissidência contrária à Frelimo.

¹⁰⁹ CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, p. 264.

A brutalidade da ação é, em grande medida, captada pela voz narrativa, que descreve a configuração da planície após o ataque, arrematado pelos soldados zambianos que saltam de paraquedas na região – “Vinhão, desovados dos pássaros da morte, para terminar o sinistro trabalho”. (p. 102) Assim e recusando-se a justificar o ataque, o narrador opta por descrever as “ossadas”, além de colocar em perspectiva o seu impacto sobre os “territórios do norte”:

Depois deste extraordinário episódio em que os gafanhotos eram de metal e a chuva feita de homenzinhos que caíam do céu, ficaram as planícies do norte cheias de ossadas. Ossadas que a princípio não eram boas de ver, exploradas por quizombas e abutres, esmiuçadas depois por microscópicos bichos de enorme e sistemática voracidade. Ossadas que finalmente o sol limpou até tornar alvas e quase puras. E que não terminaram em baixo da terra como acontece com a maioria das ossadas, mas espalhadas pelos quatro cantos da planície para perpetuar a notícia do que ali se passou. E desde então ficaram, aqueles territórios do norte, ainda *mais* tristes e desolados. (Grifo nosso, p. 103)

Ao não problematizar o equívoco da ação executada pelo exército zambiano (posto que a ofensiva, efetivamente, foi contra seus quase irmãos¹¹⁰), o ponto de vista realiza um recuo histórico para lançar luz à formação social do Zumbo, justificando assim o advérbio intensificador desse contexto triste e desolador. Nessa linha, podemos sublinhar alguns subentendidos sobre a questão fronteiriça a qual o Zumbo nos remete, pois, historicamente, trata-se de um espaço de influência portuguesa e de disputa com a Inglaterra (no século XVII), assinalando a fronteira reivindicada a oeste por Lisboa e que deixou de ser português durante o período 1854-1857¹¹¹.

¹¹⁰ Relembramos aqui a fala do tenente Zvobo, do exército zimbábueano, ao superintendente Million, responsável pelo Parque Nacional do Baixo Zambeze, “o verdadeiro dono da natureza” no extremo sul da Zâmbia, quando o tenente chama a atenção do superintendente para a instabilidade que se instala na região em virtude da ação dos “terroristas” em Moçambique (sem desconsiderar, também, o trânsito dos traficantes de marfim): “Somos três países vivendo juntos, quase *como irmãos*: a sua Zâmbia aqui, Moçambique mais para leste, do outro lado do rio Aruângua, e o meu Zimbábue para sul, do outro lado do rio Zambeze. Isso significa, como sabe, que o que se passa num deles interessa sempre aos restantes como sempre acontece entre vizinhos e irmãos [...]”. Cf.: Coelho, op. cit., pp. 50-57.

¹¹¹ PÉLISSIER, René. *História de Moçambique. Formação e Oposição (1858-1918)* Vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 108-109.

Avançando um pouco nessa linha temporal, mas sem se desprender dela, ao associar *correrias*, o narrador onisciente recua para o Zumbo do século XIX, tempo da amplificação dos antigos prazos¹¹², o que talvez possa estar relacionado ao fato de que em 1866 os senhores do Zumbo colocavam seus interesses acima dos interesses da vila:

Veja-se só, em 1866 entrou uma correria de gente de Mussene pela rua principal (tal como aconteceu com esta última correria), fazendo muito estrago e só tendo sido detidas as suas tropelias à custa de um grande esforço de cinquenta sipaios do capitão-mor José Anselmo de Sant'Anna; mas por sua vez era este Sant'Anna suspeito de outras tropelias numa altura em que todos os senhores do Zumbo punham rivalidades e interesses acima dos destinos da vila, confiando os maiores de Portugal apenas em Albino Manuel Pacheco e desconfiando de quase todos os restantes: Firmino Luiz Germano, o próprio Sant'Anna, Gabriel do Rosário Andrade, José de Araújo Lobo, enfim, Vicente José Ribeiro, Joaquim José Guarinho e Sebastião Moraes de Almeida, tudo gente de duas caras, se fazendo de portugueses quando tal era de interesse, escravagistas e sanguinários quando se encontravam a sós com os sequazes, operando as suas razias. (p. 106)

Tal como podemos verificar nesse trecho, em *As Duas Sombras do Rio* é comum encontrarmos diversas referências a “pessoas históricas”. Estas, “ao serem focalizadas pelo narrador onisciente, passam a ser personagens”¹¹³, cujas ações são desveladas pelo narrador, configurando-se como mais um dado relevante quando se trata da questão da identidade, pois elas se introduzem como agentes na história de Moçambique.

Nessa linha e recuperando mais um dos enredos do Zumbo, o narrador faz referência “à revolta geral do Bruma contra o Zumbo português” (p. 107), em maio de 1888. Percebe-se que essa revolta foi motivada pelo comércio de escravos encabeçado pelo sargento-mor Rosário Andrade, o Andrade *Kanyemba*, que já mostrava “as suas duas caras e duas personalidades” (p. 106) ao governar o Zumbo “de dia em nome de Portugal” (p. 106) e “de noite em seu próprio nome, para lhes matar as gentes ou roubá-las como se de mercadoria se tratassem” (p. 106). Reunindo-se a outros “descontentes”, Bruma atacaria o Zumbo português em maio de 1888:

¹¹² Embora o romance focalize o ano de 1866, não há como desconsiderar o contexto da reestruturação do poder econômico e político do vale do Zambeze entre 1820 e 1860. Como nos diz Serra, dessa “reestruturação – [...] – e dos “escombros” dos antigos Estados e chefaturas do vale, nasceram os Estados militares, uma versão mais complexa e notavelmente amplificada dos antigos Prazos. Cf.: SERRA, Carlos (Org.). *História de Moçambique – Parte I – Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300 – 1885; Parte II – Agressão Imperialista, 1886-1930*. Maputo: Livraria Universitária, 2000, p. 100.

¹¹³ Rosenfeld, Anatol. “Literatura e Personagem”. In: CANDIDO, Antonio. *A Personagem de Ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 26.

Conseguiram os de dentro repará-los por serem as suas armas e artimanhas superiores às dos invasores, que vinham de peito aberto e tinham do seu lado apenas o povo e o número, mais a vontade de justiça, o que manifestamente não chegava. Mas embora vangloriando-se, foi curta a vitória dos atacados uma vez que se ficaram com o Zumbo, é certo, mas sem mais nada em seu redor, tudo destruído, as viagens paralisadas, as aldeias esventradas e, por cima disso, uma fome de criar bicho que matou muita gente e ficou conhecida como a fome de Chicusse porque foi o chefe com este nome que, distribuindo milho por toda a parte, que o tinha em grande quantidade, por artes mágicas, nas suas terras, salvou outros tantos, dos bons e dos maus, da morte certa. (p. 107)

Como uma das expressões de um tempo em que o Zumbo começava a se transformar em um dos “territórios negros do norte” (p. 104), ao seguir *encadeando* histórias, parece sugestivo o fato de que o *romancista* formaliza esteticamente a tese do *historiador*¹¹⁴ segundo a qual verifica-se a subsistência de elementos dos “conflitos coloniais passados” nos “conflitos pós-coloniais”¹¹⁵, acentuando a relevância de se compreender estruturas sociais, políticas e econômicas fundadas desde o período de exploração até a ocupação efetiva de Moçambique.

Vale dizer ainda que João Paulo Borges Coelho *historiador* ao discutir sobre essa continuidade, refere a existência de elementos decisivos ao desenvolvimento da guerra civil já na guerra pela independência, ancorando-se no século XX¹¹⁶. Nessa linha, o principal argumento do *historiador* é o de que o “nível de militarização das sociedades” moçambicanas contribuiu decisivamente ao surgimento e alastramento de conflitos abertos¹¹⁷. A respeito dessa ideia da militarização e para justificar a sua introdução em nossa análise, interessa observar alguns aspectos debatidos por João Paulo em seu texto já referido, mais especificamente na parte intitulada “Militarização da sociedade nas colônias portuguesas, 1961-1974”¹¹⁸, das quais nos interessa Moçambique.

¹¹⁴ Ao relacionar essas duas faces de João Paulo Borges Coelho, a intenção não foi a de constatar em que medida a ficção do autor moçambicano pode ser validada por meio de algumas de suas próprias teses enquanto *historiador*. Assim, a articulação entre o *romancista* e o *historiador* se deu na chave da relação entre *literatura* e *história*, o que além de confirmar uma pluralidade de enredos elucida como a literatura é capaz de preencher alguns vazios deixados pela História.

¹¹⁵ COELHO, João Paulo Borges. “Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colônias portuguesas”. Lusotopie, 2003, p. 177.

¹¹⁶ Idem, p. 177.

¹¹⁷ Idem, Ibidem, p. 177.

¹¹⁸ Pela relevância, limitamo-nos a parafrasear algumas passagens dessa parte do texto “Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colônias portuguesas”, de modo que indicamos no próprio corpo da dissertação o número da página, a fim de não tornar exaustivas as referências em rodapé.

O processo de militarização das colônias portuguesas entre 1961-1974 desdobrou-se em “pelo menos três níveis” (p. 177): um que se constituiu “através de recrutamento de base universal para as forças armadas regulares” (p. 177), e os outros dois “a níveis geral e específico”(p. 177). Segundo João Paulo, estes dois últimos são os que requerem mais atenção. Em se tratando do “processo de militarização geral” (p. 177), tratou-se em parte de uma resposta à “visão dicotômica” (p. 177) do poder colonial com relação aos africanos, considerados como “potenciais terroristas” (pp. 177-178) e que, portanto, tinham que ser cooptados e direcionados para a defesa da situação colonial. Em paralelo e como instrumento para tal, foi preciso agir no sentido de instalar “estruturas de ação psicossocial” (p. 178) capazes de incutir nas populações moçambicanas a necessidade de defender o poder colonial contra o movimento nacionalista armado. Para tanto, agiu-se no nível ideológico com a ideia do “mito imperial” (p. 178) que incluía as populações africanas à metrópole através da assimilação. Esta, em seu propósito militar, nortear-se pelo “princípio da chamada “conquista da adesão das populações”” (p. 178) alicerçada nos conceitos de “comandamento e acionamento” (p. 178) que previam submeter as forças sociais locais para o campo de ação da situação colonial e sua defesa. A propósito de *As Duas Sombras do Rio*, é importante localizar no início da década de sessenta em algumas regiões da porção setentrional de Moçambique a inauguração desse processo por meio dos chamados *aldeamentos*. (p. 179). Sobre estes, um fator relevante para a nossa análise é o fato de que eles se constituíram como

verdadeiros espaços concentracionários de produção de violência. A aglomeração de pessoas em números até então inéditos implicou a quebra de laços com a terra, desde sempre fonte estruturante da coesão comunitária e recurso base da sua reprodução material e cultural, da sua sobrevivência. Afetou gravemente as relações políticas e familiares cuja lógica sempre assentara no território; criou problemas de acesso aos recursos, sobretudo de terra e água; estabeleceu terreno fértil para a irrupção de surtos de doenças. (p. 179)

Para além da adesão a um dos polos do conflito, os camponeses foram duplamente violentados, pois depois de concentrados à força nos aldeamentos pelas autoridades coloniais, eram “atacados pelos nacionalistas dentro deles”. (p. 180)

Frente a esse quadro de desestruturação das relações sociais endógenas, surge uma “sociedade “bloqueada”” (p. 180), na qual começa a se organizar, a contento da ordem colonial, os “grupos de milícias” (p. 180), cujo papel interessa assinalar:

Este quadro de grupos armados generalizados de forma sistemática e competindo violentamente com as populações rurais pelos muito escassos recursos, sobretudo acesso às reservas alimentares, às mulheres e ao álcool, multiplicou e intensificou as tensões sociais, estando por detrás do crescimento de uma nova forma de violência, surda ainda, paralela à da guerra que entretanto alastrava, mas já generalizada no território. (p. 181)

Importante frisar a partir desse trecho uma mudança significativa do modelo de militarização engendrado por Portugal, pois se do ponto de vista da “tradição” de controle das colônias” o recrutamento metropolitano era superior ao recrutamento local, com a luta pela libertação o recrutamento local deixa de ocupar o lugar de força auxiliar e, além de passar a integrar as forças armadas regulares, principalmente, dá origem às “unidades militares africanas [...] definidas precisamente em termos rácicos, regionais ou étnicos, e atuando operacionalmente de forma semi-autônoma ou mesmo autônoma”. (p. 184) Dando um salto, são estas unidades “comprometidas com o regime colonial” as identificadas pela Frelimo como constitutivas do “inimigo interno”. (p. 190)

Pela nossa linha de leitura, parece-nos plausível admitir frente aos vários enredos que compõem a trama histórica do Zumbo, a representação estrutural da militarização em Moçambique. Ao levar o leitor até os séculos XVIII-XIX, admitindo-se a perspectiva da tradição de controle das colônias como mencionamos, o romance lança luz a tal processo segundo determinadas circunstâncias históricas, projetando-o desde esse recorte, em que se observam os primeiros sinais dos impactos da exploração europeia sobre a formação social moçambicana até o pós-independência, fazendo-nos compreender porque tais impactos são sentidos até os dias atuais.

Valendo-se de uma descrição datada de meados do século XVIII em torno do tráfico de escravos, Serra¹¹⁹ destaca o ano de 1787 como o período em que a venda de armas em Moçambique foi legalizada pelos portugueses, provocando uma generalização da caça ao escravo¹²⁰. Segundo o sociólogo, “os chefes Makua do Uticulo, de Cambira e de Matibane” apesar de não se confrontarem, eram os que encabeçavam as “incursões contra as populações do interior”¹²¹.

¹¹⁹ SERRA, Carlos (Org.). *História de Moçambique – Parte I – Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300 – 1885; Parte II – Agressão Imperialista, 1886-1930*. Maputo: Livraria Universitária, 2000.

¹²⁰ Idem, p. 81.

¹²¹ Idem, Ibidem, p. 81.

À venda de armas, seguiu-se um aumento significativo da “caça ao escravo”, tanto que “os súditos portugueses, do mesmo modo que Baneanos¹²² e afro-islâmicos, se lançaram, por sua conta e risco, na organização de expedições ao interior, desafiando o controle dos chefes Makua sobre as rotas”¹²³. Dessa forma, é compreensível a destruição dos locais “de origem Makua-Lómuè”, pois o “panorama político e econômico do norte de Moçambique” no século XIX foi “completamente dominado pela captura, transporte, comercialização e exportação de escravos”¹²⁴.

O que vemos com esse quadro é uma das marcas da situação colonial. Apesar de as consequências do comércio de escravos terem sido mais intensas na porção norte de Moçambique¹²⁵, de modo geral, o país vai comportar ao longo do tempo elementos estreitamente vinculados aos processos de pilhagem e ocupação realizados nesse contexto.

Retomando a narrativa, na linha das travessias exigidas pela necessidade da sobrevivência, devemos atentar ainda para “o desejo de partir” manifestado pelo filho mais velho de Ntsato, pois Jonas decide viajar para o Zimbábue. Esse desejo de partir para o “desconhecido” (p. 114) é histórico, pois como assinalado pelo narrador, atravessava gerações:

Jonas não inovava. Limitava-se a repetir o gesto de seus avós, que cem anos antes também partiam pelos mesmíssimos caminhos em busca de dinheiro para pagar o imposto colonial, e sobretudo curiosos de conhecer esse mesmo desconhecido.

[...] E partiram gerações atrás de gerações, de tal forma que a partida lhes ficou no sangue e não mais seria um povo inclinado a ficar na sua terra. Jonas não podia, por tudo isso mais a guerra, deixar de partir, e fê-lo com outros companheiros. Para trás ficavam mulheres e mães como Amina, olhando incessantemente para a última curva da estrada. (pp. 114-116)

Relembrando que no romance, mais importante do que a natureza, a relação entre os acontecimentos é essencial, o trecho acima é um dos que expressam a técnica literária do “paralelismo”¹²⁶, confirmando o fato de que “a ordem cronológica ideal é antes um processo de apresentação”¹²⁷ engendrado pelo autor.

¹²² SERRA, Carlos (Org.). *História de Moçambique – Parte I – Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300 – 1885; Parte II – Agressão Imperialista, 1886-1930*. Maputo: Livraria Universitária, 2000, p. 67.

¹²³ Idem, p. 81.

¹²⁴ Idem, Ibidem, p. 81.

¹²⁵ HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na Sala de Aula – Visita à História Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 588.

¹²⁶ TODOROV, Tzvetan. “As categorias da narrativa literária”. In: *Análise estrutural da narrativa* (Vários autores). Vozes: Rio de Janeiro: 2008, p. 223.

¹²⁷ Idem, p. 222.

Assim, na obra literária, a história configura-se como uma “convenção”, pois “ela não existe no nível dos próprios acontecimentos”¹²⁸. Daí observarmos em *As Duas Sombras do Rio* a identidade entre os *gestos* de partir fundar-se nas semelhanças e nas diferenças características aos “fios da intriga”¹²⁹ que os geraram.

A urgência de fugir da guerra unia Jonas a seu povo, ao mesmo tempo em que o desejo por outra realidade o motivava a continuar a trajetória, “descomprometido com Bawa e a sua vida transitória, ansiando por mais espaço e novidade” (p. 164). E essa outra realidade Jonas vislumbrava com as promessas prenunciadas pelos canaviais ou pelas minas do Zimbábue:

Segundo uns, eram imensos os canaviais do Zimbábue – a perder de vista – e muito pouca a gente que os cortasse. De forma que o trabalho não era como manda a natureza, o pobre pedindo à porta e o rico relutando. Ali era ao contrário: quem tinha mãos e vontade era já rico antes de o ser, assediado em todas as esquinas. Para outros, era o duríssimo trabalho das minas o mais compensador (infernais buracos onde o ar era fuligem que penetrava nos poros e nos olhos como se quisesse apagar toda a luz deste mundo). [...] Independentemente de qual fosse o melhor, ambos – canaviais e minas – abriam as portas a um mundo novo de roupas coloridas, de música maravilhosa, de muitos e desconhecidos sonhos que só se podiam sonhar a partir daí e nunca antes, nunca quando a pobreza é tal que até os sonhos resultam magros e sem cor. (p. 113)

À luz desse excerto, é possível dizer que Jonas simboliza a falência do projeto de construção do “homem novo” idealizado pela Frelimo e que se daria, dentre outros fatores, pelo trabalho nas machambas, seguida da oferta de trabalho conforme o modo de produção capitalista, nos imensos canaviais e no duríssimo trabalho das minas. Baseando-se em outras experiências revolucionárias (como a chinesa) em que o campo tinha assumido centralidade, para a Frelimo a construção de uma identidade coletiva tinha que se dar através do trabalho nas machambas, ao qual todo moçambicano deveria se submeter. Porém, esse modelo edificado nas zonas libertadas, ao ser ampliado acabou assumindo a mesma feição dos aldeamentos promovidos pelas autoridades coloniais, levando-o ao fracasso.

¹²⁸ TODOROV, Tzvetan. “As categorias da narrativa literária”. In: *Análise estrutural da narrativa* (Vários autores). Vozes: Rio de Janeiro: 2008, p. 222.

¹²⁹ Idem, p. 222.

Por outro lado, havia ainda em Bawa espaço para “energia e sonho” (p. 117). Sinal disso é o pai da futura esposa de Jonas, Amoda Xavier, “um homem de projetos” (p. 120). Vindo de Tete¹³⁰ ainda jovem e embora lhe pesasse ter deixado o pai a espera, Amoda Xavier acabaria ficando em Bawa – como se não bastasse as novidades propiciadas pela aldeia, ainda encontrou “Maria Isabel, viúva de três filhos (Benedita, Xandra e Maradona), com corpo de quem podia fazer muitos mais” (p. 117).

Para além de terem firmado negócio – Maria Isabel comprava peixe em Panhame e Amoda contribuía com a venda – gostaram-se um do outro, de modo que Amoda logo pensou em casar (pp. 117-118). Impedido de avisar o pai (conforme mandavam as regras), não relutou em fazer as “coisas bem feitas” (p. 118), do modo como foi possível: “comprou uma mãe adotiva que negociasse o seu interesse junto da família da namorada” (p. 118).

Amoda e sua família dariam início a uma nova vida no Bairro Lusaka, no Zumbo. E como ele “era trabalhador e Maria Isabel organizada” (p. 118), construíram uma bela casa, “com uma porta que se notava a grande distância pelas suas cores e acabamentos” (p. 118). Incomodados com a prosperidade da família, os vizinhos atearam fogo na casa, salvando-se apenas a família – “Ardeu tudo” (p. 118). Diante disso, Amoda segue com a família para Bawa, do outro lado do Zambeze, recomeçando “pacientemente a sua vida. Construiu primeiro aquilo que era pouco mais que um telheiro. Meteu a família debaixo e partiu para a pesca, que era a única coisa que realmente sabia fazer” (p. 119).

Depois de organizar uma nova casa e instalar a família, a fim de aumentar a produção, Amoda partiu para a pesca, avançando pelo Aruângua até chegar a Chissavo, “junto à antiga Missão de Miruro e às suas pedras mágicas” (p. 119). Como a pesca prosperava, Amoda Xavier acabaria conhecendo Mama Mère, com quem manteria negócios¹³¹.

¹³⁰ Tete faz fronteira com o Zumbo. Interessante destacar que no século XVIII os do Zumbo tiveram que recorrer aos de Tete, pois segundo Sampaio: Em 1710, a povoação do Zumbo foi atacada por Changamira, refugiando-se parte dos moradores na povoação de Tete. Cf.: SAMPAIO, Cristina. “O Zumbo: um problema de “direitos históricos” na delimitação da fronteira”. *Africana Studia*, nº 9, Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2006, p. 210.

¹³¹ A personagem Amoda Xavier pode ser lida sob a perspectiva da categoria marxiana do “estranhamento” que, na linha da narrativa, parece-nos progressiva. Isso porque para Amoda Xavier: “o trabalho mesmo se torna um objeto, do qual (ele) só pode se apossar com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento (*Entfremdung*) que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital”. MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 79-90.

De sua varanda do outro lado do Aruânga, a astuta congoleza imaginava o Zumbo, atenta à dinâmica da aldeia: “Via, sobretudo, como eram ágeis os pescadores moçambicanos e graciosas as suas almadias, sempre atarefadas para cá e para lá” (p. 61).

Ciente do alheamento dos pescadores quanto ao valor do peixe e da aceitação da mercadoria no estrangeiro (p. 61), Mama Mère encabeçava uma “favorável troca” (p. 61), pois a maior parte do lucro cabia à congoleza. Daí o descontentamento de Dona Flora, “empresária moçambicana” (p. 61) em grande desvantagem para competir com as leis da oferta e da procura que Mama Mère, por certas razões de influência, acabava por garantir.

De início, em troca dos fardos de peixe, Amoda recebia

roupas para as crianças, bolachas, coisa pouca que Mama Mère era prudente e queria experiment(á-lo) quanto à continuidade. Seis meses mais tarde este último permitiu-se ambições mais largas e trouxe para casa um aparelho de cassetes de seis pilhas, verdadeiro fenômeno da tecnologia, redondo e brilhante, que alterou profundamente os sons de Bawa, afastando o piar dos pássaros mais para o interior do mato e tornando ainda mais periférico o lamento das quizombas. Bawa viveu então algumas semanas de ajuntamentos noturnos e curiosas danças, outras que as dos tambores da terra. Algumas semanas que lembraram aos emigrantes regressados os tempos passados lá fora, e fizeram com que os locais sonhassem com a ideia da emigração. (p. 120)

Amoda Xavier, depois do cassete, ambicionava uma máquina de costura que havia na loja de Mama Mére, “nova e bonita” como nunca visto, “a primeira que chegava a Bawa” (p. 123): “–Tens a certeza, rapaz? É uma máquina muito cara” (p. 122). Insistente, Amoda Xavier estava disposto a entregar à congoleza todo o peixe do Aruânga, aceitando, assim, a sugestão da comerciante: “– Vamos fazer então o seguinte: esta máquina levar-te-ia dois anos a pagar. Entregas-me os fardos de peixe durante um ano, em seguida dou-te a máquina e tu ficas mais um ano a fornecer-me peixe. Que tal?” (p. 122)

E apesar dos “anos de contenção e trabalho árduo” (p. 122) exigidos para saldar a compra da máquina de costura, Amoda Xavier, cuja ambição era “desmedida” (p. 124) ainda tinha como projeto a compra de um “aparelho de videocassetes e uma bateria de carro para iniciar a projeção de filmes na aldeia. Aí sim, soltaria a imaginação de Bawa, pensava de si para si” (p. 124). Porém, seus projetos seriam interrompidos, “porque num dia normal de Fevereiro de 1986, sem aviso prévio” (p. 124) Amoda Xavier seria levado para o serviço militar. Ele, que em outro momento foi obrigado a partir, fazia-o agora em definitivo “no terceiro ataque ao Zumbo” (p. 244), atingido por “uma bala perdida [...] deixando Maria Isabel sozinha e a comunidade inteira sem a possibilidade de vir um dia a gozar os prazeres do cinema” (p. 164).

Em movimento contrário, temos Jonas voltando a Bawa¹³², ao que a voz narrativa expressa, de início, certa surpresa:

Poderá parecer incompreensível o regresso de Jonas àquela terra tão castigada. O derradeiro olhar, quando o lançou há muito tempo atrás da última curva da estrada, nada mais encontrara que dor e destruição. E a recordação que levou consigo era a de casas de onde não mais subiam para o ar os rolos brancos do fumo das cozinhas. Imagens trocadas de aldeias que devendo ter gente estavam desertas, de caminhos que devendo estar desertos se encontravam cheios de gente errante, sem destino. Imagens onde a falta de chuva deixara de ser a mais suprema desgraça porque mesmo com ela ninguém se atreveria a cultivar. (p. 167)

Na linha da voz narrativa, difícil inferir sobre o que teria motivado o regresso do filho do pescador. Talvez o senso de realidade ou preocupação, pois como afirma o narrador, Jonas: “Quer(ia) ver a família inteira, assegurar-se de que est(avam) bem e ajudar no que fo(sse) preciso” (p. 164).

Por outro lado e como o trabalho no Zimbábue ainda lhe permitiu voltar, ao observar o povo do “velho Bairro Lusaka” (p. 164) que havia sido transferido para Bawa e repetia a mesma rotina como se estivesse “em casa” (p. 163), Jonas sente-se culpado ao mesmo tempo em que é tomado pelo orgulho de regressar com um “saco às costas” (p. 163), um pequeno “resumo daquilo por que passou no estrangeiro, uma montra que será das suas pequenas vitórias aos olhos daqueles que por ele esperam sem ainda o saber” (p. 223). Vitórias decorrentes, pelo o que tudo indica, de seu trabalho nos canaviais e nas minas, como podemos confirmar a partir do capítulo 36 (“a verdade e a evidência”), no qual Jonas paga ao Gomanhundo “em dinheiro do Zimbábue” (p. 222) por um dos “planos de cura” do nganga (a “viagem” em busca da verdade) destinados ao pai Leónidas Ntsato (p. 164).

Esforçando-se por reconhecer as pessoas, Jonas segue pela aldeia sem ter referências sobre o novo paradeiro da mãe, até encontrar Benedita, “filha falsa de Amoda Xavier” (p. 165). Benedita não só conduziu Jonas até Amina, como também passou a ser parte da “vida futura” (p. 250) do *novo* Jonas que mesmo casado voltaria a partir, uma vez que esse desejo “instalou-se nele como uma doença” (p. 244), ainda que sob a “promessa de regressar um dia” (p. 244).

¹³² Coelho, op. cit., p. 163. Balizando-nos pelas datas dos ataques e pela ordem dos capítulos, podemos inferir que Jonas retorna a Bawa após a partida de Amoda Xavier, pois o segundo ataque, cujo palco foi a aldeia de Bawa, segundo o capítulo 25 (“uma zanga de vizinhos”) data de 27 de maio de 1987. (Coelho, op. cit., p. 154) O retorno de Jonas nos é apresentado no capítulo 27, sob o título “um homem novo”.

Voltando à Mama Mère, “nome que quer dizer mãe duas vezes” (p. 60), é preciso referir que a congoleza adquiriu habilidade para negócios em “trocas noturnas de diamantes, lá para o Congo” (p. 59).

Na ocasião em que chegou a Lusaka, o superintendente Million, zambiano responsável pelo Parque Nacional do Baixo Zambeze já negociava alguns dentes de marfim com o comandante da polícia, “sem o incomodativo registo” (p. 50). Na verdade, Million *repetia* seu antigo chefe só que “em pequena escala” (p. 51). Como eram poucos os “representantes da autoridade [...], em sítio tão isolado e sem importância” (p. 51), era quase que inevitável que Million e o comandante da polícia não se tornassem “amigos” (p. 51). Segundo o narrador, o acordo entre ambos se daria “num bar”, depois de Million e o comandante da polícia terem “bebido bastante”:

Uma vez, num bar (tinham já bebido bastante), o comandante da polícia começou a falar-lhe em marfim. Million, brincando, disse-lhe que não era difícil conseguir uns dentes sem o incomodativo registo. O comandante, brincando também, retorquiu que sabia como despachar esses dentes, igualmente sem deixar traço. No final, havia uma boa maquia para os dois, no fundo sem roubar ninguém a não ser a mãe natureza que é dona de recursos inesgotáveis. Riram muito, beberam mais um pouco e foram-se tornando sérios (p. 51).

Os dentes eram trazidos pelos homens de Million, “juntamente com alguns caçadores furtivos de mãos amarradas atrás das costas” (p. 51). Ele então, que “atuava no espaço que vai entre os fiscais e os amanuenses” (p. 51), classes inconciliáveis (p. 51), registrava um número inferior de dentes. Do desvio dessa diferença, tanto ele se beneficiava como o comandante da polícia, sendo que: “O comandante nunca se preocupou em saber como aparecia o marfim e Million nunca se preocupou em saber como ele desaparecia” (p. 51).

Como assinalado pelo autor implícito em solidariedade aos dois personagens era “assim que dev(ia) ser, cada um sabendo ocupar o seu lugar. Belos tempos esses, em que o superintendente conseguiu mesmo comprar uma casa em Lusaka, onde tinha a mulher e os filhos” (p. 51). Na linha de Candido (2014), veja-se que tomados da realidade como modelos, ao comandante e ao superintendente Million o autor acrescenta, “no plano psicológico”, a sua “incógnita pessoal” através da qual “procura revelar a incógnita da(s) pessoa(s) copiada(s)”¹³³. Ou seja, temos nessa passagem uma “explicação que não corresponde ao mistério” dessas pessoas vivas, “mas que é uma interpretação deste mistério” realizada pelo autor implícito. (p. 65)

¹³³ CANDIDO, Antonio. *A Personagem de Ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 65.

Causando uma “certa competição” entre o superintendente Million e o comandante da polícia, temos Mama Mère, cujo interesse pelo marfim não tardaria a despontar. Na esteira da voz narrativa, interessante observar no trecho a seguir a descrição da “estrangeira”. Valendo-se da onisciência, o narrador focaliza a capacidade dela em sugerir “promessas”, assim como a sua astúcia ao optar pelo partido mais conveniente aos seus negócios, entrelaçando uma camada imaginária na qual se vê um possível flerte à realidade histórica do tráfico de marfim.

Durante os primeiros tempos ela foi a grande novidade, a atração mesmo. Mais tarde, tornar-se-ia também uma grande autoridade, a par do comandante e do superintendente. Depois, houve até uma certa competição entre os dois para ver quem a conquistava. Mama Mère, com manha crioula, fazia olhares aos dois, deixava no ar promessas adivinhadas de uma paixão ardente, neste caso, dupla. Desta forma quase conseguiu que eles se desentendessem, o que teria sido funesto para o referido negócio do marfim. Mas não, não era esse o propósito da estrangeira, que se viu assim obrigada a optar. Million foi o escolhido (por estar mais perto dos elefantes, como se suspeitará adiante) e viveu nessa altura os melhores dias da sua vida (p. 52).

Na linha do apresentado, importante dizer que Million foi uma espécie de trampolim para Mama Mère, pois sedutora e insistente, ela conseguiria fazer com que o superintendente zambiano lhe concedesse uma loja para “vender o seu peixe e o seu arroz para poder sentir que não dependia de ninguém, ela que desde pequena se habituara a ser sozinha e a sozinha vencer as dificuldades desta vida” (p. 53). Dotada de tino para o negócio, além de se tornar a principal comerciante da Feira, para além do peixe proveniente do Aruângua, a congolesa interessou-se efetivamente pelo marfim. Segundo o narrador, apropriando-se de algumas elucubrações do superintendente:

Million não sabe exatamente a partir de que altura é que ela se começou a interessar pelo marfim, a mulata danada. Não sabe se foi quando o crescimento do negócio oficial atingiu um limite e ela precisava de continuar a crescer por qualquer meio. Não sabe, sequer, se ela começou a deitar-se com ele já com a ideia no marfim. O que é certo é que acabou por descobrir, certa vez, que um dos seus fiscais o tentava trapacear. Por detrás dele estava Mama Mère (p. 53).

Diante da descoberta, na tentativa de impor-se e colocar “as coisas no seu devido lugar” (p. 53), Million tenta agredir Mama Mère, ao que a congolesa responde com um punhal. Com a arma no pescoço do superintendente as posições são invertidas, pois, não mais como nos velhos tempos, agora é a congolesa quem define o lugar que cabe a cada um ocupar:

Mama Mère passou a fazer parte do exclusivíssimo grupo de traficantes de marfim da Feira e agora era Million quem se aproximava do balcão da loja dela, humilde, pedindo do seu mel e da sua compreensão. Ela, mulata cínica, dava-lhe um pouco dos dois e ia dizendo que ficava mal autoridades do Estado envolverem-se naquele tipo de trabalhos. Mas era maneira de falar porque, há

que reconhecê-lo, Mama Mère não ficou com tudo só para si: não queria o exclusivo, só queria concorrer (p. 54).

Daí para diante temos notícias de que, do interesse pelo monopólio do marfim, a preocupação do superintendente Million passaria a ser a atenção de outras autoridades sobre o “negócio ilegal” (p. 55) – menos interessado ficou, portanto, pelos “favores” de Mama Mère, já que “a queda dela poderia arrastar a sua própria queda” (p. 55).

O escoamento do marfim na planície do Zambeze ocasionava uma espécie de zanga entre Zâmbia, Moçambique e Zimbábue. Como representante dessa tensão, temos o tenente zimbabueano Maxwell Zvobo e suas “constantes pressões legalistas” (p. 159) sobre o superintendente Million. Irritava a Zvobo o fato de a congoleza e seus caçadores – Suzé Mantia e seus dois companheiros, João Bonifácio e Aniceto William – não se limitarem ao território moçambicano. Assim, o tenente exigia de Million uma explicação sobre a caça de elefantes no Zimbábue, logo, sobre Mama Mère.

Como referido pelo narrador, a “terra dos Ansengas”, no passado já era “muito ativa” em virtude do “marfim que dela saía (e) alimentava todo o cordão de cidades que desciam rio abaixo: Cachombo, Tete, Sena e a última de todas, Quelimane, onde se respirava o ar do mar” (p. 40). E esse “negócio (que) se fazia com gente de todas as paragens”, viria a se constituir no romance como uma “guerra paralela” (p. 161) da qual faziam parte os caçadores que trabalhavam para Mama Mère. Isso porque eles não faziam “parte daquela relação entre invadidos e invasores” (p. 75), mas eram responsáveis pela caça e entrega (segura) do marfim à congoleza.

A propósito da investigação a respeito do tráfico de marfim, Zvobo chega a alertar Million quanto ao perigo oferecido pelos “terroristas” localizados “do outro lado do rio, em Moçambique”:

Somos três países vivendo juntos, quase como irmãos: a sua Zâmbia aqui, Moçambique mais para leste, do outro lado do rio Aruângua, e o meu Zimbábue para sul, do outro lado do rio Zambeze. Isso significa, como sabe, que o que se passa num deles interessa sempre aos restantes como sempre acontece entre vizinhos e irmãos [...]. Ora as coisas, do outro lado do rio, em Moçambique, estão muito instáveis. Há por lá terroristas que ainda não chegaram aqui mas podem fazê-lo a qualquer momento. É preciso estarmos alerta para evitar surpresas. Nem eu nem vocês temos forças suficientes para patrulhar as fronteiras. Não sabemos, sequer, se eles pensam respeitá-las (p. 56).

Ancorando-nos na fala de Zvobo para discorrer sobre essa instabilidade, ao ampliarmos um pouco a visão, outro aspecto relevante a ser considerado é o contexto internacional, pois parece-nos sugestivo referir a partir de um arco histórico diverso dos já apresentados, alguns dos possíveis “contextos prevalecentes à época, nos anos imediatamente anteriores e posteriores”¹³⁴ à guerra civil, nos quais identificam-se “algumas séries hipotéticas de fatores que colaboraram para a construção” do “potencial de violência” relacionado ao desenvolvimento do conflito civil moçambicano¹³⁵. Dentre tais contextos, podemos começar mencionando o fato de que após a independência houve uma “acentuação de assimetrias regionais, na multiplicação e reforço de identidades fragmentárias ou, mais geralmente, na acentuação e generalização progressivas e consistentes da pobreza”¹³⁶. A esse quadro, é importante relacionar o “sistema internacional da Guerra Fria”¹³⁷ e a sua existência enquanto “dimensão da vida política internacional”¹³⁸, com a qual o continente africano esteve, de algum modo, articulado.

Deste ponto de vista, no continente africano a Guerra Fria funcionou como pilar político-econômico das décadas de 1960 e 1970¹³⁹, visto que, apesar de

¹³⁴ Na linha de João Paulo Borges Coelho historiador, a importância de se considerar os contextos justifica-se, inclusive, pelo fato de a noção de “potencial de violência”, conforme o próprio historiador assinala, ser ainda “demasiado vaga para poder ser operativa”. Sobre tal noção, compreenda-se que se trata de uma espécie de fermento histórico responsável pelo desenvolvimento de “novas guerras intestinas” nas “ex-colônias portuguesas – em particular, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique”. O processo de militarização e o ““subsistema” da Guerra Fria na África Austral” são alguns dos fatores que “favoreceram o acumular de tensões nessas sociedades e fizeram com que elas se manifestassem de forma aberta após a independência”. Assim, o potencial de violência é resultado “do efeito conjugado desses fatores que terão tido, bem entendido, pesos diversos”. pp. 175-176. Cf.: COELHO, João Paulo Borges. “Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colônias portuguesas”. Lusotopie, 2003, p. 175.

¹³⁵ Idem, pp. 175-176.

¹³⁶ Idem, p. 177.

¹³⁷ OLIVEIRA, Ricardo Soares de. “A África desde o fim da Guerra Fria”. In: Relações Internacionais (RI). Este texto é o posfácio do livro de John Fage: *História da África*. Lisboa: 2010. Edições 70, p. 96. Disponível em: www.scielo.oces.mates.pt Na esteira do autor, o “impacto negativo da Guerra Fria na África”, relaciona-se às “guerras por procuração” promovidas e/ou financiadas pela União Soviética e pelos Estados Unidos, ainda que de forma irregular por todo o continente.

¹³⁸ Idem, p. 96. Segundo o autor, “os estados africanos dependentes da exportação de matérias-primas e com recursos humanos não especializados foram devastados. Esta mudança sistêmica é o fator crucial que estrutura as três décadas subsequentes da vida africana”.

¹³⁹ Idem, Ibidem, p. 96.

a maioria dos estados africanos ter preferido a designação de “não-alinhados”, este período pautou-se por uma série de relações privilegiadas, ainda que instáveis, com uma ou outra das superpotências. Para a China e o Bloco Leste em particular, a tentativa de estabelecer tais relações incluiu, para além dos estados africanos, a ajuda financeira e militar aos movimentos de libertação de territórios ainda por descolonizar como Angola, Moçambique e as colónias anglófonas da África Austral. A presença dos Estados Unidos fez-se sentir através do apoio incondicional aos seus aliados “anticomunistas” na Etiópia, Libéria, Zaire e os estados controlados por minorias brancas na África Austral, ao passo que a França desenvolveu uma relação neocolonial de enorme complexidade com as suas ex-colónias que (entre outras consequências) ancorou a África de língua francesa no campo ocidental durante a Guerra Fria¹⁴⁰.

Diante do exposto, importante atentar ao fato de que embora ancorada na ideia de uma identidade coletiva construída a partir das zonas de libertadas, cuja inspiração se deu com a experiência da Frelimo em Nachingwea (Tanzânia) já em 1960, seguida da “chamada linha revolucionária (que) controlou o movimento nacionalista, a partir de 1968”¹⁴¹, impossível desconsiderar as divisões históricas em nível mundial e sua força sobre os movimentos de libertação engendrados no continente africano. Assim e na chave dos fatores exógenos que contribuíram para o desenvolvimento do conflito civil, é possível ampliar o significado da dissidência encabeçada pela Renamo para além de uma reação às políticas frelimistas opostas às “tradições obscurantistas”¹⁴², localizando-a também como uma reação articulada por interesses externos refratários a possibilidade de qualquer experiência socialista.

No âmbito económico, mais especificamente, a implosão da Guerra Fria decorrente da crise petrolífera dos anos de 1970, ocasionou “um abalo brutal na economia mundial cujo resultado mais dramático foi a “bifurcação de destinos do Terceiro Mundo”¹⁴³. Na sequência, a década de 1980

foi acompanhada a nível intelectual pelo abandono das ideias keynesianas em favor de uma visão neoclássica da economia. Este fato teve implicações imediatas para os estados africanos já que estes precisavam da ajuda das instituições financeiras internacionais (IFI) para impedir o seu naufrágio definitivo¹⁴⁴.

¹⁴⁰ OLIVEIRA, Ricardo Soares de. “A África desde o fim da Guerra Fria”. In: Relações Internacionais (RI). Este texto é o posfácio do livro de John Fage: *História da África*. Lisboa: 2010. Edições 70, p. 95. Disponível em: www.scielo.oces.mates.pt

¹⁴¹ COELHO, João Paulo Borges. “Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas”. Lusotopie, 2003, p. 176.

¹⁴² FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005, p. 104.

¹⁴³ OLIVEIRA, Ricardo Soares de. “A África desde o fim da Guerra Fria”. In: Relações Internacionais (RI). Este texto é o posfácio do livro de John Fage: *História da África*. Lisboa: 2010. Edições 70, p. 96. Disponível em: www.scielo.oces.mates.pt

¹⁴⁴ Idem, p. 96.

Com isso, a *linguagem* que passa a reger as relações internacionais dos estados africanos é a da “condicionalidade”¹⁴⁵, e não mais da soberania nacional reconhecida juridicamente com as recentes independências. Assim, parece-nos sugestiva a ressonância dessa implosão em conflitos da África Austral, inclusive no contexto político-econômico moçambicano da década de 1980-1981. Para reforçar, como assinalado por Gentili (1998), 1980 “foi um ano chave na história política de Moçambique independente”, posto que se tinha como horizonte “uma era de paz e segurança regional que se esperava pudesse vir a permitir a concentração dos recursos em projetos de desenvolvimento econômico, exatamente no contexto da coordenação com os países vizinhos”¹⁴⁶. Porém, o que se efetivou foi o início da “estratégia de agressão econômica e armada (uma nova invasão de Angola por parte do exército sul africano em 1981) que atingiu Moçambique através da ajuda maciça dada à reorganização dos grupos dissidentes que tinham perdido a sua retaguarda rodesiana”. Acusada de “fornecer santuários para os guerrilheiros anti-apartheid”, a Frelimo sofreria represálias do governo sul africano, apoiado, inclusive, pela política americana da administração Reagan. Com isso, “a represália e as medidas definidas como prevenção contra o “terrorismo” por parte da África do Sul” eram legitimadas, assim como a “estratégia chamada exatamente de “engajamento construtivo”, que dava ao governo sul africano larga margem de manobra em troca de choradas promessas de reforma”¹⁴⁷.

Nesses termos, é possível colocar a questão da “Guerra Fria na África Austral” a partir da “hostilidade crescente entre a Rodésia e a África do Sul (aliados tradicionais do Portugal colonial na região) por um lado, e os novos países de tendência “oficialmente” socialista, por outro”¹⁴⁸.

Voltando ao romance, vale recuperar o “velho Mantia”, pai do caçador astuto Suzé Mantia, e com quem o filho aprenderia a “difícil arte de esperar” (p. 127)

¹⁴⁵ OLIVEIRA, Ricardo Soares de. “A África desde o fim da Guerra Fria”. In: Relações Internacionais (RI). Este texto é o posfácio do livro de John Fage: *História da África*. Lisboa: 2010. Edições 70, p. 97. Disponível em: www.scielo.oces.mates.pt

¹⁴⁶ GENTILI, Anna Maria. *O Leão e o Caçador: uma história da África sub-saariana*. Maputo: AHM, 1998, pp. 365-366.

¹⁴⁷ Idem, pp. 365-366.

¹⁴⁸ COELHO, João Paulo Borges. “Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colônias portuguesas”. *Lusotopie*, 2003, p. 176.

Segundo o narrador, em 1973 o “velho Mantia” foi quem fundou a aldeia de Bawa diante da necessidade de se refugiar com a família, quando foi acusado pelos guerrilheiros da Frelimo de transportar em sua almadia milícias do colono para o Zumbo (p. 128). Foi sob essa hostilidade que Suzé Mantia conheceu a fuga, aprendendo, tal como seu pai, a “desconfiar do futuro, e a dar importância ao presente”. (p. 129)

Carregando essa marca do “velho Mantia” que foi “ferido na sua dignidade” (p. 130) e obrigado a viver como um “refugiado” no momento em que se desenhava a independência moçambicana, Suzé Mantia acabaria por preferir a “ilegalidade” (p. 159), combatendo no conflito do Zumbo como “milícia” fora da órbita da formalidade para “logo, sem testemunhas, se transform(ar) em furtivo caçador com grande proveito de Mama Mère” (p. 159).

Na sequência e como mais uma representação dos “mecanismos formais”¹⁴⁹ utilizados pela Frelimo no intuito de uniformizar o pensamento do povo e prepará-lo para a nação moçambicana, temos o combatente Meia-Chuva.

Meia-Chuva é destas guerras e também de outras. Meia-Chuva é de todas as guerras. Mas nem sempre foi assim. Chegou ao que é hoje através de um percurso longo, sinuoso e difícil, no decorrer do qual se foi transformando de jovem imberbe e assustado em soldado convicto e infalível (mais tarde, embora continuando a ser infalível viria a perder parte da convicção). (p. 169)

O percurso de Meia-Chuva seria marcado por contradições quase que intransponíveis. Isso porque antes de entrar para as fileiras da Frelimo, Meia-Chuva acompanhava o seu régulo Mussandaluz, em fuga da “mão pesada do administrador e (d)os bastões dos seus sipaios” (p. 170). Juntos chegaram até a Zâmbia e lá se separaram, cada um dando um rumo a sua vida. Meia-Chuva acabaria sendo levado a um “pequeno campo onde todos aprenderam o que era a revolução, com palestras, treinos e punições” (p. 171). Em virtude de seu desempenho, retornaria a Moçambique com o seu “primeiro grupo de jovens instruendos”. (p. 171)

Depois de aprender o que era a revolução, também seria convidado a mostrar a sua determinação na luta contra os portugueses. Como membro do Coremo (Comitê Revolucionário de Moçambique) e nomeado “comissário político” (p. 172), Meia-Chuva exerceria a tarefa de incutir nos “velhos e renitentes régulos” (p. 172) o desejo por aderir ao Comitê.

¹⁴⁹ Por mecanismos formais e semi-formais entendemos que se tratem de instrumentos a partir dos quais a Frelimo tentou consolidar uma estrutura burocratizada e de controle no campo. Cf.: COELHO, João Paulo Borges. “Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colônias portuguesas”. Lusotopie, 2003, p. 176.

Meia-Chuva incomodava-se com a sorte destes velhos e renitentes régulos. Explicava-lhes pacientemente as vantagens que lhes traria a adesão à revolução, dando largas à sua impaciente imaginação: quando o Comité Revolucionário de Moçambique triunfasse teriam poços de água nas suas miseráveis aldeias, um carro para cada um, que eram velhos e lhes custava já a andar. Os velhos ouviam mas relutavam em embarcar nessas extraordinárias visões. A idade e a fome tinham-lhes já secado não só as carnes mas também a imaginação. Por mais que os seus olhos amarelos seguissem o dedo espetado do comissário político apontado para o risonho horizonte, nada conseguiam ver. Avançavam então os guerrilheiros mais duros e batiam-lhes. Meia-Chuva sofria com isso – sofria sem saber se pela falta de eficácia dos seus argumentos de comissário político, se por se lembrar do velho Mussandaluz o seu próprio régulo, tão corajoso e tão digno, e de ver estes velhos maltratados tão iguais a ele. (p. 173)

Se na trajetória que o levou do Coremo a Frelimo, Meia-Chuva se transformou num “guerrilheiro temível” (p. 175) e num “lúcido comissário político” (p. 175), ao terminar a luta pela independência e desembocar na guerra civil do Zumbo, como apontado pelo narrador, Meia-Chuva se sentia “mais vulnerável e perdido nos labirintos de uma lógica que para um velho combatente é insondável” (p. 176).

As coisas são *hoje* muito diferentes, não se combate como se combatia. *Antes* a dor era atenuada pelas ideias, pela visão clarividente do futuro. Matar libertava porque significava um passo em frente. *Hoje*, pelo contrário, o cheiro doce do sangue agarra-se às mãos, incomoda o sono. *Antes*, até fugir era positivo porque se fugia já com o regresso em mente. *Antes* cercava-se, *hoje* é-se cercado. E Meia-Chuva, sentado numa pedra e olhando fixamente as pequeninas explosões na fogueira que crepita, os estilhaços dos gravetos que se iluminam no ar e desaparecem na escuridão, não consegue entender o que mudou e quando mudou. (p. 175-176. Grifos nossos.)

Interessante perceber a partir desse trecho como a existência da personagem Meia-Chuva concatena-se ao contexto da guerra civil e o que ela ecoa do percurso histórico abarcado pela narrativa, sinalizados pelos advérbios “antes” e “hoje”. Mais uma vez o que se observa é a reintegração do passado ao presente, não obstante as transformações políticas, pondo à prova, assim, leituras simplificadoras dos processos históricos envolvidos pelo conflito civil.

Na linha das representações simbólicas das instabilidades que permearam o governo da Frelimo, temos também o administrador Sigaúke, que vivia “espremido entre o fato e as exigências dos seus superiores” (p. 160). O “fato” é que quem lhe “assegurava a soberania, num momento de inúmeras fragilidades, era Suzé Mantia, que além de estar na mira do tenente Maxwell Zvobo, incomodado com a ousadia dos “caçadores furtivos (que) estavam cada vez mais ousados, abatendo animais já dentro dos limites da fronteira zimbabueana” (p. 134), agia na ilegalidade como milícia contra a Renamo. Embora

acusado de não conseguir governar a sua própria terra, Sigáúke não tinha condições de atender às exigências do vizinho, como se pode observar no excerto a seguir.

Como poderia o administrador não estar do lado de quem lhe assegurava a soberania nestes tempos tão difíceis? *(o mesmo se poderia perguntar aos poderes centrais que lhe ditavam ordens e requisições, tão preocupados com a boa vizinhança e com as cortesias diplomáticas mas tão ignorantes das verdadeiras ameaças)*. E Sigáúke adiava, jogando na demora que havia, nas difíceis circunstâncias, entre as perguntas que vinham de cima e as respostas que de baixo não podiam deixar de ser dadas, mesmo se vaga e imprecisamente. (p. 162. Grifos nossos.)

Como vemos em uma das passagens do texto, o trio liderado por Suzé Mantia esforçava-se para se retirar da zona de conflito a fim de cumprir o contrato com Mama Mère, que se resumia na entrega de “oito belas presas de branco marfim” (p. 90), escondidas, em virtude do ataque ao Zumbo, no “cenário cubista da velha missão de São Pedro de Claver, no Miruru” (p. 87). Motivado por esse desafio, o narrador adia a história central para puxar mais um fio narrativo, remetendo-nos “há três séculos”, quando “padres barbudos” também esforçavam-se para vencer “intransponíveis barreiras”:

É já no final da tarde, extenuados, que Suzé Mantia e os amigos entram devagar no cenário cubista da velha Missão de São Pedro de Claver, no Miruro. Há três séculos, padres barbudos e católicos ousaram desafiar aqui os velhos espíritos M’bona, regateando-lhes o rebanho humano. Incansáveis, subindo o Zambeze contra a corrente, torneando-lhe os baixios traiçoeiros, passando frente à cidade de Tete, fazendo vários transbordos para vencer intransponíveis barreiras e mudar para calados mais modestos que a nova navegação aceitasse, quase desfalecendo frente ao Zumbo mas prosseguindo sempre, virando à direita e subindo o Aruângua, chegavam enfim a este desconhecido lado do mundo com a sua parafernália de objetos e novos elementos de fé que surpreenderam até Dedza, o grande deus. Carneiros hidráulicos inauditos, que iam contra a natureza trazendo a água para cima quando é certo e sabido que a natureza só a faz descer; novas plantas, boas de comer mas sequiosas, que não crescem sem essa água que sobre contra a natureza. (p. 87)

Conforme o trecho, além dos indícios de Cahora Bassa¹⁵⁰ e seus efeitos nefastos sobre o Zambeze, o comércio de marfim inscrito no romance configurou-se como uma

¹⁵⁰ A construção da hidrelétrica de Cahora Bassa teve início no período colonial e foi concluída após a independência. Tratou-se de um projeto que encabeçava a “integração regional”, de grande interesse para a África do Sul e Rodésia. Na década de 1970, a possibilidade de “atrair um milhão de colonos portugueses” para dar cabo à sua construção, também viabilizava a formação de um “tampão à infiltração guerrilheira” na porção sul de Moçambique. Seguiu-se ao alagamento das terras e destruição do modo de vida dos camponeses, o deslocamento de “mais de 40 000 camponeses que, para não estabelecerem contato com a Frelimo (cuja progressão se dava para o sul), foram instalados em aldeamentos”. Cf.: MENESES, M. P. “O Olho do Furacão? A África Austral no Contexto da Guerra Fria (Década de 70)”. In: MENESES, M. P. & MARTINS, Bruno Sena (orgs.). *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: Alianças Secretas, Mapas Imaginados*. Coimbra: Almedina, 2013, p. 41-58.

das ações econômicas europeias que se dilataram em Moçambique, sem que com isso se tivesse um avanço no desenvolvimento de forças produtivas¹⁵¹.

Dessa forma, foi uma das práticas responsáveis pelo desenvolvimento de um processo econômico e político cujas consequências não deixam lugar à dúvida: a desestruturação de uma realidade social por uma política determinada a ampliar consideravelmente suas atividades administrativas para viabilizar efetivamente a institucionalização da situação colonial. Ou ainda, na linha de Gentili, configurou-se como um dos fatores responsáveis pela “perda do controle sobre a natureza (que) significou o fim da coerência da tradição, a desagregação da trama e dos significados por que se regia todo o sistema de relações sociais e políticas”¹⁵².

No âmbito de abertura das linhas comerciais de amplitude global já no século XIX, tal comércio foi uma das práticas mercantis originárias do processo acumulativo em que é possível identificar a posição de força assumida pelos europeus, o que consequentemente garantiu a extração de um excedente por uma via autoritária. Em virtude da crescente incorporação de novas linhas de comércio e da ativação de novos recursos de metais preciosos e de mão-de-obra escrava, foi possível expandir um excedente drenado, sobretudo, para a Europa, acarretando consequências drásticas para as atividades produtivas preexistentes em Moçambique, refletidas, inevitavelmente, na organização da sociedade e do espaço.

¹⁵¹ Baseando-nos no prefácio de *Contribuição à crítica da economia política*, podemos dizer em linhas gerais, que o conceito de “forças produtivas” envolve os meios de produção e a força de trabalho, sendo que esta, para além da força física, caracteriza-se por uma dimensão subjetiva de extrema relevância para o desenvolvimento do conhecimento. Cf.: MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, pp. 23-27.

¹⁵² GENTILI, Anna Maria. *O Leão e o Caçador: Uma História da África Sub-saariana*. Maputo: AHM, 1998, p. 55.

2. Um breve parêntese geográfico

*Assim como nenhum de nós está fora ou além da geografia, da mesma forma nenhum de nós está totalmente ausente da luta pela geografia. Essa luta é complexa e interessante porque não se restringe a soldados e canhões, abrangendo também, ideias, formas, imagens e representações*¹⁵³.

Edward W. Said

Seguindo a discussão realizada até o momento e sem perder de vista a questão da identidade moçambicana, a delimitação mais pontual do espaço justifica-se pela intenção de destacar neste capítulo outras correspondências possíveis entre a representação do Zumbo em seus aspectos de formação e relação com outros espaços, e o contexto da guerra civil. Para tanto e uma vez que nos pareceu pertinente, procuramos estabelecer uma relação entre o espaço enquanto categoria narrativa e como formação social, como sugerido pelo geógrafo Milton Santos:

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social¹⁵⁴.

Dessa forma, ao recuperarmos outros espaços em seus contextos históricos identificamos relações sociais que atribuem ao Zumbo um caráter para além do meramente configurador da narrativa, ou ainda, como pano de fundo. Isso porque é a partir dele que a narrativa se expande, articulando outros tempos e outros espaços, sugerindo, conforme já referimos, pontos de continuidades entre as guerras de independência e civil. Nesse sentido e num esforço de abarcar essa abrangência, é importante considerar o Zumbo sob a perspectiva de espaço:

como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele *contém* e é *contido* pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia *está* no espaço, assim como o espaço *está* na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual¹⁵⁵.

¹⁵³Arbitrariamente, não se fez distinção entre os termos “geografia” (“conjunto das características geográficas de uma área particular”) e “Geografia” (“ciência que tem por objeto de estudo os fenômenos físicos, biológicos e humanos que ocorrem na Terra, suas causas e relações recíprocas”). Sugerimos, assim, um “exame geográfico da experiência histórica” do Zumbo na chave de Said. Cf.: SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 37-38.

¹⁵⁴SANTOS, Milton. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Edusp, 2012, pp. 22-25.

¹⁵⁵SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 12.

Assim, ao abarcar o tempo presente da guerra civil sob as influências de uma dimensão histórica um pouco mais ampla, além das continuidades e ao mesmo tempo na esteira delas, é possível perceber o acúmulo de tensão e sua relação com a noção de “potencial de violência”, como já mencionado.

Por isso, importa assinalar alguns marcos cronológicos identificáveis e anteriores ao da guerra civil pelas referências ao período aproximado de 1729 até 1888, depois dando um salto a 1973, ano mais próximo da independência moçambicana. Do primeiro recuo, temos a referência à fundação da “igrejinha de Nossa Senhora dos Remédios” pela “Ordem dos Pregadores” (p. 33). Como nos mostra o narrador, temos uma linha sucessória de freis, esboçando desde a fundação da igreja pelo Frei Manuel da Conceição em 1729, até Frei Pedro da Santíssima Trindade, remetendo-nos a 1820:

Frei Pedro da Santíssima Trindade, da Ordem dos Pregadores, tomava conta da igrejinha de Nossa Senhora dos Remédios do Zumbo em 1820, era ainda ela pouco mais que uma palhota. Como todos os que o precederam da mesma Ordem (Frei de Santo Antonio de Pádua em 1809, Frei António de São João Nepomuceno em 1804, Frei Rodrigues em 1803, José Mascarenhas em 1786, e Frei Manuel da Conceição em 1729, este último fundador), tinha Frei Pedro a incomensurável vontade de ver a sua igreja crescer. Expedito e voraz como quase todos os seus contemporâneos, explorava ouro no Bar Pombo, privativo dos seus irmãos Dominicanos, com a ajuda forçada do povo que ali havia. Com todo esse ouro na mão, movido pela inspiração divina e com a ajuda do Mazembwe, grande chefe da região, desatou Frei Pedro a comprar toda a mapira e mexoeira que lhe passava pela frente (fora 1823 ano de grande fartura de comidas). Por cada duas medidas e meia de mapira dava ele, generoso, uma braça estreita de pano. A razão de tudo aquilo só Frei Pedro a sabia, que chefes e povo se mostravam intrigados e não encontravam resposta. Como quase sempre acontece, à fartura seguiu-se uma grande míngua entre os Ansengas, tão grande que assim não havia memória (legítimo seria hoje se não terá sido Frei Pedro quem a provocou). E como acontece nas grandes fomes, deitou-se o povo à estrada vagueando em busca de um destino. (pp. 33-34)

A referência a Frei Pedro, mais uma figura histórica que aparece como sujeito, emoldura a exploração dos povos locais pela igreja católica, submetidos à fome como garantia de mantê-los disponíveis ao trabalho forçado. É a propósito da origem de Gomanhundo que o narrador faz referência ao Frei Pedro da Santíssima Trindade. Descobrimos que assim como Ntsato, o nganga também havia sido pescador, o que quase lhe acabaria com a vida. Num dado momento, enquanto pescava, o “jovem Sixpence” percebeu “um borbulhar das águas” que o “atraiu para uma pequena reentrância da margem” (p. 31), de onde saiu um crocodilo que o “abocanhou por trás” (p. 31). Agarrado à perna, o “nhacoco” só largaria a presa depois de ser atacado pela “afiada catana” (p. 32) de Sixpence que, gravemente ferido, seria transportado “para o Zumbo onde ficaria vários dias entre a vida e a morte, com febres altíssimas” (p. 32). Recuperado e convencido de

que o acontecimento tinha um significado, Sixpence decide abandonar a pescaria, transformando-se “em nganga e a adotar o nome de Gomanhundo” (p. 33).

Na sequência e sem perder de vista o fio de ironia do autor implícito, constatamos que à sobrevivência de Sixpence temos articulada a morte do Frei Pedro da Santíssima Trindade, “afamado curandeiro” (p. 35) que em 1820 “com a ajuda forçada do povo” (p. 33) do Zumbo, “explorava ouro no Bar Pombo” (p. 33) para construir sua igreja, como destacado anteriormente.

Frei Pedro da Santíssima Trindade, o Gomanhundo, morreu um dia como morrem todos os homens por igual, crentes ou não. E talvez pelo ouro que escavou ou pela chantagem escondida nas paredes da nova igreja, não se sabe bem, ficou a sua alma errando sem lugar para repousar até que encontrou o corpo de Sixpence e o roubou às faces do nhacoco, no episódio relatado. Ao fazê-lo, comprou um corpo onde se alojar pelo preço de o manter inteiro, salvando o pescador. Sixpence, reconhecido, deixou-se por sua vez morrer um pouco para abrir espaço para a alma errante do infeliz Gomanhundo. E como Frei Pedro fora também afamado curandeiro (o melhor no tocante aos óleos para o reumático), nasceu assim, desta extraordinária fusão, o nganga Gomanhundo (p. 35)

Assim, a figura de Frei Pedro recupera a ação engendrada pela igreja católica e seus efeitos sobre os povos locais. Fundada por ele em 1729, vimos que a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios foi construída à custa da exploração do trabalho dos locais. Tomando-lhes todo o alimento ofertado pela terra em época de fartura, no período de “grande míngua” (p. 34) que se seguiria provavelmente ocasionado pela seca, Frei Pedro estabeleceu condições ideais à exploração do trabalho, pois estava disposto a trocar os alimentos que havia estocado (e os panos que ainda restavam) “pelo trabalho que essas gentes esfomeadas ainda podiam dar” (p. 34). A “imponente Igreja de Nossa Senhora dos Remédios” (p. 34), portanto, seria erguida à custa da fome do povo.

Ter em mente o Zumbo no bojo da delimitação do território moçambicano é outro aspecto relevante para se compreender os recuos realizados pelo narrador de *As Duas Sombras do Rio*. Isso porque a “sedimentação da presença portuguesa ao longo do Zambeze até ao Zumbo, desde o século XVI, veio a constituir uma marca iniludível no traçado de fronteiras coloniais efetuado pela diplomacia europeia nos finais do século XIX (e) início do século XX”¹⁵⁶.

¹⁵⁶ SAMPAIO, Cristina. “O Zumbo: um problema de “direitos históricos” na delimitação da fronteira”. *Africana Studia*, nº 9, Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2006, p. 205.

Nessa linha, importante mencionar que o tratado luso-britânico de 1891 definia a delimitação colonial europeia da fronteira Zumbo-Tete¹⁵⁷. Com esse tratado, estabelecia-se o reconhecimento da “influência portuguesa em Angola e Moçambique, ao mesmo tempo que delimit(ava) a esfera de influência britânica na África Central”¹⁵⁸. A esse quadro, acrescenta-se ainda o papel do Zambeze, pois com a aprovação do segundo tratado luso-britânico em junho de 1891, que fixava, com pequenas diferenças, as atuais fronteiras de Moçambique, o *sonho cor-de-rosa* seria desmantelado. Segundo Pélissier:

O planalto de Manica é perdido a favor da Rodésia, mas os prazos a noroeste de Tete (até o Zumbo) são atribuídos a Moçambique. A delimitação em Manica fica sujeita a arbitragem (dada em 1897). O Zambeze fica livremente aberto à navegação, em especial à dos britânicos, que obtêm um direito de trânsito (incluindo tropas) quase ilimitado na colônia: criação de uma feitoria britânica na foz do Zambeze (Chinde).¹⁵⁹

A essas (re)configurações espaciais, junta-se também a necessidade de construir “novos conhecimentos”¹⁶⁰ no século XVIII, em que se pode destacar a realização de uma “travessia científica”¹⁶¹ pela África por uma expedição que partiu do Zumbo, “na margem esquerda do Zambeze, no extremo ocidental de Moçambique na mesma latitude dos sertões de Benguela e Moçâmedes”¹⁶².

Fundada no início do século XVIII, a Feira do Zumbo pode ser vista como parte de um dos andares da geopolítica zambeziana¹⁶³ no qual se instaurou o *sistema de prazos*.

¹⁵⁷ SAMPAIO, Cristina. “O Zumbo: um problema de “direitos históricos” na delimitação da fronteira”. *Africana Studia*, nº 9, Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2006, p. 205.

¹⁵⁸ HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula – visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2008, p. 64.

¹⁵⁹ PÉLISSIER, René. *História de Moçambique. Formação e Oposição (1858-1918)* Vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 144.

¹⁶⁰ Os “novos conhecimentos” construídos pela exploração e pela investigação científica procuram, ao mesmo tempo, entreter, seduzir e criar um imaginário na sociedade da metrópole que participa, desse modo, no processo de propaganda colonial. Sendo o conhecimento científico uma construção social e cultural historicamente contextualizada, produto da sociedade ocidental, ao ser levado para os trópicos, inscreve-se num exercício do poder colonial. Cf.: COSTA, Luís Manuel Neves. “Conhecer para ocupar. Ocupar para dominar. Ocupação científica do Ultramar e Estado Novo”. *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série, vol. 3 – 2013, p. 42.

¹⁶¹ SAMPAIO, Cristina. “O Zumbo: um problema de “direitos históricos” na delimitação da fronteira”. *Africana Studia*, nº 9, Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2006, p. 208-209.

¹⁶² SANTOS, Maria Emília Madeira. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. Lisboa, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1978, p. 132. In: SAMPAIO, Cristina. “O Zumbo: um problema de “direitos históricos” na delimitação da fronteira”. *Africana Studia*, nº 9, Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2006, p. 208-209.

¹⁶³ PÉLISSIER, René. *História de Moçambique. Formação e Oposição (1858-1918)* Vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 75.

Apropriando-nos do termo *geopolítica* à luz de Pélissier (1987), podemos dizer que a *geopolítica* do Zambeze repõe o expansionismo colonial e as transformações dos regulados e Estados africanos, focalizando no processo de expansão e transformação os sinais da degenerescência das relações sociais no Vale do Zambeze. Como marca disso, tem-se o *sistema de prazos*, através do qual Portugal pode “exercer uma influência mais ou menos difusa nas duas margens do Zambeze até ao Zumbo”¹⁶⁴ e que já havia despontado no vale do Zambeze em meados do século XVI¹⁶⁵:

Os prazos, que muitos historiadores pretenderam ver como a primeira forma de colonização portuguesa em Moçambique e, particularmente, no vale do Zambeze, foram essencialmente bases de escoamento de mercadorias – ouro e marfim numa primeira fase e de escravos numa segunda – que aproveitaram o rio Zambeze como via natural¹⁶⁶.

Na linha desta citação, é importante destacar ainda a inscrição do *sistema de prazos* no bojo da ação portuguesa assente, em um primeiro momento, na exploração mercantil do ouro e do marfim, prática responsável pela submissão crescente da “produção ao valor de troca, numa sociedade onde, antes, predominava a produção de valores de uso”¹⁶⁷. Favorecida pela cristalização da dependência do Império Monomotapa com relação aos portugueses, podemos associar o avanço dessa submissão ao “estatuto político” assumido pela circulação de mercadorias. Isso porque a partir do momento em que os “tecidos adquiridos na Índia e (a) missanga comprada em Veneza”¹⁶⁸, fornecidos ao Império Monomotapa em troca da exploração dos recursos já citados, passaram a circular pelos “canais de parentesco”, o fator econômico parece ter ficado em segundo plano. Tanto que o Monomotapa chegou ao ponto de ceder terras “ricas em meios de ouro ou em ouro fluvial”¹⁶⁹, e provocar uma “erosão da economia natural das mushas”¹⁷⁰, empurrando milhares de camponeses ao trabalho nas minas¹⁷¹.

¹⁶⁴ PÉLISSIER, René. *História de Moçambique. Formação e Oposição (1858-1918)* Vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 83.

¹⁶⁵ SERRA, Carlos (Org.). *História de Moçambique – Parte I – Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300 – 1885; Parte II – Agressão Imperialista, 1886-1930*. Maputo: Livraria Universitária, 2000, pp. 57-58.

¹⁶⁶ Idem, pp. 57-58.

¹⁶⁷ Idem, Ibidem, pp. 57-58.

¹⁶⁸ Idem, Ibidem, pp. 57-59.

¹⁶⁹ Idem, Ibidem, p. 57.

¹⁷⁰ Idem, Ibidem, pp. 37-38. “As *mushas*, que integravam no geral uma família no sentido lato ou um grupo de famílias com o mesmo antepassado, viviam num regime de auto-subsistência e estavam fundamentalmente orientadas para a produção de valores de uso”.

¹⁷¹ Idem, Ibidem, pp. 37-38.

Por tudo o que foi dito até agora, podemos dizer que o espaço geográfico representado no romance configura-se como espaço que “responde às alterações na sociedade por meio de sua própria alteração”¹⁷². Assim e enquanto “*locus* de produção”¹⁷³, esse espaço reverbera uma combinação de forças sociais distintas que conseguimos apreender através dos espaços constitutivos do texto literário “à medida que a história vai se fazendo”¹⁷⁴.

Voltando à narrativa, observamos que em virtude do primeiro ataque ao Zumbo, parte da população optou por se deslocar até Bawa (outros, seguiram para Feira), aldeia localizada à margem sul do Zambeze. Apesar de pequena e de estar à beira da chegada da fome¹⁷⁵, mais uma vez o povo de Bawa vive o desconforto de receber visitas sem ter o que lhes oferecer (p. 108). Os que chegam do Zumbo, desconcertados por se apresentarem sem cuidado (p. 108), “não deixam de olhar para a outra margem, falando mais no que tinham do que naquilo que agora não têm” (p. 108). Para o narrador, isso é um problema, pois “não falar naquilo que não tinham” criava expectativas nos de Bawa, pois “não se pode dividir aquilo que não existe” (p. 108). Desse modo, de um lado e de outro, temos o impacto da interrupção provocada pela guerra civil, que transformava a vida em algo tão imprevisível quanto bloqueada a qualquer devir.

Todavia, com o tempo a vida recuperava certa normalidade (ainda que temporária), pois “tímidas almadias” (p. 109) começavam a circular pelo Zambeze.

Os dias passam uns atrás dos outros, e é nesse mesmo grande rio que começam a surgir tímidas almadias. Sempre guardando respeitável distância da costa norte, é certo, mas aumentando em número que o atrevimento está na natureza daquele povo. Começam por sair de noite, furtivamente, apesar dos hipopótamos e dos baixios, passam ao largo do Zumbo e rumam à Feira. O que levam não se vê; talvez peixe, que o Zambeze sempre foi e será povoado por ele, e mesmo algum marfim, no caso de Mantia, seus companheiros e outros como eles, ou ainda umas gazelas mortas. Depois é já de dia, desabridamente, que aquele náutico movimento se processa, atarefadas as almadias, carregadas para lá como para cá. Porque para cá vem comida como seria de esperar, mas também as coisas mais inusitadas como pentes coloridos, cerveja e outras mais. Com isto retorna ao Zambeze alguma da alegria de outrora. (p. 109)

¹⁷² SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 77.

¹⁷³ Idem, p. 81.

¹⁷⁴ Vale dizer que “história” em Santos relaciona-se a uma certa realidade e seus acontecimentos, de modo que é interessante nos apropriarmos dessa acepção tendo em conta a sua evocação no plano do discurso, ou seja, por uma voz narrativa capaz de relatar a história e suas transformações. SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 2004, p. 57.

¹⁷⁵ Coelho, op. cit., p. 109. Ao primeiro ataque, seguiu-se um período de seca, tornando a vida em Bawa mais difícil para “os da terra e os do outro lado”.

Em uma interessante inversão, incentivados pelo povo, até os militares seguiriam esse movimento, motivados pelos relatos de pescadores que diziam “ter chegado à outra margem” (p. 110). Assim, temos idas e vindas de início cuidadosas (exigindo, inclusive, autorização), mas depois seguidas “numa liberalização ditada por aquela imensa vontade tanto dos da terra (que queriam confirmar as histórias que ouviam) quanto dos refugiados, de ir mexer com as mãos naquilo que há tanto tempo só se via de longe” (p. 111).

Porém, em 27 de maio de 1987 (p. 154), a aldeia de Bawa é que se transforma em palco de um novo ataque, agora não só dos invasores, mas também dos de Panhame. Isso porque a gente dessa aldeia havia sido cooptada pelos invasores, sob a promessa de receber em troca “prosperidade” (p. 154). Dada a sua condição, os da aldeia de Panhame respondem com “normalidade” (subjugação) ao assalto dos invasores, cujo líder, aproveitando-se do vazio administrativo e da miséria, propõe aos da terra:

– Povo de Panhame, vocês são miseráveis, não têm nada que seja vosso. Vocês têm sal? Têm roupa? Rádios?

E perante o silêncio tímido de quem nunca ouviu música a não ser a saída do lamento dos seus próprios tambores, continuou:

– Venham conosco e nós vos daremos tudo isso e muito mais. Venham conosco e vão saber o que é a prosperidade. (p. 154)

Formando “uma grande coluna” (p. 154), os de Panhame, “batendo em latas” (p. 154), caminhavam à frente dos “invasores de armas na mão” (p. 154) rumo à aldeia de Bawa para realizarem o ataque já referido. Porém, o ataque fracassa, pois os de Bawa tinham sido avisados pelo “presságio” (p. 157) do ataque. Interessante notar que, apesar de também ser marcada pela “pobreza” e destituída de uma estrutura administrativa, o que observamos através da narrativa é que o povo de Bawa conseguiu escapar ao ataque pela via da tradição, pois os da terra tinham sido avisados pelo “leão Kanyemba” (p. 145), espírito que incorporou Joaquina M’Boa em ritual e anunciou o presságio do ataque.

Dessa forma, os de Bawa e os do Zumbo puderam responder com uma ofensiva. Meia-Chuva na condição de refugiado é quem organiza uma emboscada – espera que os invasores entrem na aldeia, pegando-os de surpresa, tal como os invasores estão acostumados a fazer, seguindo-se “um tiroteio generalizado e muito pouco natural, em que os que atacavam estavam lá dentro e os que defendiam cá fora” (p. 156). Com a suspensão dos tiros, “os de fora” (p. 156) lançaram-se à pilhagem.

Pouco estrago daí adviria se se tivessem limitado a tal ato, pois além de os moradores terem levado antes tudo quanto podiam pouco havia para levar e ainda menos foi deixado. *Mas estavam os invasores em fúria e souberam incutir nos de Panhame esse sentimento*, de forma que foram as palhotas queimadas, juntando-se todas para formar uma só fogueira que viria a ser vista a grande distância, inclusivamente do esconderijo onde o povo de Bawa, de coração aos saltos, aguardava que aquele pesadelo terminasse. (pp. 156-157)

Como se pode perceber através do trecho em destaque, foi diante dessa fúria que resultou o “ressentimento” (p. 157) dos de Bawa em relação aos de Panhame, “com o correspondente sentimento de culpa destes últimos” (p. 157).

Dando um salto para finalizar este capítulo, na sequência, vemos que a aldeia do Zumbo tenta refazer a sua vida. Sob a proteção dos Tigres, divisão do exército moçambicano treinada no Zimbábue (p. 179), os do Zumbo até então em Bawa retornam para a aldeia. A enfermeira Inês se livra de Salamanga, chefe do bando que a havia feito refém; Sigaúke volta a ser um administrador; D. Flora, dispõe-se a recomeçar, apesar de Mama Mère; e Jonas se casa com Benedita, embora decidido a partir novamente. Porém, os invasores voltam a atormentar a aldeia, fazendo com que o Zumbo “que lentamente se levantava”, voltasse a “cair de borco na lama dos seus inúmeros problemas”. (p. 249) Em uma terceira ofensiva, os invasores atacam a aldeia em 1 de julho de 1989 (p. 230), sendo freados pelos Tigres que conseguem dispersá-los. Não satisfeitos, os invasores investem novamente chegando ao Zumbo pelo Campoco em 4 de julho (p. 247), ao que mais uma vez o Zimbábue prestaria socorro. (p. 233) Diante desse quadro, o povo põe-se em retirada novamente, só que agora evitando o rio Aruângua. Embarcam no Estrela-do-Mar do piloto Ricardo, que curiosamente encalha na “praia da Ilha de Cacessemo” (p. 249). Assim, o Zumbo militariza-se e a “pequena multidão” se vê obrigada a recomeçar a vida na “ilha afastada do tempo, protegida dos invasores, longe dos começos abortados de uma prometida nova era”. (p. 250)

Aos ataques, articula-se a última visita de Leónidas Ntsato ao nganga Gomanhundo. É nela que o pescador, além de conversar com o curandeiro sobre as suas confabulações com os espíritos e o seu distanciamento das “loucas movimentações” (p. 217) dos invasores, recebe o diagnóstico de Gomanhundo com relação ao conflito que lhe afligia. Segundo tal diagnóstico, Ntsato não podia ser o leão, pois era Joaquina M’Boa quem o possuía, de modo que restava ao nganga “procurar o segredo da cobra” (p. 219) e desatar o malévolo laço que ligava Ntsato a mais esse espírito (p. 219). Isso porque segundo Gomanhundo, para se restabelecer, Ntsato precisaria ser “um” (p. 219). Porém,

o pescador responde à constatação do nganga com um “riso de desalento e de descrença” (p. 218), ao que Gomanhundo não fica indiferente.

Admitindo a limitação daquilo que lhe parecia ser uma “evidência”, o nganga decide sair em busca da “verdade”. Depois de convocar a família do pescador para comunicar tal decisão, Gomanhundo segue ao encontro da sacerdotisa Harkiriwa, que vai insistir com o nganga sobre a necessidade de se transitar entre o *particular* e o *geral*, trazendo à tona a relação entre o conflito de Ntsato e a dor de “toda aquela grande comunidade que um dia acordou dividida” (p. 229).

Por fim e repetindo o final do romance, ao recuperarmos o Zambeze e a ilha de Cacessemo, pontos de partida e de chegada da leitura, identificamos que a identidade moçambicana está em constante movimento, (re)inventando-se. A mais um despovoamento do Zumbo seguido do recomeço da vida dos locais na ilha, “segura como uma pausa no meio do incessante movimento” (p. 251), temos Ntsato na margem norte do rio, de onde ele decide afogar-se nas águas da “gigantesca carótida” (p. 259), como que para acompanhar “gerações e gerações de antepassados (que) se despediram desta vida e penetraram nas brumas do além amarrados uns aos outros” (p. 258), numa “grande viagem sem regresso” (p. 258). O leão e a cobra em Leónidas Ntsato decidem deixar a fixidez das margens para alcançar outra dimensão através do movimento das águas do Zambeze – a da finitude.

Nesse sentido, ao lermos *As Duas Sombras do Rio* sob a perspectiva da relação entre *literatura* e *história*, além da concepção de espaço como “formas-conteúdo”¹⁷⁶, vimos que o discurso da nação assente em uma concepção de identidade única desestabiliza-se. Ao exteriorizar a circunscrição do espaço de Moçambique segundo sua importância histórica no projeto português de ocupação efetiva do território¹⁷⁷, e as continuidades entre as guerras de independência e civil, resultantes, inclusive, de feridas históricas aparentemente sanadas, o romance propõe uma reflexão sobre a identidade a partir do movimento e da diversidade do espaço social moçambicano.

¹⁷⁶ SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 12-13; p. 68.

¹⁷⁷ COSTA, Luís Manuel Neves. “Conhecer para ocupar. Ocupar para dominar. Ocupação científica do Ultramar e Estado Novo”. *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série, vol. 3 – 2013, p. 45.

Capítulo II: Ambiguidades, assimetrias e tensões

1. A imitação como “arena entrelaçada”¹⁷⁸

A imagem inaugural de *As Visitas do Dr. Valdez* é a da “grande ave molhada” (p. 7) aterrissando no aeroporto Sacadura Cabral, na cidade da Beira. Do interior do Friendship F-27 desembarcam as irmãs Sá Caetana e Sá Amélia, em companhia do jovem Vicente, personagens cujas trajetórias de vida vamos descobrir ao longo dos cinco capítulos do romance. As irmãs se puseram em retirada da “Casa Grande do Ibo” (p. 19) para a cidade da Beira em virtude do avanço da guerrilha. Acompanhadas pelo *criado*, as *senhoras* acabariam por se instalar num pequeno prédio na Ponta Gêa (p. 17). É nesse espaço que Sá Caetana vai tentar manusear a vida e o presente (p. 9), distante da “verticalidade solidária” (p. 16) tão presente no Ibo.

A propósito, importante frisar que essa distância vai ganhando significado à medida que o Ibo vai se ampliando e se inter-relacionando com a Beira através do tempo. Sem perder de vista a leitura da disposição temporal na narrativa sob a perspectiva do “encaixamento” (mais presente nessa obra) e do “encadeamento” (acrescentando-se a esses recursos o do “entrelaçamento”), é possível recuperar a configuração social do Ibo no bojo da situação colonial, na linha de Balandier como já referimos. Disso, apreende-se que essa “verticalidade solidária” (p. 16) mencionada pelo narrador onisciente na linha do pensamento de Sá Caetana sobre a *estranha* realidade da Beira, posto que à Senhora Grande era difícil compreender como as pessoas podiam circular sem que houvesse alguém a “zel(ar)” por elas (p. 16), pressupõe um “mecanismo de dominação” que consideramos pertinente relacionar, dentre outros fatores, à prática escravista, cuja permanência no imaginário social dos “filhos do Ibo”¹⁷⁹ pode ser associada ao “ishima” (respeito), ainda que (re)configurado ao longo do tempo até a guerra pela independência.

¹⁷⁸ Neste título, faz-se uma alusão ao exposto em Honwana quanto à relação entre tradição e modernidade, que consideramos ser reverberada pela imitação realizada por Vicente, como se verá adiante. HONWANA, Alcinda Manuel. *Espíritos Vivos, Tradições Modernas – Possessão de Espíritos e Reintegração Social Pós-Guerra no Sul de Moçambique*, Ed. Promedia, 2002, p. 26.

¹⁷⁹ A propósito, recorremos a alguns aspectos discutidos em THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Casaco que se despe pelas costas: a formação da justiça colonial e a (re)ação dos africanos no norte de Moçambique, 1894-c.1940*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012, p. 184.

Nada mais significativo, então, do que adentrar nos tempos do Ibo pela linha da transitoriedade das moedas de Sá Amélia, pois através delas começamos a desbravar o tempo no compasso da memória, como veremos a seguir. Reiterando a relação entre o tempo do discurso (diacrônico) e o tempo da história (sincrônico), importante dizer que é a memória o elemento central à organização do romance de 2004.

Ainda que não tenhamos nos apropriado de uma perspectiva teórica específica, consideramos plausível no âmbito desta dissertação atentar à memória a partir do modo como ela se apresenta na narrativa, tendo em conta, fundamentalmente, que mesmo repercutida pelo indivíduo, ela reverbera uma dimensão social. Nesse sentido, consideramos também a sua associação ao recurso das lembranças, através das quais temos acesso ao passado das personagens e de onde entrevemos relações sociais. Dessa forma, a existência da memória enquanto elemento que permite lembrar sugere a força do tempo psicológico manifestado ora pela personagem, ora pelas vozes narrativas. Vale assinalar que no plano individual, além de ser variável, esse tempo é subjetivo e qualitativo, cujo “primeiro traço é a sua permanente descoincidência com as medidas temporais objetivas. Uma hora pode parecer-nos tão curta quanto um minuto se a vivemos intensamente; um minuto pode parecer-nos tão longo quanto uma hora se nos entediamos”¹⁸⁰.

Em virtude de sua relevância organizativa no romance de 2004, convém destacar ainda a causalidade psicológica como fator capaz de reforçar a “causalidade das ações”. Segundo Todorov e como se pode identificar em *As Visitas do Dr. Valdez*, as “ações se provocam umas às outras; e, por acréscimo, uma dupla causa-efeito psicológicos aparece [...] num plano diferente”¹⁸¹.

Tendo como objetivo focalizar a questão da identidade moçambicana, essas observações nos colocam em face das digressões e dos encaixes¹⁸², como já mencionamos, elementos importantes na estruturação interna da narrativa. Isso porque a medida que são chamadas à narrativa pela lembrança, novas personagens vão surgindo ao mesmo tempo em que encaixam outras histórias¹⁸³. Vale ressaltar que essas técnicas não se deram de forma arbitrária, mas de forma subordinada à ação narrativa central.

¹⁸⁰ NUNES, Benedito. *O tempo na narrativa*. Ática: São Paulo, 2000, pp. 16-25.

¹⁸¹ TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 2006, p. 126.

¹⁸² Idem, p. 123.

¹⁸³ Idem, Ibidem, p. 123.

Outra observação a ser feita é que em *As Visitas do Dr. Valdez* há uma predominância do *discurso* em detrimento da *história*, quando comparado ao romance *As Duas Sombras do Rio*. Trata-se de um aspecto importante pois, segundo Todorov, à diferença entre *discurso* e *história* devemos relacionar a variação dos pontos de vista, ou seja, às transformações sofridas pela “noção de pessoa”¹⁸⁴. (p. 61) Dessa forma e do ponto de vista da teoria literária, se no romance de 2004 o plano do discurso assume maior força, temos uma narrativa mais autônoma, pelo fato de tomar “toda sua significação a partir de si mesm(a), sem o intermediário de uma referência imaginária”¹⁸⁵. Ao recorrermos ao texto no decorrer da análise, apontaremos para esse aspecto a fim de torná-lo mais claro.

Diante do exposto, vejamos a fuga das moedas de Sá Amélia. Ao afrouxar o cinto num movimento ao descer do avião, os “peitos fartos” de Sá Amélia fariam jorrar “uma cascata brilhante de moedas” (p. 8). Frutos de transações seculares e de várias origens, libertadas dos “peitos transitórios” (p. 9), essas moedas revelam a “diversidade de um tempo que (ia) chegando ao fim” (p. 9).

Não admira, então, que entre Sá Amélia, Sá Caetana e Vicente a “confusão de sons e embaraços” (p. 9) tenha atraído a atenção dos demais que estavam no aeroporto. Sá Caetana não conseguia fazer nada além de “piscar o olhar tenso, dirigindo-o fugazmente” a Vicente que, desatento, não conseguia reter o “fluxo brilhante” (p. 9). Tampouco Sá Amélia, desajeitada com o seu abanar de mãos “para cima e para baixo, desencontradas, como se quisessem chamar as velhas libras inglesas de volta ao redil que (era) aquele velho peito”. (p. 9) Não demorou para que as pessoas se empenhassem em “ajudar a remediar aquela contrariedade”, restituindo à dona as moedas que encontravam no chão. (p. 10) E as que efetivamente se perderam, quando encontradas no “futuro” como assinalado pelo narrador onisciente, levantariam “interrogações sem explicação”. (p. 10) Tanto que, como quem antecipa respostas, a voz narrativa introduz a história de Ernestino Ferreira, marido de Sá Amélia, entrelaçando as libras inglesas aos homens que Ernestino, em parceria com o régulo Chimarizene (p. 13), primeiro vendia “a um certo Lipovich” (p. 11) para trabalhar nas minas sul-africanas; depois com os “novos tempos que corriam” (p. 14), para trabalhar no corte de cana na Zambézia.

¹⁸⁴ TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 2006, p. 61.

¹⁸⁵ Idem, p. 60

Voltando ao aeroporto, observamos o narrador reconstituindo-se do incidente junto com as três personagens com uma explicação para o sentido daquelas moedas a Sá Amélia, lançado luz a uma realidade exterior cuja existência ele estabelece através de sua enunciação.

Cada trabalhador, cada moeda. E agora que tudo se foi tragado pelo tempo, são elas o único vestígio desse esforço passado de patrões e cortadores de cana. E de mulheres feias pilando milho ou entretendo o tédio na varanda, em frente ao mato. (p. 15)

Valendo-nos desse excerto, importante ressaltar que embora as moedas estejam articuladas a uma memória individual, no caso de Sá Amélia, a lembrança do passado que nos chega através dela não deixa de trazer em si o coletivo. Nesse sentido e como diz Todorov: “Em primer lugar, hay que senñar que la representacion del pasado es constitutiva no sólo de la identidade individual – la persona está hecha de sus propias imágenes acerca de sí misma –, sino también de la identidade colectiva”¹⁸⁶. Assim e na linha do que já foi dito, não é gratuita a lembrança de Ernestino a propósito das moedas.

Longe do mar e do murmúrio das árvores, Sá Caetana decidiu “que os três viveriam (na Beira) como quem vive numa ilha” (p. 18). Tal atitude resulta da insatisfação da “Senhora Grande” que, como esclarece o narrador, “revoltava-se contra (o) passado falso no qual tanto confiara, que lhe surgia agora como uma miragem enganadora, uma prolongada ilusão”. (p. 18) À medida que sua consciência era impactada pela nova realidade, nem mesmo o ato de tornar presente o passado parecia lhe confortar. Talvez fosse mesmo impossível, pois na Beira tudo era diferente: as baratas, a água, a luz elétrica, o pão. Mas Sá Amélia acabaria por levar Sá Caetana ao passado, posto que ela também não se adequava à nova realidade. Como se verá mais adiante, será Vicente, em quem estavam reunidos os princípios de rebeldia e de conservação da identidade¹⁸⁷, a ponte capaz de ligar as duas senhoras ao passado a fim de amenizar as agruras do presente.

O tempo que restava a Sá Amélia na cidade da Beira era o tempo “para conviver com a doença, com a dor e a loucura” (p. 98). Em um dado momento, fatigada por mais um dos acessos da irmã que levava o prato de sopa ao chão, Sá Caetana, de ímpeto, lança como derradeiro recurso a promessa da visita do médico para acalmar Sá Amélia.

¹⁸⁶ TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Paidós Ibérica: Barcelona, 2008, p. 89.

¹⁸⁷ SARLO, Beatriz. *Tempo Passado – Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*. Minas Gerais, Editora UFMG e Companhia das Letras, 2005, p. 16.

Exasperada e de olhar seco, esgotada de argumentos, Sá Caetana levanta-se e caminha pelo quarto, como se refletisse. Depois, abre a boca e deixa escapar, sem saber bem porquê, uma ameaça que é ao mesmo tempo um derradeiro recurso:

- Amanhã vem visitar-nos o Dr. Valdez e eu vou queixar-me de ti, minha irmã! Vou dizer-lhe como te comportas! – disse.

Vicente surpreende-se com o recurso quase tanto como com o efeito que ele provocou na velha senhora doente. Sá Amélia serenou com a novidade, quis saber se era verdade, tomou até um pouco de chá sem protestar. Em seguida deixou-se docilmente adormecer, embalada pela perspectiva da visita anunciada, que era também uma visita do passado. (pp. 27-28)

Na sequência, a voz narrativa comenta a mobilização do passado segundo conveniências, fazendo alusão, de forma provocativa, ao modo interessado como Sá Caetana recorre a ele. Ancorando-se na ação da personagem, o narrador, cuja distância do autor é variável ao longo da obra, aproxima-se de uma dada concepção do passado, problematizando-a à luz do presente da guerra pela independência. Nessa linha, ao comparar e refletir sobre o passado e o presente, o narrador nos diz:

O passado apresenta sempre essa vantagem sobre o presente. Por mais exíguo e infeliz, podemos sempre aclará-lo com a aura que quisermos, podemos sempre expandi-lo e moldá-lo segundo o nosso desejo. E esse desejo é tanto mais intenso quanto pior for o presente em que vivemos. (p. 28)

Dr. Valdez cuidou de Sá Amélia no passado. Espécie de amigo das irmãs, o médico já falecido é ressuscitado por Sá Caetana e Vicente para distrair Sá Amélia, cujo corpo declinava tal qual o seu mundo. O diálogo entre Sá Caetana e Vicente exhibe a preocupação do miúdo em cumprir a promessa, visto que no caso de a visita não se efetivar, a decepção da “patroinha” seria ainda maior, pois apesar “da loucura da doença e da idade” (p. 31), ela cobraria pelo prometido. Conforme explicitado pelo narrador, Vicente:

Conhece-a melhor que ninguém, de passar as tardes contando-lhe histórias tal como Nastácia lhas contava quando ela era pequena. E quem atravessa a vida ouvindo histórias está sempre disposto a acreditar. Sabe, além disso, que Sá Amélia se arranja todos os dias com cuidado, não vá uma visita inesperada apanhá-la descomposta. Custa-lhe vê-la ao fim da tarde, quando ela invariavelmente conclui que já não virá ninguém e se deixa apagar numa grande decepção. (p. 31)

Interessante notar que nesta passagem, como em tantas outras, o narrador coloca a lente sobre o passado, agora na chave das “histórias contadas”. Assim, agarrando-nos ao par ouvir/acreditar, a questão sugerida por este trecho, a nosso ver, remete ao estatuto

da verdade ao qual julgamos relevante articular a noção de “reverberação controlada”¹⁸⁸ quando a voz narrativa afirma que “quem atravessa a vida ouvindo histórias está sempre disposto a acreditar”. Atualizando essa noção no contexto da obra, a *história* de Sá Caetana em torno da visita do Dr. Valdez pressupõe “olhos e motivos atuais”, a partir dos quais ela vai “tentar controlar e utilizar o passado”¹⁸⁹ para satisfazer mais a sua própria vontade do que a da irmã doente.

Em favor da “patroinha” seguem-se, a partir do segundo capítulo, as visitas do Dr. Valdez, das quais apreende-se não só a existência, mas os efeitos de “múltiplas ancestralidades”¹⁹⁰. Vicente, que aprendeu a nunca dizer não às patroas, é quem vai concretizar a farsa proposta por Sá Caetana em momento de irreflexão (p. 32), surpreendendo-a, conforme podemos perceber através dos questionamentos realizados por um *eu* narrador que se coloca em igualdade com o *ela* da personagem, posto que tais perguntas não aparecem com marcas do discurso direto: “Sá Caetana surpreendeu-se. Depois relutou. Como pode um jovem fazer de adulto? Como pode um criado fazer de doutor? Como pode, até, um preto fazer de branco?” (p. 32) Apesar do receio, na “indisponibilidade do verdadeiro Dr. Valdez” (p. 32) parecia não haver outra saída. Será Vicente, então, “compenetrado no seu papel de doutor” (p. 36), o responsável pelas visitas.

Em seu quarto “exíguo” (p. 39), Vicente levou horas a se transformar no Dr. Valdez, “fantasma do passado”, cuja lembrança ele foi construindo a partir do

doutor que ele via passar quando criança, caminhando pelas ruas do Ibo imponente e altivo como um navio que sulcasse as águas na distante linha do horizonte. E era também uma figura alimentada pelas imagens todas juntas de todos os brancos que Vicente foi vendo passar ao longo da vida, sempre ligeiramente irritadiços e carrancudos ou rindo desabridamente quando o faziam, sempre muito imprevisíveis, vagamente ameaçadores. Sempre também, figuras que despertavam uma certa e inexplicável hilaridade. (p. 39-40)

¹⁸⁸ COELHO, João Paulo. “Abrir a Fábula – Questões da Política do Passado em Moçambique”. Coimbra, 1 de junho de 2011, p. 3. Mais uma vez, optamos por articular o *historiador* ao *romancista* sob o ponto de vista da relação entre literatura e história, sem que com isso haja a intenção de utilizar os argumentos de João Paulo como historiador para justificar sua própria obra literária.

¹⁸⁹ Idem, p. 3.

¹⁹⁰ MBEMBE, Achille. “As Formas Africanas de Auto-Inscrição” In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº 1, 2001, p. 185.

Retomando a relação entre a predominância do discurso e sua relação com o ponto de vista, é importante esclarecer a partir do trecho citado anteriormente que embora o narrador recorra a uma realidade exterior para caracterizar Valdez, a relação entre a lembrança “de todos os brancos” com a transformação de Vicente em doutor remete “ao sujeito da enunciação e afirma por isso a presença da própria linguagem”¹⁹¹.

Assim, não deixa de ser curiosa a descrição cômica da imagem do novo Dr. Valdez, quando Vicente aparece pronto para apresentar a sua *obra* às patroas:

No umbral estava um Dr. Valdez muito mais baixo e magro, apesar dos conhecidos calções de sarja, das meias altas de sempre. Tufos de algodão colados à face faziam as vezes de uma farta barba, uns fofos bigodes, contrastando vivamente com o negro azeviche da pele e do cabelo crespo de Vicente, cortado rente.

Sá Caetana sorriu divertida, como há muito Vicente não a via sorrir:

- Ela não vai acreditar. Pareces um palhaço, rapaz – disse em voz baixa. Vicente não respondeu, compenetrado no seu papel de doutor. Levou horas a transformar-se naquele fantasma do passado em frente ao pequeno espelho da parede do seu exíguo quarto, enevoadado pelas manchas amarelas e negras da humidade e da pobreza. (p. 39)

Partindo da concepção de mímica segundo Bhabha, interessante perceber através dessa passagem como Vicente alcança determinados “efeitos de identidade” conflituosos, [...] no jogo de um poder que é elusivo porque não esconde nenhuma essência, nenhum “si-próprio”¹⁹².

Recuando na narrativa, o narrador nos conta um pouco da história do *verdadeiro* Dr. Valdez, um daqueles estrangeiros que a despeito da moral sucumbiu aos “eflúvios libidinosos” (p. 29) que o levou aos excessos, tais como o responsável pela multiplicação de “filhos pardos e meio clandestinos” (p. 29) e pela sua morte, pois tinha o apetite diário por um pacote de meio quilo de manteiga “com o qual começava o dia”. Instalando-se na “ilha do Ibo em 1940”, o médico morreria “num dia vulgar de Dezembro de 1959”, (p. 28) período em que viveu, assim como outros “amigos de posição”, (p. 30) “duas vidas”: uma de aparências, na qual fingia fazer parte de “abastada nobreza que até aí servira de paradigma por lhes ter estado inacessível no lugar de onde vinham”. (p. 29) A outra, orientada por uma moral feita de brechas e por uma justiça de “movediças fundações”. (p. 30)

¹⁹¹ TODOROV, Tzvetan. As estruturas narrativas. São Paulo: Perspectiva, 2006, p. 61.

¹⁹² BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, pp. 152-153.

Sob a perspectiva do discurso, é possível conjecturar sobre o fato de que o Dr. Valdez (re)criado por Vicente, assim como as descrições realizadas pelo narrador onisciente revelam, em certa medida, não só a “ambivalência” da autoridade colonial, como desestabiliza a sua autoridade¹⁹³. Nesse sentido, Vicente não imita o Dr. Valdez porque quer ser como o homem branco; a nosso ver, através de sua “mímica”, o que se instaura é uma problematização das representações coloniais¹⁹⁴.

Nesse sentido, vale atentar ao excerto abaixo em que o narrador, como que partilhando o drama de Vicente, lança uma série de perguntas, privilegiando-se de seu “poder retórico”¹⁹⁵ no bojo da “dialética da pessoalidade e da impessoalidade entre o *eu* do narrador (implícito) e o *ele* de (Vicente) (que pode ser um *eu* explícito), entre o *discurso* e a *história*”¹⁹⁶.

Tanto tempo levou a preparar-se porque também por dentro se quis transformar. Como pensa um branco? Como sente um branco? Como age um homem branco? Já mascarado, passeou-se na escuridão do quarto para lá e para cá, procurando entrar na pele do Dr. Valdez. Será que ele gostou de Sá Amélia, aquele gostar de casar mesmo? Ou será que foi apenas um gostar de doutor atento aos seus pacientes?

Ou ainda, um simples gostar de visita gulosa dos rebuçados de gergelim da irmã, que a senhora nunca deixava de ter dentro de um boião de vidro, em cima da mesa da sala? E se foi um gostar de casar, que artifício poderá fazer regressar esse velho calor esfriado pelo tempo agora que o corpo de Sá Amélia se desorganizou tanto quanto a sua cabeça? Ah, e Vicente sabe bem quanto os dois se desorganizaram! (p. 40)

Ao dizer que Vicente procurava “entrar na pele do Dr. Valdez”, o narrador repõe “o fetiche do discurso colonial”¹⁹⁷ em que a pele é um “significante chave da diferença cultural e racial no estereótipo”¹⁹⁸, só que agora tomado por Vicente num ato de reconhecimento e recusa da diferença. Assim, como se poderá confirmar mais adiante, se por um lado a construção do Dr. Valdez representou um impasse para Vicente, uma vez que recorreu mais a lembranças relatadas por Sá Caetana, o miúdo conseguiu transgredir determinados códigos ideológicos ao apurar a “técnica de alguém que não conhece” efetivamente, chegando quase a ser perfeito (p. 87), o que aos olhos de Sá Caetana contribuía para que o criado assumisse um “comportamento desviante”. (p. 78)

¹⁹³ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 153.

¹⁹⁴ Idem, p. 153.

¹⁹⁵ BOOTH, Wayne C. *A retórica da ficção*. Lisboa: Arcádia, 1980, p. 176.

¹⁹⁶ TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 2006, p.62.

¹⁹⁷ Idem, p. 135.

¹⁹⁸ Idem, Ibidem, p. 135.

E o curioso é que sob esse comportamento (ou apesar dele), a patroa passa a identificar “as parecenças”, que iam se efetivando ao ponto de o Dr. Valdez *improvisado* ir moldando o *verdadeiro* transportado por Sá Caetana na memória. (p. 93) Dessa forma, a ela incomodava pensar na possibilidade de Vicente afeiçoar-se ao Dr. Valdez, custando-lhe a “voltar a ser de novo o simples criado”. (p. 110) Tanto que em outra passagem quando o Dr. Valdez *parece* se separar de Vicente, o próprio médico, como se verá mais adiante, chama a atenção do miúdo por ultrapassar as fronteiras, não se limitando a fazer como o médico fazia, atualizando os modos do Dr. Valdez além de integrar neles a rebeldia. (p. 115)

Convém dizer que logo na primeira visita, diante de um Dr. Valdez que entrou na sala avançando “muito direito, com ar pomposo e passadas largas” tal como pareciam a Vicente sempre fazer os homens brancos de estatuto, estacando “a meio com uma leve pirueta” (p. 41), Sá Caetana questionou a sua própria lembrança do Dr. Valdez. Isso porque, segundo o narrador seguindo a surpresa de Sá Caetana, o miúdo tinha apenas do Dr. Valdez “para copiar, [...] uma vaga e fantasiada memória de criança e a descrição que ela própria lhe fizera na véspera, quando discutiam a preparação da visita”. (p. 49)

Nesse sentido, o que notamos em Vicente é o oposto do que apontamos em Sá Amélia ao ouvir as histórias do “miúdo” – não há, portanto, uma “reverberação controlada” das lembranças do Dr. Valdez, tanto que Sá Caetana não tem controle sobre a imitação engendrada por Vicente. Aliás, quanto a essa necessidade de controle de Sá Caetana, deve-se destacar ainda que à primeira tentativa de acabar com as visitas, fazendo com que o Dr. Valdez se ausentasse, Sá Amélia, se de início aborrecia a irmã com perguntas sobre a ausência do médico, com o passar do tempo acabaria por se acostumar. Assim, conforme nos diz o narrador onisciente, uma vez que para Sá Amélia o passado se tornava interdito e o presente “tão indiferente” (p. 117), só restava a ela brincar com o futuro, utilizando-o indistintamente “como se fosse presente e passado”. (p. 117) E essa “progressiva libertação” (p. 118) incomodava Sá Caetana, pois “fazia-lhe falta o desconforto” de ter que justificar a Sá Amélia a ausência do Dr. Valdez.

Mas, intransigente, Vicente não aceita o ponto final colocado por Sá Caetana às visitas. O miúdo faz uma última visita às patroas, introduzindo ao seu figurino uma máscara de mapiko, tradicionalmente utilizada nos ritos de passagem. Depois de abrir a porta ao Dr. Valdez com esse novo adereço, o *eu* do autor implícito colado à Sá Caetana traz à tona as supostas dúvidas da patroa (“Onde foste buscar mais esse disfarce,

Vicente?”, diria se não tivesse receio de que a irmã ouvisse.”) (p. 123), pois desconhecia a relação entre o novo adereço e o tempo em que fizeram de Vicente um homem (p. 123).

Adentrando um pouco mais nessa apropriação, vale recuarmos “ao terreiro da pequena aldeia” (p. 114) onde Vicente fora submetido ao tradicional rito de iniciação para se cumprir uma das “quatro regras da passagem pela terra” (p. 120): a puberdade. Ao contrário do rito que vislumbramos no terreiro da aldeia, no qual a máscara não só legitima, como também confirma a passagem, nas visitas uma outra passagem não conseguiu ser efetivada. Incomodada pelos “olhos opacos da máscara-elmo” (p. 127) e pelo fato de o Dr. Valdez justificar a sua visita como uma despedida, sob o argumento de que viajaria ao Mucojo, Sá Caetana se aborrece. Conforme assinala o narrador onisciente, o sagaz Vicente: “Queria tão-só dizer-lhe que o Dr. Valdez regressava ao paraíso enquanto ela ficava (na Beira), nesta terra-de-ninguém”. (p. 128) E como o regresso do Dr. Valdez implicava o de Vicente, o miúdo “abdicava” do trabalho e “regressava à sua terra, à proteção dos seus”. (p. 128) Efetivamente, Sá Caetana sentiu-se afrontada com a notícia, ao que ela responde com um “golpe” (p. 128): faz menção à guerra acentuando os seus perigos, como que tomada por “uma espécie de ciúme” (p. 128), pois queria “dificultar a ida de Valdez”. (p. 128)

Estratégia presente em outras passagens da obra, vale chamar a atenção aqui à existência atribuída ao Dr. Valdez, cujo estatuto de personagem integrada à trama narrativa confirma a necessidade de se estabelecer uma diferença entre o *criado* e o *médico*. Assim, acentua-se a tensão entre Vicente e Valdez, ao mesmo tempo em que se estabelece uma maior verossimilhança à representação das próprias personagens, sobretudo quando colocadas em diálogo, como destacaremos mais adiante. Nesse sentido e sem perder de vista que o miúdo contraria a “reverberação controlada” realizada por Sá Caetana, Vicente abala a hierarquização arquitetada pela situação colonial a ponto de conseguirmos apreender a distância social, ideológica e cultural entre ele e o médico, impedindo-nos, assim, de realizar uma leitura segundo a qual o miúdo queira ser como o branco, ou ainda, de que ele precise da “pele” de um branco para mudar.

Voltando à narrativa, o diálogo entre o Dr. Valdez mascarado e Sá Caetana alcança o auge da tensão quando, à propósito de justificar seu conhecimento acerca do que acontecia no Mucojo, Sá Caetana traz à conversa a figura de Cosme Paulino.

Antes de falarmos sobre o pai de Vicente, importante reforçar o fato de que, a fim de dar conta de fatores intrínsecos e extrínsecos à obra, em *As Visitas do Dr. Valdez* é bastante recorrente uma negociação entre pontos de vista capaz de reverberar um

“reordenamento ideológico e conceitual do passado”¹⁹⁹. Assim, o que se põe em causa é a manifestação de subjetividades individuais em sua dimensão coletiva, ao mesmo tempo em que se coloca a importância de assumir uma postura crítica diante delas, pois sendo históricas²⁰⁰ elas não são unívocas.

Como dizíamos, Sá Caetana introduz a lembrança de Cosme Paulino, pai de Vicente que permaneceu no Mucojo e que “morrera em funções” (p. 133) guardando a Casa Grande de Sá Caetana, em seu diálogo com o Dr. Valdez, que insinua não se lembrar dele. Nesse momento, a lembrança de Cosme Paulino vem como uma espécie de tentativa de fazer com que Vicente reconheça o seu lugar – o de empregado.

Nessa linha, e valendo-nos de uma passagem da trama em que se manifestam, em sequência o “estilo panorâmico” e o “estilo cênico”²⁰¹, a voz do narrador varia os seus contornos a fim de expressar, no plano do discurso, a recusa de Sá Caetana a aceitar que Cosme Paulino havia morrido por obstinar-se a lhe servir.

Sá Caetana fala ao Dr. Valdez em Cosme Paulino, que Deus tenha. Velho criado do Ibo, quase da família, tanto foi o tempo que ali serviu, e antes dele o seu pai, e antes deste o pai dele. Admira-se que o Dr. Valdez não se lembre dele, nos velhos tempos em que por lá andou e frequentou a casa. Velho esperto e dedicado, infelizmente desaparecido num confuso acidente que seu primo, um tal Basílio Aliberto, muito simpático por sinal, não conseguiu esclarecer por completo. Com veemência guardava Sá Caetana esta versão neutra para não ter que lembrar a outra que bailava dentro dela, indo e vindo, difusa, ameaçadora. Aquela segundo a qual Paulino morrera em funções, sempre servindo patrões ausentes, às mãos de soldados também eles em funções, também eles servindo patrões longínquos. Versão incômoda em que até a morte é um ato de servir e como tal merecedor, no pesadelo de Sá Caetana, de um reconhecimento que ficou por expressar. (p. 133)

Observe-se que no primeiro parágrafo do trecho acima, associado ao “estilo cênico” tem-se a narração a partir da “visão “com” (narrador – personagem); já no segundo parágrafo, com o “estilo panorâmico” narra-se através da “visão “por trás” (narrador > personagem)”²⁰². Dessa distinção entre os estilos decorrem alterações da voz narrativa – do narrador onisciente colado à personagem, capaz de expressar os pensamentos da personagem, passamos para o autor-implícito que se imiscui à voz do narrador onisciente, pondo em xeque a “versão neutra” de Sá Caetana.

¹⁹⁹ SARLO, Beatriz. *Tempo Passado – Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*. Minas Gerais, Editora UFMG e Companhia das Letras, 2005, p. 17.

²⁰⁰ Idem, p. 66.

²⁰¹ TODOROV, Tzvetan. “As categorias da narrativa literária”. In: *Análise estrutural da narrativa* (Vários autores). Vozes: Rio de Janeiro: 2008, p. 254.

²⁰² Idem, p. 254.

Tal deslocamento corresponde, mais uma vez, ao modo como as memórias podem ser reverberadas, ora para camuflar a culpa, ora para (re)afirmar a autoridade.

Na sequência, Sá Caetana desafia Vicente chamando-o à sua própria realidade, na qual cabia ao criado ter um “olhar doce e prestável”. (p. 140) Diante do confronto e da troca de olhares, o de Sá Caetana é aquele que “a tudo e todos” recriminava (p. 135), enquanto o de Valdez era “indeciso” e “vindo do lado dos mortos” (p. 135), e o de Vicente, escondido atrás dos olhos da máscara de mapiko. Veja-se, então, que o olhar do poder se perde, pois não há ressonância nos olhares de Valdez e de Vicente.

A propósito dos olhares e para fazer um contraponto, importante recuperar a narrativa *encaixada* na sequência da situação que destacamos acima, na qual Vicente em companhia dos amigos Jeremias e Sabonete, aparece à frente do ringue para assistir à luta entre o rodesiano John Dale e o beirense Ganda, “sapateiro de dia” e “leopardo negro de olhos amarelos” de noite”. (p. 138) Contrariando a tese de que “é tão raro um negro conseguir qualquer coisa contra um branco” (p. 137), o pugilista beirense vence a luta e ao perpassar com os seus olhos por toda a multidão que ele havia posto em movimento, Ganda, finalmente, chega a “trocar com Vicente o seu olhar frio e amarelo” (p. 140), causando-lhe arrepio e confirmando a “importância e a força que têm os olhares”. (p. 140) Interessante a caracterização do olhar do pugilista pelo narrador, pois o amarelo dos olhos, pela simbologia da cor, sugere a reposição de um sentido de ambivalência – de fertilidade, mas também de declínio²⁰³ – que no contexto da obra nos faz pensar sobre o desdobramento da independência.

Saindo do ringue e voltando para o confronto no apartamento da Beira, Vicente retira a máscara “num gesto tresloucado” (p. 140) e trava um “diálogo interno e definitivo” (p. 140) com o médico, que chega até nós pelo autor-implícito. Interessante notar que além de revelar o mal-estar de Vicente, o autor decididamente não consegue ser neutro (o que revelaria, pelo contrário, um compromisso²⁰⁴), reverberando mais uma vez o entrelaçamento dos *eles* impessoais da história ao *eu* do discurso:

²⁰³ Como se pode observar em Chevalier & Gheerbrant (2009), a simbologia sobre a cor amarela é vasta. Porém, sem perder de vista a obra como uma unidade de sentido, julgamos pertinente considerá-la a partir dessa relação. CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, pp. 40-42.

²⁰⁴ BOOTH, Wayne C. *A retórica da ficção*. Lisboa: Arcádia, 1980, p. 86.

Vai-te, Dr. Valdez. Desenterrei-te de um buraco qualquer de onde não esperavas sair nunca mais. Tirei-te do esquecimento, trouxe-te para a cidade a visitar velhas amigas. Arejei-te as roupas, cofei-te os bigodes, aqueci-te a alma. Reconstruí pacientemente a tua imagem, os trejeitos de que já ninguém se lembrava. Trouxe verossimilhança ao teu fantasma. Tornei a tua presença desejada por outros. Com que intensidade te imaginei quando todos te haviam já esquecido! Para receber o quê em troca? Meia dúzia de tostões com que pagar uma cerveja aos amigos, meia dúzia de tostões atirados para o chão para que eu me vergasse a apanhá-los.

E uma grande sobranceria. Sempre estiveste na minha mão embora pensando que a velha hierarquia te defenderia. Indolente na tua inércia, partiste do princípio de que eu era como o meu pai, de quem nem sequer te lembravas.

Desempenhando a tarefa mesmo antes de ela me ser ordenada, e ainda por cima agradecendo. Contavas com o adversário para te defender desse mesmo adversário. Vai-te, Dr. John Dale Valdez! (p. 140)

Na sequência e ainda na órbita dos olhares, Sá Caetana “agrava as coisas” (p. 140) ao equiparar Vicente ao pai, pois o critério de igualdade estabelecido pela patroa é o da subserviência. Ela também não deixa de aproximar Vicente ao Dr. Valdez, sem abrir mão, ao mesmo tempo, de insinuar as diferenças sociais que os separam:

– O rapaz tem a cara do pai, doutor. Olha-se para um e vê-se o outro. O mesmo olhar doce e prestável. Isto é, nos dias em que ele olha direito. Pensando bem, e curiosamente, acho-o até um pouco parecido consigo. Guardadas as distâncias, é claro. (p. 141)

Em continuidade, o autor-implícito avalia as palavras de Sá Caetana nas quais ele diz ser possível identificar “um insuportável misto de saudade e ironia”. (p. 140) Segundo essa voz narrativa, pode-se dizer que para Sá Caetana é difícil substituir o *velho miúdo* pelo *novo* que se manifestava na Beira. Mais uma vez temos o autor implícito articulado ao discurso, solidário à indignação de Vicente.

Havia naquelas palavras um insuportável misto de saudade e ironia. Saudade do velho miúdo enviado pelo pai, ironia quando enfrentava o novo. E amargura. E desafio.

Queres que eu olhe direito, minha patroa? Queres ver os meus olhos para neles veres os olhos de Cosme Paulino, meu pai e teu fiel servidor? Queres que eu me lembre dele para poder lembrar-me de quem sou, minha querida patroa? (p. 141)

As considerações realizadas até agora visam mostrar que no romance *As Visitas do Dr. Valdez* a identidade moçambicana deve ser apreendida à luz da desestabilização da hierarquia fundada pela situação colonial. Assim, observamos de um lado o esforço de Sá Caetana para preservar a sua identidade de “Senhora Grande”, ao mesmo tempo em que, movido pelos ventos da independência, Vicente, através da imitação, simboliza a retirada da identidade moçambicana da sujeição da autoridade colonial. Para tanto, vimos que, dentre outros aspectos, João Paulo Borges Coelho privilegiou o discurso como plano

de enunciação. Se podemos definir o discurso como “toda enunciação supondo um locutor e um ouvinte, tendo o primeiro a intenção de influenciar o outro de algum modo”²⁰⁵, é possível dizer que o autor moçambicano também cria, em chave diversa das histórias oficiais ou nacionais, uma reverberação controlada. Nesses termos, o romance não deixa de almejar a formação de uma outra memória política.

2. Vicente/Dr. Valdez – a farsa dos contrários

Do que se discutiu até o momento, pode-se dizer que a relação entre passado e presente não tem um único caminho e forma, do mesmo modo que a relação constante entre passado e presente não é linear. Além disso, identificamos que é através da memória que as personagens constituem suas ações em relação ao seu passado. Nessa linha e como nos mostra o romance, a consciência ou subjetividade que se desenvolve através do ato de lembrar, suscitado, sobretudo, pelas visitas do Dr. Valdez, para além do indivíduo que lembra, compreende uma realidade social ampliada.

Ao lermos a imitação de Vicente na chave das reverberações controladas e da ambivalência do discurso colonial²⁰⁶, pareceu-nos sugestivo o fato de que ao imitar o médico branco, o miúdo apropria-se de um discurso (no caso, o da imitação) dominante cuja autoridade ele consegue abalar. Nesse sentido, a imitação, a despeito do que Sá Caetana pretendia, concretiza-se como espaço de intervenção e de questionamento a respeito de posições firmadas historicamente.

Em contrapartida, e sem perder de vista os efeitos históricos da situação colonial, diante dos aspectos contraditórios da sua condição cultural, social e política, Vicente, ainda que se recusando a reproduzir os modos de ser de um homem branco, não é um “sujeito humano livre de limitações”²⁰⁷, a quem é permitido deslizar de uma posição a outra. Assim, ainda que provido de uma capacidade discursiva, Vicente não sabia como mudar – “queria partir mas eram poderosas as forças que o retinham no mesmo lugar”. (p. 115) Nesse sentido, é possível observar as visitas como forma simbólica de um tipo peculiar de dialética a partir da qual entrevemos existências justapostas e antagônicas – o *velho* e o *novo* em fricção.

²⁰⁵ TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 2006, p.59.

²⁰⁶ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, pp. 145-155.

²⁰⁷ EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. São Paulo: Zahar, 1996, p. 37.

Sinal disso é a indisposição de Sá Caetana com relação às visitas, pois para a patroa elas deveriam limitar-se a lhe garantir o acesso ao passado, e não se afirmar como possibilidade de o criado se fazer de patrão. Assim, ao reivindicar os limites da memória, Sá Caetana refuta o seu anacronismo e a sua capacidade de revelar o presente²⁰⁸.

Tanto que no capítulo 4, o médico é convidado a sair de cena. Isso porque Vicente acabaria passando “das marcas” (p. 108), levando o Dr. Valdez a encarar Sá Caetana “com alguma dureza” (p. 97) ao puxar os fios da história para retomar algumas circunstâncias que teriam submetido Sá Amélia à doença, à dor e à loucura – a ausência do pai e o desdém do padrasto e a inveja de Sá Caetana pelo fato de Ernestino, marido de Sá Amélia, ser um homem rico, são algumas delas.

Ao mesmo tempo em que opunha Sá Caetana a Sá Amélia, Vicente se aproximava da “patroinha” por compartilhar com ela a mesma dor decorrente da ausência do pai. É nesse tom que segue a penúltima visita, ao final do capítulo 3, resultando na tomada de decisão de Sá Caetana, ““muito direita”, (e) o Dr. Valdez ligeiramente curvado” (p. 109), em “cortar cerce todo aquele jogo”. (p. 109) Sob a perspectiva do autor-implícito, a passagem destacada a seguir é emblemática quanto ao interesse de Sá Caetana em ter as memórias sob suas rédeas.

Sá Caetana permaneceu inflexível na decisão já tomada de cortar cerce todo aquele jogo. Encarou-o com um olhar definitivo. Vai-te daqui, insolente criatura, que o que trazes de mau é muito mais forte que o bem que nos possas fazer. Volta para o tempo recôndito de onde vieste. *As memórias querem-se nessa periferia onde as podemos controlar; passamos bem sem os sobressaltos da sua rebeldia.* Não as queremos aqui neste limbo onde podem ser reescritas porque ao fazê-lo correremos o risco de ser engolidos por elas. Volta para o teu lugar, velho amigo, porque aqui te vais aos poucos tornando inimigo. Expulsava-o de casa, talvez para sempre. (p. 109. Grifo nosso.)

Ao colocar fim às visitas, Sá Caetana acrescenta ao salário mensal de Vicente uma “generosa gratificação” (p. 113) por ele ter imitado o médico com o propósito de distrair Sá Amélia. Como é possível observar através da passagem da voz do narrador onisciente para o autor implícito, Vicente interpreta, de início, a atitude da patroa mais como uma ofensa do que um prêmio:

²⁰⁸ SARLO, Beatriz. *Tempo Passado – Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*. Minas Gerais, Editora UFMG e Companhia das Letras, 2005, p. 173.

Vicente ficou a olhar para o dinheiro que tinha nas mãos, refletindo nessas duas possibilidades. Acabou por sentir no gesto menos um prêmio que uma ofensa. Ofensa essa que tinha a exata medida do desagrado sentido por Sá Caetana na última visita de Valdez. *Era a maneira que ela tinha, achou, de repor as coisas no seu devido lugar, de sublinhar a sua autoridade. Ela dando e o criado recebendo, nunca o contrário.* (p. 113. Grifo nosso.)

Na sequência e através do deslocamento da voz narrativa, tomamos conhecimento da hesitação de Vicente em aceitar ou não o dinheiro oferecido. O ponto é que nesse momento vemos o *novo* Vicente em conflito com aquele que se prende à memória do pai, figura a qual a patroa vai recorrer para fazer Vicente recuar. De todo modo e apesar dela não se sustentar, a atitude de recusa de Vicente quando Sá Caetana lhe acresce ao salário a gratificação pelas visitas, contraria a vênica muito antiga de quem aceita da mesma maneira, o melhor e o pior. (p. 114)

Irremediavelmente, o criado aceita a gratificação, restabelecendo “o respeito antigo, o poderoso ishima” (p. 114), reconciliando-se com a patroa e, conseqüentemente, com a memória do pai, como observamos a seguir:

- Desculpe, senhora. Não pensei bem. Já estou arrependido. Aceito. E um Vicente muito mais humilde do que há pouco, no qual sobressai de novo o respeito antigo, o poderoso ishima, alinhou cuidadosamente as notas que tinha na mão depois de ter ficado a olhar para elas um longo minuto. Dobrou-as ao meio e guardou-as no bolso da camisa. *Obrigado, patroa. Obrigado pela tua generosidade. Obrigado por me fazeres ver como se regressa ao caminho do respeito e da segurança sempre que parece que me vou perder. Obrigado, porque a tua reconciliação comigo é a minha reconciliação com a memória de meu pai.* Sá Caetana serenou, disposta a esquecer o incidente. E Vicente retirou-se cabisbaixo para o quintal. Duplo triunfo, o dela: sobre um doutor que nem sempre sabia ser discreto, sobre um criado que nem sempre sabia medir as distâncias. (p. 114. Grifo nosso.)

Dando continuidade ao pedido de desculpas de Vicente, marcado pelo uso do travessão, temos mais um exemplo emblemático do autor implícito e seu tom irônico em um plano de reflexão geral sobre o ocorrido.

Na sequência, Vicente vai travar um diálogo com o Dr. Valdez, em que temos novamente a “dialética da pessoalidade e da impessoalidade”²⁰⁹, o que além de garantir verossimilhança às personagens, recoloca as diferenças e a tensão que se estabelece entre elas.

²⁰⁹ TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 2006, pp. 61-62.

Vicente entrou no seu quarto, atirou-se para cima da esteira e ficou na penumbra olhando o teto, as fissuras e as manchas que há nele, os insetos que ali rastejam ao contrário do que manda a natureza. Queria mudar mas não sabia como; queria partir mas eram poderosas as forças que o retinham no mesmo lugar.

– Parabéns, doutor – disse entre dentes, com amargura, virado para a parede. Nas mãos abanava lentamente as notas da gratificação. – Parabéns. O senhor acaba de receber um belo prêmio pela paciência que teve com a patroinha. Pelas tardes de domingo bem passadas.

Depois, pegou num resto de algodão que encontrou por ali, chegou-o ao lábio superior e disse, engrossando a voz, com trejeitos de Dr. Valdez:

– Não fui eu que a mereci, miúdo. Foste tu. Eu só te emprestei os meus bigodes, os meus calções de linho impecavelmente engomados (por ti, de resto), a minha barriga ligeiramente protuberante devido à maldita deliciosa manteiga que acabou por me levar.

Quem armou a confusão, quem ousou algumas liberdades junto das minhas amigas, usando e abusando da minha boca e da minha voz (muito mal imitada, por sinal), não foi outro senão tu. Sobretudo com Sá Caetana, que sabes tão bem quanto eu que não é para brincadeiras. Quem te mandou a ti provocá-la? Quem te mandou atualizar os meus modos, que sempre foram educados e corteses, integrando neles a tua rebeldia? *Pediram-te que fizesses como eu fazia, não que me usasses para atingir propósitos que, suspeito, nem tu sabes bem quais são.* Além disso, aquilo que consideras uma choruda gratificação não passa para mim de meros trocos. Ou esqueces-te de que fui médico, um doutor conceituado, um homem habituado a receber quanto pedia? (p. 115. Grifo nosso.)

A partir desse excerto, parece-nos pertinente assinalar a ocorrência efetiva da separação (cujos indícios aparecem ao longo das visitas entre os capítulos 2 e 4²¹⁰ entre Vicente e Valdez se considerarmos dois planos da imitação: 1) do lado de Vicente, a resistência a imitar conforme a lembrança de Sá Caetana chegou a tal ponto que Valdez se separa dele, pois apesar de não saber ao certo quais propósitos atingir, Vicente não se limitou às recomendações da patroa; 2) o próprio Valdez ao longo da narrativa vai se descolando de Vicente, pela necessidade dele próprio se manifestar.

²¹⁰ A seguir, separamos aleatoriamente diversas passagens em que os grifos sinalizam o Dr. Valdez por “ele mesmo”: “Mas quem quase se indigna é o Dr. Valdez *ele próprio*, uma vez que o jovem criado, ainda que mascarado com umas barbas de algodão, é como sempre foi inocente e destituído de rancor. Baixa os braços, suspende o argumento a meio e abana a cabeça com um sorriso. *Só resta mesmo ao Dr. Valdez continuar a ser o doutor que sempre foi, pairando sobre injustiças que não lhe dizem respeito*”. (Cap. 2, p. 51) / “– É uma questão de gosto, Sá Caetana. E, também, é preciso lembrar que o açúcar faz muito mal à saúde – *diz o Dr. Valdez, solidário, trazendo um álibi científico para o asco de Vicente*”. (Cap. 2, p. 57) / “*Valdez tinha dificuldade em avançar.* Ou era Vicente debatendo-se com a sua ignorância relativamente às intimidades da vida do doutor, ou então este constrangendo-se”. (Cap. 3 – p. 94) / “*O doutor sentia como seu o embaraço da interlocutora.* Como se a exposição de Sá Caetana fosse também, em parte, um desnudamento seu”. (Cap. 3 – p. 99) / “*Valdez procura mudar o rumo da conversa.* Não quer dar de si a ideia leviana de que tomou decisões sem as pesar. *Nem defender Vicente* se este estiver abertamente acossado”. (Cap. 4 – p. 129)

Nesse sentido, sugerimos que enquanto *eu* da história (e não o *eu* do discurso), as palavras de Dr. Valdez em estilo direto ganham o “máximo de objetividade”. Para tanto e em virtude das circunstâncias, Dr. Valdez finca-se como *eu* da história a partir do *eu* do discurso pois, se até então o médico dependia das visitas para figurar na narrativa, o *eu* do narrador retira-o, efetivamente, do Ibo de 1959.

– [...] E o que está feito, está feito. Não tem remédio – concluiu Vicente amargamente, em voz mais alta, impaciente com o rumo que a conversa tomava.

– Acalma-te, rapaz – voltou o Dr. Valdez, contemporizando. – Acalma-te que eu acho que ainda te posso ajudar a pôr as coisas no devido lugar. Posso voltar a conversar com Sá Amélia para que interceda em teu favor junto da irmã, por exemplo. Posso inclusivamente tentar amaciar Sá Caetana. Para tal basta que faças como eu faria e ficaremos contentes os quatro: tu e eu, as duas senhoras.

Neste Vicente, porém, era maior a curiosidade em relação ao que estava para acontecer do que o interesse em olhar para trás. Faltava-lhe a vontade de regressar ao seu redil solitário. (p. 116)

Encontramo-nos, portanto, perante um Dr. Valdez solidário a Vicente, incentivando-o a rever o seu papel e disposto a “ajudar a pôr as coisas no devido lugar”. (p. 116) Assim, Valdez corresponde às expectativas de Sá Caetana, as quais, em contrapartida, já não faziam sentido para Vicente.

Essa mudança de plano é particularmente sensível ao término das visitas, além de colocar o próprio Valdez como personagem com mais habilidade para resolver o impasse. O médico vê como saída uma possível (re)organização dos quatro: ele e Vicente e as duas senhoras, desde que Vicente “faça” como o Dr. Valdez. Porém, a conciliação de conflitos e a harmonização de tensões parecem não figurar no horizonte de Vicente.

3. Gerações em perspectiva

Outra questão importante a ser considerada no romance é como ele traz à tona elementos de continuidade, remetendo-nos à situação colonial. Para tanto, sugerimos que o traço mais constante seja a técnica do *encaixe*, permitindo identificar em *As Visitas do Dr. Valdez* a recomposição da formação de gerações, como se pode observar através das irmãs Sá Caetana e Sá Amélia. Abarcando desde a infância até o casamento das irmãs, o enredo nos permite não só distingui-las, mas também compreender como a soberania de Sá Caetana se fez à luz da indiferença de Sá Amélia, além de entrever movimentos constitutivos das relações sociais no Ibo.

Filhas de Ana Bessa, “uma *mulata* da ilha do Ibo” (p. 10), Amélia e Caetana são irmãs de pais diferentes – a primeira era filha do “despachante encartado *indiano*” (p. 94)

e Caetana do *alemão* Wolf, para quem a primogênita era como “uma sombra” entre ele e Ana Bessa. Herdada da diferença de paternidade, uma relação conflituosa se estenderia pela infância de Maméia e Caetaninha, perdurando para além do matrimônio das irmãs. Recorrendo às preliminares para a visita, identificamos um ponto de confluência interessante entre passado e presente para esboçar essa tensão que se foi cavando entre Sá Caetana e Sá Amélia.

Como de costume, Vicente era quem preparava o banho da “patroinha”, “cerimônia complicada e semanal com a qual Sá Caetana sempre se preocupava, em nome não só da higiene, mas, sobretudo, da moral e da decência” (p. 42). *Encaixa-se*, assim, ao banho de Sá Amélia, um acontecimento que marcou a infância das irmãs (e a idade adulta de Sá Caetana), quando elas se banhavam na praia:

Por vezes Ana Bessa acedia, saindo das suas misteriosas indagações ao oceano para deixar que as crianças fossem tomar banho à praia. Desciam então a escada as três em correria – Maméia e Caetaninha na frente, Nastácia atrás – e percorriam o extenso e liso areal que a maré vazia desnudava aos saltos e piruetas, a criada tão alegre e solta quanto as duas pequenas patroas. (p. 44)

Em virtude de sua desenvoltura, era na água que Maméia, ao menos “por uma vez” (p. 44), transformava-se numa “bela sereia” (p. 44). Caetaninha, irritada por não saber nadar como a irmã, tentava em vão assustar a “irmã feia” (p. 44), lançando mão de uma suposta zanga da mãe, a qual Maméia permanecia indiferente.

E a sereia ria-se das ameaças, redobrando a graciosidade e o atrevimento das suas evoluções aquáticas. Naqueles momentos únicos Maméia deixava de ser a irmã órfã e paciente, não era lenta nem perplexa. Transformava-se numa sereia surda aos apelos que lhe lançavam, encerrada no gozo de um grande prazer. (p. 45)

Diante da afronta da irmã e do incontável despeito, Caetaninha pragueja um interior “Deus queira que te afogues!” (p. 46), dito com tamanha força que Maméia teria sido tragada não fosse um “pescador-salvador” (p. 46) tê-la puxado da água pelos cabelos, “abrindo uma imensa janela por onde ela pudesse voltar a respirar”. (p. 46)

Na linha da relação entre memória e tempo presente na narrativa, a história *encaixada* nos faz compreender o porquê de Sá Caetana impacientar-se com os prolongados banhos de Sá Amélia. Na esteira do mau-humor observado pelo narrador onisciente, vemos, portanto, uma interessante ressonância entre os banhos:

- Basta! – cortou Sá Caetana de mau humor. Estas sessões semanais de exposição da irmã na água deixam sempre nela um vago sobressalto, um difuso agastamento com *raízes* na moral e na memória de um quase afogamento. (p. 47)

Como outro exemplo de digressão e *encaixe*, temos Sá Amélia quando, ao se preparar para a visita, ela recorre à velha lata de bolachas inglesas que ficava guardada debaixo da cama, e que foi transformada em porta-joias (p. 47). É dela que Sá Amélia revisa o passado ao retirar um novo par de brincos para substituir o de “todos os dias”, além de um “colar espampanante” para receber o “ilustre visitante” (p. 47).

Num confronto de sentidos e significados, o narrador mobiliza outro *encaixe*, referindo-se às joias que

conheceram os jantares solenes do mato com chefes de posto rindo alto e cheirando ao vinho da metrópole, candeeiros a petróleo com os seus fumos acres, criados escuros de tez brilhante e barretes encarnados circulando tensos com tabuleiros nas mãos; joias que tornaram a ser arejadas nos tempos curtos mas áureos da casa do major Ernestino Ferreira, no Ibo: e que hoje voltarão a ter préstimo, embora mais modesto, o de acolher um criado disfarçado de doutor. (pp. 47-48)

A partir destes exemplos, cumpre ressaltar que o *encaixe* “é uma explicitação da propriedade mais profunda de toda narrativa”²¹¹, sendo que toda a narrativa introduzida no romance por essa estratégia configura-se como “narrativa de uma narrativa”²¹². Disso resultar as várias identidades cuja linha genealógica traçada pela obra tentaremos recompor em linhas gerais a seguir.

Os portugueses Ernestino Ferreira e Njungo Araújo tornar-se-iam maridos de Sá Amélia e Sá Caetana respectivamente. O primeiro, que chegou ao Mucojo por volta de 1907, acabaria se casando com Maméia, a despeito do amor não correspondido pela futura sogra. Tendo como princípio a máxima “cada trabalhador, cada moeda” (p. 12), Major Ernestino constituiria fortuna vendendo homens que “vinham da Angónia e mais de cima, para lá de Dedza” (p. 11) aos sul-africanos.

Njungo Araújo por sua vez chegara a Moçambique “em busca de um bocado de terra para plantar” (p. 23). Chegando ao Mucojo conheceu Ernestino Ferreira que o levaria à casa de Ana Bessa, onde conheceria Sá Caetana, sua futura esposa. No intuito de estreitar os laços familiares, major Ernestino chega a cogitar um projeto de negócio, propondo-o ao cunhado, para quem parecia “que o major se desinteressava de ver outras coisas crescer para além do seu próprio dinheiro” (p. 25).

²¹¹ TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva, p. 126.

²¹² Idem, p. 126.

Receoso da cobiça do cunhado, Araújo contentava-se em ser patrão e manter pouco criados, mais fiéis (p. 25). Assim, Araújo dividiu o espaço da Casa Grande com a sogra na Ilha do Ibo, enquanto o cunhado seguiu com Sá Amélia para o Mucojo. Para Caetana, favorável ao marido e incomodada pela distinção financeira que se estabelecera entre ela e a irmã, a recusa de Araújo representava mais uma oportunidade de se impor à Amélia que, ao contrário de Caetana, vivia acomodada ao marido “devido ao distanciamento que herdara de sua mãe Ana Bessa” (p. 25).

Os anos saltam e a vida acabaria por reunir as irmãs, submetendo Amélia aos cuidados de Caetana que tenta reintroduzir a irmã na história da vida. Ao ficar viúva Sá Amélia retorna para o Ibo, trazendo no ventre Aninhas Ferreira, sua única filha. Tomada pelos tios como filha em virtude da “preocupante instabilidade” (p. 68) que Sá Amélia demonstrava, Aninhas acabaria partindo para Portugal a mando de Caetana e Araújo, que já temiam pelo avanço da guerra. Sá Amélia sofreria, assim, mais drasticamente a degenerescência do corpo e das hierarquias velhas abaladas pelos nacionalistas.

Até aqui vemos uma parcela representativa daqueles que compõem um dos polos da tensão. O *indiano* e o *alemão* Wolf, homens que se casariam com a *mulata* Ana Bessa, filha de traficante *português*. O major Ernestino Ferreira que se estabeleceria à custa do tráfico de escravos para a África do Sul, e Njungo Araújo, vindo de Alijó para trabalhar em São Tomé e que, cansado de ser empregado, alcançaria o posto de patrão com o apoio da fortuna que a sogra possuía.

Aos colonos, por sua vez, articulam-se os colonizados, tal como Cosme Paulino, um daqueles criados que se encaixavam “na arte dos respectivos patrões” (p. 32). O avô de Cosme Paulino figura entre os primeiros de sua linhagem que viriam a servir a família de Ana Bessa. Criado e marinheiro do pai de Ana Bessa, traficante que fazia “do lucro a sua moral” (p. 33), o avô de Cosme Paulino também geraria um herdeiro para levar adiante a relação entre patrão e criado, ao mesmo tempo em que o patrão semearia Ana Bessa em uma daquelas mulheres que viviam curvadas ao chão. O pai de Cosme Paulino casar-se-ia na mesma ocasião que Ana Bessa – ela com o indiano e ele com “uma mulher do povo” (p. 34).

Enquanto o pai *servia* Ana Bessa, Cosme Paulino já *servia* Maméia, a quem viria se juntar depois de um tempo Caetaninha, para quem o criado desenvolveria “uma segunda consciência sempre tão atenta e preocupada quanto a primeira” (p. 35). Como resultado de sua dedicação, Cosme Paulino, já “quase homem” seria promovido a “criado de dentro” (p. 35), permitindo-lhe aguçar o “novo instinto” (p. 35) que se refletia no modo

como andava pelo interior da sala que ficava sob os seus cuidados, cujo chão arquitetado por “escultores anônimos” (p. 35) e já desaparecidos, era tocado pelos seus pés descalços “sem produzir qualquer som”. Num futuro próximo, Ana Bessa ofereceria o velho criado a Sá Caetana como *presente de casamento*. Para Cosme, o serviço junto ao Njungo Araújo representava um “segundo recomeço” (pp. 35-36).

Em meio ao trabalho, Cosme Paulino cuidava de alargar os herdeiros, engrossando uma linhagem de criados que aprenderiam a “arte [...] dos respectivos patrões” (p. 32). Pouco afeita a fraquezas, essa arte não permitia qualquer transgressão, tal como a praticada por Cosme Paulino, flagrado por Njungo Araújo no momento em que se lambuzava com o doce cristal restrito ao mundo dos brancos – o açúcar de uma das sacas armazenadas no depósito do patrão.

Cosme Paulino foi apanhado na penumbra do armazém lambuzando-se no açúcar que escorria da saca através de um pequeno furo que ele próprio fizera com a ajuda de um prego. Minúscula cascata dourada que lhe entrava diretamente para a boca escancarada. Como ele próprio acabou mais tarde por explicar, a ideia fora tirar apenas um par de quilos, não mais, para ferver uma aguardente. Cosme era irresistivelmente chegado à bebida, que lhe permitia ver coisas que estavam vedadas ao comum dos mortais. Mas depois, a meio da operação não resistiu àquele capricho de se sentir criança outra vez, uma pausa inexplicável, uma curta suspensão do ato, e sentou-se debaixo da saca com a boca aberta, deixando que o açúcar escorresse por ela adentro. (p. 53)

À transgressão do criado articula-se a “consciência pesada” (p. 53), ao que o autor implícito cola, ironicamente, o seu ponto de vista, como se fosse o próprio Cosme Paulino a enunciar sobre o conflito que lhe tomava.

“Só mais um pouco e ponho-me daqui para fora”. Só mais um pouco e é como se nada tivesse acontecido. Depois deixo de ser criança, torno-me adulto outra vez. Depois deixo de ser ladrão e volto a embrulhar-me na casca do velho Cosme Paulino obediente e confiável. Não se é ladrão em permanência, só por um momento, quando surge a tentação. (p. 53)

Apesar da obediência e lealdade dedicadas a Araújo, a atitude de Cosme Paulino representava uma traição que não se ajustava aos princípios do patrão, e que deveria ser corrigida principalmente para servir de lição para os demais criados.

Tremendo por todo o corpo, foi o criado arrastado para o pátio, o lugar mais público de todos, porque é publicamente que melhor se processam os corretivos, as lições e os exemplos. Pobre Cosme Paulino, que já suspeitava do que o esperava! (p. 54)

Depois de ter ordenado a dois criados “em quase tudo iguais” (p. 54) a Cosme Paulino para que dessem algumas dezenas de palmatórias nas plantas dos pés e das mãos do *traidor*, o próprio patrão daria continuidade ao castigo, obrigando o criado a engolir

todo o açúcar que restara na saca. Reforçando a aproximação do narrador à cena, como se ele estivesse no pátio, a presença do advérbio “agora” e dos verbos no presente “pragueja” e “trabalha”, sugerem a presentificação do ocorrido.

É a vez de Njungo Araújo avançar para o meio do pátio, mergulhando a sua mão grossa dentro da saca, levantando-a depois bem alto, deixando que os cristais dourados lhe escorram de entre os dedos para que o povo veja bem o que vai passar-se. Cosme Paulino não queria açúcar? Então Cosme Paulino vai ter açúcar. Não há mais pausas alongadas, não há mais silêncios teatrais. *Agora* o patrão Araújo *pragueja* alto, *trabalha* com rapidez como se o mundo estivesse a acabar mas antes disso fosse preciso que o criado Cosme comesse todo o açúcar daquela saca. Tira-o de lá com ambas as mãos, como se mexesse em terra, e enfia-o pela goela do ladrão. (p. 56)

Através do *encaixe* da história do castigo, compreendemos o porquê de Vicente recusar o açúcar oferecido por Sá Caetana quando ela lhe serve o chá por ocasião de uma das visitas do suposto médico a Sá Amélia. Como sugerido pela voz narrativa, Vicente recusava o açúcar “como que dizendo que todo o açúcar que os Paulinos tinham para comer” (p. 55) havia sido comido “naquela fatídica tarde pelo seu velho pai, Cosme Paulino” (p. 55).

Por outro lado, é preciso dizer que Vicente, um dos descendentes dos Paulinos, invertia transitoriamente a velha hierarquia, imitando o médico branco e recusando o açúcar que teria submetido seu pai a tão desumano castigo.

A despeito do castigo, Cosme Paulino continuaria ligado aos patrões, tanto que seria o responsável pela ligação entre Sá Caetana com o passado, pois mesmo com a partida da patroa para a cidade da Beira, Cosme Paulino continuaria a preservar a “Casa Grande na ilha” e a “Casa Pequena” no Mucojo. (p. 80). Para tanto, trocava cartas com Sá Caetana, o que segundo o narrador “era importante nos dois sentidos”. (p. 77) Para Sá Caetana representava a permanência de um tempo em que ela “dava ordens, era ainda a Senhora Grande exercendo o seu poder”. (p. 77) Para Cosme Paulino, tratava-se de um “privilégio” restrito a quem como ele “tinha ainda um cordão umbilical que o ligava ao exterior, e portanto ao tempo recuado”. (p. 78) Preso ainda à lógica do colonizador, Paulino continuava exercendo o que havia aprendido com o seu pai, que por sua vez havia aprendido com o “avô marinheiro, criado de traficante”. (p. 80)

A mesma estrutura de opressão e dominação que caracteriza a relação de mando e obediência que entrevemos a partir de Sá Caetana e Cosme Paulino romperia o cordão umbilical que ligava a velha senhora ao seu criado. Obstinado a cuidar do passado, Cosme não acompanhou o seu povo que se deixava guiar pelos guerrilheiros para ocupar os

espaços até então interditos pelo poder colonial, na ocasião em que os combatentes chegaram à Casa Pequena. À chegada dos guerrilheiros, seguiu-se a dos soldados portugueses que caçavam os “turras”. (p. 84) Ao identificarem a presença de Cosme Paulino, um “velho renitente que pretendia esticar o tempo e viver com as sombras” (p. 83) do que restara da fuga de seus patrões, os soldados capturam o criado, espancando-o até a morte por ele não ter formulado uma verdade capaz de satisfazer aos soldados portugueses. Na linha da voz narrativa, o ponto é que aos soldados faltava a “imaginação para se contentarem com a história verdadeira” (p. 84) do criado, a que revelava o respeito e a lealdade que ele ainda guardava pela Senhora Grande.

Motivados por essa ligação entre Cosme Paulino e Sá Caetana sob a perspectiva da formação genealógica, parece-nos sugestivo recuar no tempo e mencionar o Ibo do século XIX, período que provavelmente remonta às gerações anteriores tanto das irmãs Sá Amélia e Sá Caetana quanto de Cosme Paulino e Vicente, e que tem algo a nos dizer sobre a permanência do “ishima” (respeito) no contexto da independência.

O movimento entre o regional/local para o continental/internacional impulsionado pelo tráfico de escravos na região do Ibo provocou impactos que se fazem sentir com maior ou menor força em algumas regiões de Moçambique.

Os quintais lotados de serviçais apresentavam-se como uma continuidade do sistema escravocrata na Ilha do Ibo. Na segunda metade do século XIX, inúmeros escravos do continente eram revendidos no porto do Ibo aos franceses que os levavam para as plantações de outras ilhas do Índico. Cabe mencionar que o tráfico de escravos na costa oriental da África foi realizado pelos “árabes”, indianos e vários povos da costa, antes da chegada dos portugueses no século XV. Três séculos depois, os franceses das Ilhas Mascarenhas tinham um negócio de escravos bastante rentável com as Ilhas Quirimba e a costa de Cabo Delgado. Na época, cerca de 1600 escravos eram comprados pelos franceses nas Ilhas Quirimba. No princípio do século XIX, havia dois tipos de tráfico de escravos, um era realizado no Índico pelos suaílis, árabes e mujojo, e outro exercido pelos europeus. O comércio dos europeus tinha uma dimensão transatlântica. Mesmo com a proibição oficial do tráfico de escravos por parte de Portugal em 1842, o comércio continuou, com embarcações de Zanzibar e das Comores. O tráfico clandestino de escravos permaneceu até a segunda década do século XX, deixando heranças profundas dessa mentalidade escravista na região²¹³.

²¹³ THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Casaco que se despe pelas costas: a formação da justiça colonial e a (re)ação dos africanos no norte de Moçambique, 1894-c.1940*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012, p. 184.

Nesse sentido, não podemos ignorar as implicações das mudanças históricas impingidas às sociedades no continente africano, sobretudo quando se considera o modo como grande parte da África foi integrada aos “circuitos comerciais mundiais que a ligavam estreitamente à Europa, à América e à Ásia”²¹⁴.

Diante do exposto e motivados pelos recuos e avanços propiciados pelos *encaixes* estruturantes de *As Visitas do Dr. Valdez*, importante mencionar que a acumulação de capital em Moçambique entre 1885-1973 se constituiu como um fim em si mesmo, para o que deveria ser eliminado todo e qualquer obstáculo que se impusesse à eficiência produtiva.

Para tanto, a burguesia portuguesa marcada pelo atraso engendraria o desenvolvimento da economia em função da expansão de capitais imperialistas situados tanto fora como no interior de Moçambique. É nesse e por esse processo que se fixaria uma ordem social para a qual não somente a força física, mas também a capacidade intelectual do indivíduo deveria estar subordinada. E tal subordinação se daria não só a critérios definidos pelo capitalismo ocidental, como também pelo capitalismo sul-africano, conforme pudemos entrever através das moedas de Sá Amélia, enquanto base do subsistema da África Austral do qual Moçambique é parte integrante. Com isso, fortalecia-se a situação colonial de produção cujo eixo norteador foi o trabalho forçado e o cultivo obrigatório.

Nesse contexto, podemos dizer que as forças produtivas moçambicanas, nos termos já mencionados, foram orquestradas em favor do triunfo do capitalismo imperialista que reduziu, crescentemente, os meios de produção em meios de dominação. Dessa forma, a produção não só deixou de se constituir como meio de subsistência dos indivíduos, mas principalmente de existir enquanto elemento de uma *memória social*. Trata-se da transformação da economia de meio em fim, baseada na inserção sistemática e devastadora de critérios de mercado para a organização da produção, transformando os seres humanos em coisas.

Ao mesmo tempo em que veio para libertar Moçambique das formas de dependência instauradas pela situação colonial, o governo da Frelimo acabou por introduzir novas formas de dependência.

²¹⁴ OGOT, B. A. “A história das sociedades africanas de 1500 a 1800: conclusão”. In: OGOT, Bethwell (Editor do Volume). *História Geral da África. Volume V. África do Século XVI ao XVIII*. Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África. Unesco – São Paulo: 2010, p. 1058.

Embora reconhecendo na independência a possibilidade de dissolução total das formas de dominação fundadas pelo colonialismo, o Partido não se aprofundaria nas contradições que marcavam a burguesia moçambicana, a mesma que viria a constituir o Estado independente. Apesar da perturbação sofrida pela burguesia colonial, (ou por aqueles que aspiravam a essa classe), esta buscava saídas para conservar sua base, engajando-se, como assinalado por Bragança & Depelchin “num assalto sistemático para conquistar posições de destaque no aparelho do Estado”²¹⁵. Assim, o Estado independente que se estabeleceu dominante²¹⁶, não estaria imune a essas forças, de modo que a relação de desigualdade fundada no Estado colonial encontraria terreno fértil em uma economia que se pretendia ‘planificada’ na definição de um espaço político marcado pela ideia da dissolução, e não pela abertura de novos caminhos a partir dos quais o povo, ao invés de cooptado, fosse integrado a um processo político de luta contra as estruturas sociais de dominação colonial que continuavam a exercer sua força.

Diante do exposto, vale destacar a partir do capítulo cinco, alguns elementos através dos quais a experiência da passagem da situação colonial para a independência é transfigurada.

Ao focalizarmos o último capítulo de *As Visitas do Dr. Valdez*, importa destacar que outra característica da obra é a presença do cotidiano das personagens. Assim, além de fazer uso da variação das vozes narrativas e da técnica do encaixe, percebemos que mais do que o dado histórico propriamente dito, tão recorrente em *As Duas Sombras do Rio*, o autor recorreu à complexidade cotidiana das personagens, através da qual o leitor chega ao histórico.

Se estruturalmente é possível relacionar o avanço do chilumu relatado por Cosme Paulino quando Sá Caetana sonha receber uma carta do criado já falecido, ao avanço dos combatentes nacionalistas, também temos a articulação da “arrastada normalidade” na cidade da Beira (p. 157), ou ainda, da “oficial inanidade” que ignorava aquilo que se conspirava em silêncio (p. 160), à mudança marcada pela chegada dos combatentes do mato à cidade, “trazendo a conspiração para a luz do dia” (p. 168).

²¹⁵ BRAGANÇA, A. & DEPELCHIN, J. “Da Idealização da Frelimo à Compreensão da História de Moçambique”, *Estudos Moçambicanos* (5/6), 1986, p. 40.

²¹⁶ MACAMO, Elísio. “A maldição do Estado: anotações sobre a trivialização do político”. *Conferência de Abertura à IV Conferência Internacional do IESE*. Maputo, agosto de 2014.

A tudo isso, cumpre relacionar ainda a morte de Sá Amélia e a partida de Sá Caetana para Portugal.

O narrador nos lança para a cozinha do apartamento da Beira, onde encontramos Sá Caetana tomada por uma “vaga tristeza” (p. 151), pelo fato de ter rompido o “tênu fiozinho” (p. 151) que lhe mantinha ligada ao passado, pois já não recebia mais as cartas de Cosme Paulino. Assim, numa espécie de fuga diante da impossibilidade de continuar recebendo as cartas do criado, Sá Caetana se põe em devaneio em que imagina receber uma carta de Cosme Paulino, na qual ele se diz aflito com o avanço do chilumu²¹⁷ sobre o coqueiral do Mucojo. Cosme Paulino reconhece alguma transformação – “Sinto, porém, que algo se transformou. Ou é o coqueiral que já não respira como antes ou sou eu que não consigo tratar dele como tratava”. (p. 152)

Apesar da chuva “felizmente boa e abundante” (p. 152), de o corpo do criado estar “velho e cansado” (p. 152), o que não lhe impedia de “percorrer os corredores por entre as áleas de coqueiros” para “afugentar os miúdos que sobem lá acima a roubar cocos que não são deles” (p. 152), e de ter que se ocupar com a pesca, uma vez que o dinheiro enviado pela Senhora Grande já não lhe chegava, Cosme Paulino relata à patroa a existência de “alterações inquietantes”. (p. 154)

De fato, era o chilumu que avançava (ou o coqueiral que recuava, não sei bem), tomando conta das franjas, invadindo o capim com as suas lianas ondulantes e rápidas como cobras-mambas vivas e zangadas que subissem os troncos e atabafassem as copas, vergando tudo com o seu peso, mais e mais até que os coqueiros deixavam de poder resistir a tanta inclinação (e a senhora sabe bem quanto podem inclinar-se estes nossos coqueiros!), e tombavam com fragor, transformados em massa vegetal estranha e indefinida, já sem forma de coqueiros que antes tinham. Fugiam as cobras e os macacos atônitos, deixavam os pássaros aquele lugar em revoada. Era o chilumu – essa massa verde-escura, quase negra – avançando. (p. 155)

É interessante notar a combinação realizada pela voz narrativa, com interferência constante do autor implícito, em que se vê mais um fragmento da dimensão pessoal de Sá Caetana convergindo para o social através da superação da *história* pelo *discurso*. Com efeito, a composição se organiza a partir dessa metonímia, o chilumu, por meio da qual a condição de patroa de Sá Caetana aparece dos dois lados, o pessoal e o social, na medida em que o chilumu representa não só o fim do coqueiral do Mucojo, o que Cosme Paulino não conseguiu conter, mas o avanço da independência.

²¹⁷ Segundo o glossário da obra, por chilumu entenda-se “mato profundo, onde não há sinais de atividade humana”.

Não calcula porém, Senhora Grande, o vigor e a obstinação que o chilumu pode patentear, lançando as suas lianas como longos e vingativos braços, como hirsuto novelo de dedos indiferente a todos os meus esforços. (p. 156)

Num primeiro momento, ao avanço do chilumu o narrador encaixa a “arrastada normalidade” com que a sociedade moçambicana sempre funcionou. (p. 157) Através de uma descrição do cotidiano, a voz narrativa enfatiza o funcionamento da hierarquia social característica da situação colonial, lançando luz às figuras públicas que opinavam nos jornais e depois refugiavam-se nos clubes para jogar cartas, e também às:

crianças negras chapinhando em minúsculas lagoas de água da chuva se é depois da chuva, ou na lama quase seca se é dia de sol, com suas barrigas redondas e olhos irradiando uma alegria inventada a partir de motivo nenhum; as crianças brancas irradiando essa mesma alegria, chapinhando na praia do Clube Náutico, nas poças de água do mar; [...] o pão que os padeiros cozem de madrugada espalhando o seu cheiro bom e universal sobre a cidade, igual para toda a gente, amolecendo no chá dos pobres a sua integridade ou deixando derramar sobre as suas fatias um cacho de ovas de caviar importado; [...]. (p. 159)

Na sequência, encaixa-se a morte de Sá Amélia, revelando mais um fator responsável pela desconexão de Sá Caetana com o passado e, conseqüentemente, o fim de sua identidade como “Senhora Grande”. Como assinalado pela voz narrativa, a tensão que se vivia lá fora “de algum modo” repercutia dentro do apartamento. (p. 164) Aliás, quando Sá Amélia está morrendo na cama, Sá Caetana grita por Vicente que adivinha que era ao Dr. Valdez que a patroa chamava. Assustado, ao entrar “no quarto aos tropeções procurando dar-se ares do doutor num atabalhoadado improvisado”, (p. 165) Sá Caetana pede a Vicente que coloque as “barbas”, esquecendo que a irmã já não enxergava, ao que Sá Amélia intervém, num sussurro:

– Não faz mal. [...] Deixa-o estar que eu prefiro este Valdez novo ao chato do velho doutor. Hoje já não quero visitas, ao contrário dos outros dias. Hoje só nos quero a nós os três, juntos como se fossemos uma família. De resto, já me despedi de tudo, falta apenas despedir-me de vocês. (p. 166)

Em seguida e como quem reforça o rompimento efetivo de Sá Caetana com o passado, temos novamente a descrição da cidade, só que agora em outra chave. Nos jornais, o lugar conferido aos “notáveis” passa a ser o de “minúsculas e sarcásticas referências normalmente em perdidos cantos da quarta ou quinta páginas”, sendo que já não se podia “jogar às cartas no clube”, pois as “mesas de quatro” que pareciam tão sólidas seriam “desfeitas e desirmanadas” (p. 167) com a independência.

Note-se que a essa nova realidade, transfigurada pelo chilumu e consequente desespero de Cosme Paulino diante de sua impotência, traduzindo a sua sujeição à patroa, temos articulada a presença de um Vicente motivado pela euforia dos amigos Jeremias, Sabonete e Maria Camba Françoise, mas de todo modo ainda pressionado pelo peso na consciência das “duas patroas que tinha e o mundo que elas lhe faziam recordar. (p. 170)

Seguindo a voz narrativa, vemos Vicente em companhia dos amigos a contemplar os combatentes da Frelimo. Em virtude do que ela sugere, importante atentar à descrição dos combatentes realizada pelo narrador onisciente:

Vicente repara nos combatentes em cima dos camiões que passam roncando. São jovens como ele – uns vinte por camião – alinhados e tensos, as mãos cerradas nos canos das AK-47 que levam entre os joelhos como falos empinados. Procura, um a um, cada olhar dos vinte que tem cada camião. Fã-lo para cada camião que passa. Vieram de longe, de todos os lugares, talvez mesmo do Mucojo. Tenta reconhecer algum amigo de infância mas logo lhe parece a ideia absurda e descabida: parecem todos iguais dentro das suas fardas. O mesmo semblante, as maxilas cerradas, os pequenos olhos brilhantes, vazios e duros. Assustados.

Jovens novos, homens novos vindos do nada, sem o peso de uma história a que possam chamar sua, sem os meandros obscurecidos que as histórias privadas normalmente comportam. Leves, regressando do futuro para vir buscar os seus compatriotas. (p. 169)

Uma das questões suscitadas por essa passagem é a de que embora desprovidos de uma história própria, os soldados estavam unidos pela identidade nacional. E se focalizarmos novamente o olhar, percebemos que a sua caracterização através dos adjetivos “brilhantes”, “vazios”, “duros” e “assustados” confirma o abismo existente entre esses jovens e o ideal de uma identidade única. Tanto que na sequência, o narrador recupera a lembrança que Vicente tem de Ganda para comparar os olhares dos soldados ao do pugilista:

Aqueles olhares que desfilam, brilhantes de orgulho e de triunfo, fazem-lhe vir à memória, sem que saiba bem porquê, um outro olhar. O olhar de um sapateiro que era pugilista nas horas vagas e pena foi que não tivesse sido o contrário. Um olhar em tudo quase idêntico, só que um pouco mais amarelo e com uma ou duas diferenças sutis: o de Ganda assinalando os espectadores um a um, estes passando altivos por cima de toda a gente, montados nos seus camiões; o olhar dos combatentes inflamando a mole e fazendo-a gritar, o do pugilista incendiando cada um e fazendo-o pensar. (p. 169)

Sem perder de vista a natureza simbólica do “amarelo”, é significativo apreender o olhar em sua articulação com o discurso político e social construído em torno da ideia de nação. Nesse sentido, ao observarmos a comparação realizada pela voz narrativa do

olhar dos soldados com o de Ganda, identificamos que a identidade moçambicana, para além da ideologia adotada pela Frelimo, pode ser alinhada “aos grandes sistemas culturais que (a) precederam, e a partir dos quais el(a) surgiu, inclusive para combatê-los”²¹⁸.

Assim, dessa relação entre os *mais jovens* interessa recuperar ainda a discussão que se dá entre Vicente, Jeremias, Sabonete e Maria Camba Françoise no espaço dos terreiros da Chipangara, onde os amigos bebiam cerveja e discutiam sobre as perspectivas para o futuro. Note-se que é nesse espaço onde “meninas bailarinas [...] perfilavam-se em frente à massa escura e expectante como potras nervosas sacudindo os membros para exercitar”, e que com a independência se torna vazio, trazendo coladas às paredes frases “Viva o Homem Novo!” (p. 170), que Vicente, Jeremias, Sabonete e Maria Camba Françoise vão conjecturar sobre o que serão no futuro. (p. 104)

Jeremias não só diz que vai ser soldado, como conjectura que Sabonete vai ser juiz: “– Sim, juiz. Porque tem muito mais juízo do que nós. É um bom emprego, passeia-se de carro com motorista, decide-se a vida dos outros”. (p. 171) Questionada por Vicente, Maria Camba diz que será “uma nova mulher, deslocando-se de *Volvo* e motorista como o juiz Sabonete, fumando através de uma comprida boquilha e usando roupas novas todos os dias”. (p. 172) Na sequência, o diálogo entre os amigos vai ficando tenso, pois Vicente reage contra Jeremias pelo fato dele afirmar que Maria Camba vai continuar a ser a puta que sempre foi. (p. 172) Na tentativa de mudar o rumo da conversa, Sabonete é quem pergunta a Vicente o que ele pretende ser: “– Eu? – disse, meio constrangido. Ficava assim sempre que se sentia no centro das atenções. – Ainda não sei. Sou jovem, tenho tempo de decidir”. (p. 173) Porém, Jeremias além de não desistir, provoca Vicente ao sugerir que ele seja “soldado”, pois afirma que Vicente sendo do Norte, lugar dos “macuas” e “terroristas” (p. 173), tem grandes chances de ter futuro. Daí segue-se uma discussão entre os dois amigos, levada ao confronto efetivo quando Jeremias mistura os “dois mundos” (p. 173) de Vicente ao sugerir com sarcasmo que, recusando-se a ser soldado, Vicente continuaria “a ser criado das duas velhas mulatas. Mascarado não sei de quê, dando banho à “patroinha” e tudo o mais”. (p. 173) Inevitavelmente, Vicente e Jeremias partem para a briga. No dia seguinte, Sá Caetana se depara com o miúdo de olhos inchados e com “um corte profundo junto à boca”, (p. 176) ao que ela vai cuidar com um curativo.

²¹⁸ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 39.

Sá Caetana vence o “horror às intimidades” (p. 176) e aproveita para perguntar ao miúdo o que ele achava da “situação” (p. 176), ao que o autor implícito comenta com um “Pobre Senhora Grande, agora tão pequena!”. (p. 176) Em seguida, o narrador onisciente desfia o pensamento de Vicente, que “cozinhava a resposta” (p. 176) para a pergunta da patroa. Depois de um balanço, Vicente conclui que nem as “alegrias lhe enchiam o coração nem os ódios deixavam rasto que perdurasse”, ficando talvez apenas o ódio “à sua condição de criado [...] que vinha de trás”. (p. 177) Mas ao conjecturar diante da patroa a partida de todos os brancos, ainda que sem qualquer rancor ou propósito de castigá-la (p. 177), Sá Caetana vê em Vicente “um estranho”. (p. 177)

É possível dizer, portanto, que no último capítulo de *As Visitas do Dr. Valdez* temos o clímax da problematização da identidade. Para tanto, vemos que João Paulo Borges Coelho introduziu “partes orgânicas” da vida cotidiana que não estão “fora” da história, mas no “centro” do acontecer histórico²¹⁹, tais como a organização do trabalho e a vida privada. Assim, a sugestão do autor é a de que não se pode ignorar o cotidiano da situação colonial quando se trata de pensar o cotidiano de Moçambique independente.

Ao entrelaçar o visível e o oculto, conforme tentamos demonstrar ao relacionar o avanço do chilumu ao dos nacionalistas, e ao considerar a simbologia do olhar enquanto forma de negociação do poder, João Paulo Borges Coelho estruturou de tal forma certos acontecimentos que eles vão se sucedendo conforme uma lógica própria, colocando a identidade moçambicana em posição-chave a fim de esgarçar o modelo de identidade política defendida pela Frelimo.

²¹⁹ AGNES, Heller. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz & Terra, 2008, p. 20.

Capítulo III: Frelimo – da radicalização da luta às contradições

Ao dar início à luta em 25 de setembro de 1964, a Frelimo totalizava “250 homens treinados e equipados, que operavam em pequenas unidades de 10 a 15 homens cada uma”²²⁰. Em meados de 1965, a frente já atuava “em unidades com o tamanho de uma companhia, e em 1966 as companhias foram organizadas em batalhões”. No período de três anos o “exército da Frelimo atingira uma força de 8000 homens treinados e equipados, sem contar com as milícias populares ou os recrutas treinados que não estavam ainda armados”²²¹.

Não obstante a problemática relação com o Malawi, África do Sul e Rodésia, países fronteiriços que faziam oposição aos movimentos de independência, a ofensiva da Frelimo se daria com a guerrilha na porção norte do país, originando as chamadas “zonas libertadas”, regiões que se constituiriam como “forja para a criação de uma força política e militar que se manteria unida durante muitos anos de duro combate”²²², além de “reservatório de novos recrutas para as forças de combate”²²³.

Inicialmente havia quatro províncias alvo: Cabo Delgado e Niassa, do outro lado da fronteira da Tanzânia; Zambézia, com fronteira com o Malawi; e Tete, que tem fronteiras com o Malawi, a Zâmbia e o Zimbábue.²²⁴

De fato, “nas zonas libertadas emergia o embrião do futuro partido-estado que encabeçava o projeto nacional em Moçambique”²²⁵, projeto que se ia cimentando à medida que a luta tomava novas regiões do país. Tanto que na década de 1970, a luta se estende à porção sul do país, até a independência em 25 de junho de 1975. O problema é que para dar continuidade a esse andamento, seguiriam fazendo tábula rasa, ignorando divergências, qualificadas como manifestação do “inimigo” interno a ser combatida. Assim, a Frelimo daria continuidade ao modelo utilizado nas zonas libertadas, fazendo do Partido uma força dirigente do Estado e da sociedade, dispondo de “poderosos meios de constrangimento e enquadramento”²²⁶.

²²⁰ CHRISTIE, Iain, *Samora – Uma Biografia*, Editora Ndjira, Maputo, 1996, pp.57-58.

²²¹ Idem, pp.57-58.

²²² MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Maputo, Coleção Nosso Chão, 1995, p. 118.

²²³ Idem, p. 118.

²²⁴ Idem, Ibidem, p.23.

²²⁵ MENESES, Maria Paula, “Xiconhoca, o inimigo: narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 106, 2015, pp. 19-20.

²²⁶ M'BOKOLO, Elikia. *África Negra – História e Civilizações (Tomo II – Do século XIX aos nossos dias)*. Bahia: EDUFBA, 2011, p. 663.

Nesse sentido e parafraseando Hobsbawm (1998), pode-se dizer que tanto o movimento de libertação nacional moçambicano quanto o Estado que dele emergiu foram “tipicamente unificadores e emancipatórios, embora, no último caso, aquilo que foi alcançado tenha excedido, [...], o que era almejado”²²⁷. Como projeto impulsionador da luta pela independência, à construção do socialismo atrelou-se a construção do Estado nacional. O fato é que ao imaginar a nação moçambicana, a Frelimo foi incapaz de “mobilizar certas variantes do sentimento de vínculo coletivo já existentes”²²⁸ (“protonacionais”), permitindo-lhe alcançar uma “escala macropolítica que se ajustaria às nações e aos Estados modernos”²²⁹. Daí a utilização de determinadas estratégias com o propósito de constituir uma identidade nacional, tais como os campos de reeducação e de trabalho:

Para os campos de reeducação iriam todos aqueles que, de uma forma ou outra, traziam consigo ou em si elementos da velha ordem que se desejava eliminar – régulos (autoridades tradicionais), feiticeiros, “comprometidos” (indivíduos sobre quem pesava a suspeita de algum tipo de compromisso com a antiga ordem colonial), prostitutas; para os campos de trabalho, todos os que deveriam passar por uma ressocialização marcada pelo trabalho em grandes campos de cultivo (*machambas*): sabotadores, inimigos, vadios. Em ambos os casos, estavam previstos, e foram realizados, cursos intensivos de “marxismo-leninismo”²³⁰.

Em 1964 tem-se o início da luta armada contra Portugal, a partir das bases tanzanianas da Frelimo²³¹. No âmbito regional, outros movimentos de independência, tais como os de Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde (aos quais se juntaria depois Maláui, Zâmbia e Tanzânia), exerceriam influência sobre a Frelimo.

Ao assumir a linha de Mao Tsé-Tung conforme decisões do *II Congresso* em 1968, o balanço a que se chega é de que, a despeito da concentração de forças e da adoção de uma linha teórica:

²²⁷ HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780 – programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 196.

²²⁸ Idem, p. 63.

²²⁹ Idem, Ibidem, p. 63.

²³⁰ THOMAZ, Omar Ribeiro. “Escravos sem dono”: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2008, v. 51, nº 1, p. 180.

²³¹ HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula – visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 606. Estendendo um pouco, a historiadora ressalta que: “Até 1974 (a Frelimo) teve de enfrentar problemas que abrangiam desde algumas questões do próprio crescimento da Frente até uma cisão etnocultural em Cabo Delgado”.

além das pequenas fricções internas, das crises econômica e social e da guerra de guerrilhas, nos três primeiros anos de 1970, somou-se outra crise, entre a Igreja católica e o Estado colonial, culminando com a expulsão de ordens religiosas estrangeiras e de sacerdotes católicos. Entre 1970 e 1974 a Frelimo fugiu do local onde o exército português atacava e, chegando a Manica e Sofala, atravessou o rio Zambeze²³².

Em contrapartida, em Portugal o clima também era tenso na primeira parte da década de 1970. Além de enfrentar a guerra de guerrilhas, a opinião pública Ocidental contrapunha-se à guerra. À fragilidade dos governos provisórios do pós-25 de abril de 1974, seguiu-se a formação do Movimento das Forças Armadas (MFA), “agente político que se tornou o principal polo decisório”²³³. Tal movimento ensejou um acordo de cessar-fogo com a Frelimo em meados de julho de 1974. Diante desse quadro, entre 25 de abril até o Acordo de Lusaka²³⁴ em 7 de setembro de 1974, surgem outros movimentos contrários a centralidade frelimista no processo de representatividade política no território²³⁵.

Frente à recusa moçambicana pela transferência progressiva dos poderes do Estado português prevista pelo Acordo de Lusaka, a independência completa dar-se-ia em 25 de junho de 1975, dia do aniversário da fundação da Frelimo²³⁶. Por outro lado e como a oposição à situação colonial não era unânime, a transferência da soberania configurou-se como estopim a uma insurreição de “forças contrárias ao “processo de descolonização””²³⁷, ao que o MFA reagiria, pondo fim ao movimento. A esse quadro, soma-se a ação da África do Sul, que “incentivava ainda mais o racismo, dando suporte para que os brancos afirmassem que a independência era unilateral”²³⁸. Disso, resultou a continuidade da luta armada e a debandada de membros da Frelimo, que chegaram a se

²³² HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula – visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 608. Estendendo um pouco, a historiadora ressalta que: “Até 1974 (a Frelimo) teve de enfrentar problemas que abrangiam desde algumas questões do próprio crescimento da Frente até uma cisão etnocultural em Cabo Delgado”.

²³³ Idem, p. 607.

²³⁴ Idem, Ibidem, p. 607. Segundo Hernandez: “O acordo entre o Estado português e a Frelimo foi celebrado em Lusaka, em 7 de setembro de 1974. Seus objetivos foram claramente apresentados. Era um “acordo conducente à independência de Moçambique”, embora tenha sido proposta, em primeiro lugar, a transferência progressiva dos poderes do Estado português. A recusa dessa proposta pelos líderes moçambicanos foi decisiva para que se fizesse um acordo de independência completa, a qual deveria ser proclamada no dia do aniversário da fundação da Frelimo, isto é, em 25 de junho de 1975”.

²³⁵ Idem, Ibidem, p. 607. De acordo com Hernandez, “surgiu o Grupo Unido de Moçambique (Gumo), dissolvido em finais de junho de 1974 por sua indubitável proximidade com o governo colonial anterior. Surgiram também o Movimento Federalista de Moçambique, a Frente Independente de Convergência Ocidental (Fico), além do Movimento de Libertação de Moçambique (Molimo).

²³⁶ Idem, Ibidem, p. 607.

²³⁷ Idem, Ibidem, p. 608.

²³⁸ Idem, Ibidem, p. 608.

“auto-exilar” em “diferentes países da África, Europa ou mesmo nos Estados Unidos”²³⁹.

Além das divergências políticas, as contradições internas também fragilizaram sobremaneira o início do governo independente:

Além d(a) divergência político-ideológica, pragmaticamente, a Frelimo também tinha contradições internas de ordem racial e étnico-regionais. Racial, na medida em que era acusada de aumentar o poder político e econômico dos moçambicanos negros, à custa da riqueza produzida dos brancos. Quanto às contradições etnorregionais, compreendiam três ordens de tensão. A primeira referia-se ao fato de a estrutura dirigente do movimento ser descrita como resultado de uma aliança entre dirigentes intelectuais do sul e a população maconde do norte. Portanto, nesse sentido a Frelimo não era reconhecida como representante de todas as populações africanas de Moçambique e de seus descendentes. A segunda tensão, etnorregional, manifestava-se sobretudo entre povos maconde e macua. Já o terceiro foco dizia respeito à parte da população do centro do país com educação católica, contrária à formação escolar adquirida nas missões protestantes pelos dirigentes da Frelimo²⁴⁰.

Desse quadro de tensões, que resultou inclusive a morte de líderes da Frelimo, como Eduardo Mondlane, importante destacar o surgimento da Mozambique National Resistance (MNR) ou Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), movimento com o qual a Frelimo travaria o conflito civil, tema do romance de 2003. Articulado Rodésia do Sul, África do Sul e Estados Unidos, o conflito civil entre Frelimo e Renamo assumiu dimensão internacional, estendendo-se por 16 anos. A guerra civil cresceu e se expandiu desde 1984, responsável por rupturas sociais ou pelo aprofundamento das que já existiam. No entanto, a Renamo sequer previa um projeto de sociedade alternativo ao do Estado liderado pela Frelimo, o que limitava o movimento a combater o partido à frente do Estado. Depois de algumas tentativas a favor da paz, apenas em 4 de outubro de 1992 foi decidido o cessar-fogo em Roma, considerada território neutro²⁴¹.

Aproveitando-se do descontentamento de parte da população com relação ao processo de estruturação e instalação de uma hierarquia administrativa no campo, do que a política aldeã é o melhor exemplo, a Renamo²⁴² também absorveria as “chefias

²³⁹ HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula – visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 608.

²⁴⁰ Idem, p. 608.

²⁴¹ Idem, Ibidem, p. 609.

²⁴² MENESES, Maria Paula, “Xiconhoca, o inimigo: narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 106, 2015, pp. 9-52. Segundo Meneses, as origens da Renamo remetem aos conflitos internos da Frelimo, desde a sua fundação, pois “especialmente após o II Congresso, vários dos elementos considerados reacionários, e percebidos como aliados dos colonialistas (e por isso expurgados da Frelimo)”, seguiram para a Renamo. Fundada no final da década de 1970, esteve em conflito com a Frelimo até à assinatura dos Acordos de Paz em 1992.

tradicionais e suas respectivas populações”²⁴³ insatisfeitas com as resoluções do *II Congresso da Frelimo*.

Pelo exposto até aqui neste capítulo, é possível perceber porque quando nos voltamos ao romance de 2003 as fronteiras nos remetem a “condições sociais e políticas internas do enraizamento e do desenvolvimento”²⁴⁴ de confrontos que, ignorados por um socialismo desprovido de mecanismos políticos articulados à especificidade da existência social moçambicana, tornaram-se terreno fértil para condições de existência marcadas por rivalidades ocasionadas pelos “velhos” contrastes, produtos do capital. Nesse sentido, *As Duas Sombras do Rio* explora a “dinâmica da guerra”²⁴⁵ civil sem perder de vista as alterações profundas das estruturas sociais moçambicanas ocasionadas pela situação colonial. Dessa forma, é possível identificar no romance de 2003 referências às “antigas fronteiras coloniais”²⁴⁶ para além da geografia, e sua permanência no processo de integração almejado pelo Estado nacional de Moçambique independente.

Já em *As Visitas do Dr. Valdez*, o autor conferiu largueza às “múltiplas ancestralidades”, conforme já referimos, convidando o leitor a refletir sobre Moçambique a partir das “relações históricas e de influência”²⁴⁷, esgarçando conflitos em termos de relações sociais. Tomando os personagens entre vários planos através da memória para trazer à luz relações em perspectiva, além de explorar as estratégias políticas e ideológicas engendradas pela situação colonial, como se pode observar através da genealogia do *ishima* (respeito), João Paulo Borges Coelho não deixa de sugerir ao leitor um questionamento acerca da identidade nacional moçambicana nos termos da Frelimo.

Mais centrada no “socialismo científico” conforme modelos soviético e chinês, a ideologia oficial da Frelimo, segundo alguns autores, distanciou-se dos teóricos do

²⁴³ HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula – visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 609.

²⁴⁴ GEFFRAY, Christian. *A Causa das Armas – Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Edições Afrontamento, 1991, p. 13.

²⁴⁵ HONWANA, Alcinda Manuel (2002). *Espíritos Vivos, Tradições Modernas – Possessão de Espíritos e Reintegração Social Pós-Guerra no Sul de Moçambique*, Ed. Promedia, p. 40.

²⁴⁶ M'BOKOLO, Elikia. *África Negra – História e Civilizações (Tomo II – Do século XIX aos nossos dias)*. Bahia: EDUFBA, 2011, p. 652.

²⁴⁷ MBEMBE, Achille. “As Formas Africanas de Auto-Inscrição” In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº 1, 2001, p. 192.

“socialismo africano”, como Julius Nyerere²⁴⁸. A nosso ver, como um e outro excluía ou minimizavam os conflitos e as contradições, “em especial em termos de relações sociais”, a despeito da independência instaurou-se uma “notável linha de continuidade com a colonização”:

A questão das heranças coloniais não dizia apenas respeito às estruturas e às políticas econômicas, nem à configuração territorial dos novos países independentes: incidia também sobre a natureza do Estado e a organização dos poderes. [...] a onipotência administrativa e política do Estado, que não era contrabalançada por coisa alguma, tinha sido ainda mais agravada pelas funções econômicas e sociais que ele passava a assumir no quadro dos “planos de desenvolvimento” [...] ²⁴⁹.

Na linha de alguns estudiosos e do próprio João Paulo *historiador*, sabemos que a “grande narrativa”²⁵⁰ construída pela intelectualidade política em torno da independência centrou-se em demasia na luta contra o inimigo – o colonialismo português – de modo que toda e qualquer voz dissonante disposta a contrariar essa perspectiva foi silenciada. Assim, a narrativa oficial fez-se a partir de uma “memória política”²⁵¹ que se esperava ver transformada em “memória coletiva ou histórica”²⁵². Não só incumbida de conduzir a luta, mas também de “elaborar e enunciar o significado coletivo do combate”²⁵³ a Frelimo se empenhou na construção de um imaginário nacional que percorreu, de formas distintas, desde a luta armada até o pós-independência. Distintas porque se de início, esse imaginário se fundava na luta contra um inimigo comum, com a independência o novo Estado moçambicano imporia esse imaginário, “transcendendo as múltiplas ligações políticas e as várias lealdades socioculturais presentes”²⁵⁴. Dessa forma,

²⁴⁸ M'BOKOLO, Elikia. *África Negra – História e Civilizações (Tomo II – Do século XIX aos nossos dias)*. Bahia: EDUFBA, 2011, p. 640. Importante assinalar que, embora apoiada na “interpretação da história das sociedades africanas”, a linha teórica do “socialismo africano” também “excluía ou minimizava os conflitos e as contradições, em especial em termos de relações sociais”.

²⁴⁹ Idem, p. 655. Apesar de se referir a Gana, cuja independência foi em 1957, nos apropriamos dessa passagem pela pertinência ao contexto moçambicano, mesmo quase duas décadas depois.

²⁵⁰ COELHO, João Paulo. “Abrir a Fábula – Questões da Política do Passado em Moçambique”. Coimbra, 1 de junho de 2011, p. 4.

²⁵¹ Idem, p. 3

²⁵² Idem, Ibidem p. 3

²⁵³ GEFFRAY, Christian. *A Causa das Armas – Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Edições Afrontamento, 1991, p. 14-15.

²⁵⁴ MENESES, Maria Paula, “Xiconhoca, o inimigo: narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique”, In: Revista Crítica de Ciências Sociais, 106, 2015, pp. 9-52. Disponível em: <http://rccs.revues.org/5869>, p. 10

foram incapazes de pensar a construção da nação sem apagar ao mesmo tempo a diversidade e a heterogeneidade concretas e históricas dos grupos sociais que pretendiam unir e integrar sob o signo de uma identidade única, a cidadania moçambicana.²⁵⁵

Nesse sentido, a história oficial da luta de libertação nacional e das zonas libertadas se fincaram como elementos constitutivos da “armadura ideológica”²⁵⁶ necessária ao exercício de “força legitimadora da Frelimo e o seu cânone político depois da independência”²⁵⁷. Como já sugerimos, os romances analisados nesta dissertação são uma espécie de rasura desse “cânone político”²⁵⁸, uma vez que apresentam como motor uma memória distinta da “memória política”. Esta, vale ressaltar, foi estruturada em torno da luta de libertação contra o inimigo comum, transformando-se em legitimadora de uma “lógica de continuidade”²⁵⁹ necessária à “manutenção da unidade”²⁶⁰ nacional, tornando-se decisiva ao “desenvolvimento político nos quinze anos que se seguiram à declaração da independência, em 1975”²⁶¹.

Na contramão, *As Duas Sombras do Rio* e *As Visitas do Dr. Valdez* constituem-se de “memórias subalternas”²⁶² colocadas “deliberadamente no cenário dos conflitos atuais”²⁶³ para neles atuar. Há, nesse sentido, um deslocamento para a narrativa de identidades formadas a partir de processos “instáveis e fluídos”²⁶⁴, distinguindo-se, assim da narrativa unívoca da nação.

Isso porque a imaginação, capaz de levar ao passado quando os caminhos a ele pareciam estar fechados “é um instrumento fundamental para preencher o vazio criado pela negação da experiência”²⁶⁵.

²⁵⁵ GEFFRAY, Christian. *A Causa das Armas – Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Edições Afrontamento, 1991, p. 15.

²⁵⁶ Idem, p. 22.

²⁵⁷ BASTO, Maria-Benedita. *A guerra das escritas – literatura, nação e teoria pós-colonial em Moçambique*. Lisboa: Vendaval, 2006, p. 150

²⁵⁸ COELHO, João Paulo. “Abrir a Fábula – Questões da Política do Passado em Moçambique”. Coimbra, 1 de junho de 2011.

²⁵⁹ Idem, p. 3

²⁶⁰ Idem, Ibidem, p. 3

²⁶¹ Idem, Ibidem, p. 3

²⁶² Idem, Ibidem, p. 7.

²⁶³ SARLO, Beatriz. *Tempo Passado – Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*. Minas Gerais, Editora UFMG e Companhia das Letras, 2005, p. 60.

²⁶⁴ MENESES, Maria Paula, “Xiconhoca, o inimigo: narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique”, In: Revista Crítica de Ciências Sociais, 106, 2015, pp. 9-52. Disponível em: <http://rccs.revues.org/5869>, p. 10.

²⁶⁵ Idem, p. 11.

É através dela que o escritor moçambicano criou uma pluralidade de perspectivas, articulando o tempo histórico, psicológico e mítico, potencializando uma perspectiva crítica sobre o presente. Assim, João Paulo Borges Coelho “alimentou a fábula congelada”²⁶⁶ do discurso da nação com espaços, tempos, e lembranças que remetem a um passado partilhado pelas personagens, e carregado de experiências distintas a partir das quais vemos diversas identidades em fricção provocada pelo presente.

²⁶⁶ COELHO, João Paulo. “Abrir a Fábula – Questões da Política do Passado em Moçambique”. Coimbra, 1 de junho de 2011, p. 7.

Considerações Finais

Longe de esgotarmos o assunto, a partir da leitura de *As Duas Sombras do Rio* e *As Visitas do Dr. Valdez* procuramos decompor algumas das camadas do texto ficcional em traços distintivos a fim de refletir sobre a identidade em Moçambique no período de quase uma década (1974-1985) abarcada pelos romances, tendo como ponto de partida mais importante a relação entre *literatura* e *história*. Nesse sentido, interessou problematizar a partir dos romances a identidade política pretendida pela Frelimo, seus choques e contrastes posto que foi pautada por uma “condição nacional”²⁶⁷ transplantada do Ocidente para um terreno social atravessado por “fraturas adquiridas no tempo e materializadas também no espaço”²⁶⁸.

Vimos que ao estilizar elementos históricos, o autor mobilizou elementos externos e internos à formação de Moçambique, cuja articulação permite entrever identidades resultantes de bases variadas do poder social. São notáveis, portanto, as diversas histórias entrelaçadas ao tema central das guerras de independência e civil, e que procuramos trazer à superfície a partir de alguns elementos estruturais das narrativas, enfatizando a importância do espaço enquanto formação social e do tempo desvelado sob o compasso da memória.

Considerando as particularidades de cada obra, mas também as implicações decorrentes de uma mútua interpretação que entre elas seja possível estabelecer, identificamos continuidades entre as guerras de independência e civil e, conseqüentemente, acontecimentos que potencializaram a violência em contexto moçambicano. Ficcionalizados e inter-relacionados aos temas das guerras, tais acontecimentos conduzem a identidades variadas em processo de (trans)formação, cujo papel desempenhado tanto no nível dos romances quanto no nível da História, é fundamental. É através deles que entrevemos

²⁶⁷ Dada a multiplicidade de significados, além do termo “nacionalidade” Benedict Anderson também faz uso das designações “condição nacional” e “nacionalismo”. Segundo o autor, tais “produtos (que) se tornaram “modulares”” foram “destilados a partir de experiências caóticas e turbulentas de mais de um século de história americana e europeia”. Não se pode, portanto, ignorar esse dado ao perspectivar a condição nacional em Moçambique no período analisado nesta pesquisa. Cf. ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 198.

²⁶⁸ CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique – experiência colonial e territórios literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005, p. 82.

relações que não são simples, no entanto – relações de explorador à explorado, de dominante à dominado – , em razão da falta de unidade da sociedade colonizada e sobretudo do caráter radicalmente heterogêneo que ela anima”.²⁶⁹

Escapando de periodizações essencialmente cronológicas, posto que são fragmentárias, não iluminando, assim, o movimento orgânico dos acontecimentos históricos, restringindo-se a demarcá-los, João Paulo Borges Coelho adequou a técnica para se conseguir certos tipos de efeitos.

Nesse sentido, o romancista não pretendeu conciliar, mas expor, de modo diferente da História, questões a partir das quais é possível refletir sobre o modo como a identidade moçambicana foi concebida enquanto “reação” à situação colonial. Assim, ao captarmos as narrativas em profundidade histórica articulada ao presente das guerras de independência e civil, pareceu-nos pertinente o fato de que João Paulo Borges Coelho conseguiu focalizar a “unidade imposta pela conquista e pela administração”²⁷⁰ colonial e problematizá-la como catalisador da *nação moçambicana imaginada*, para fazer uso dos termos de Benedict Anderson. Ou seja, foi sobre esse elemento comum, a dominação engendrada pelo colonialismo, que a identidade nacional da Frelimo foi alicerçada. Observou-se, então, na linha de Anderson o alinhamento do nacionalismo frelimista mais “aos grandes sistemas culturais que o precederam”²⁷¹ do que a uma ideologia política conscientemente adotada, propriamente dita.

Longe de se configurar como uma “escrita da nação”, nos termos de uma literatura engajada, as obras analisadas nesta dissertação estão mais próximas de se constituírem como “o lugar de passagem entre um dentro e um fora” (uma vez que põe a descoberto as continuidades no bojo das rupturas), do que como “uma estratégia de delimitação de um espaço e de um tempo histórico e político”²⁷² (expondo-os de forma estanque).

²⁶⁹ BALANDIER, Georges. “Introdução: Questão Colonial Revisitada” e “A Noção de Situação Colonial”. In: Cadernos de Campo, n° 3, 1993. SP: FFLCH/USP, p. 119.

²⁷⁰ Recorremos aqui a Hobsbawm, quando o historiador identifica os “elementos comuns que tinham sido fornecidos por poder ou poderes coloniais a seus territórios” como “único caráter nacional” ao qual os “movimentos com orientação territorial de libertação” podiam se assentar. Cf.: HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780 – programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 166.

²⁷¹ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 39.

²⁷² BASTO, Maria-Benedita. *A guerra das escritas – literatura, nação e teoria pós-colonial em Moçambique*. Lisboa: Vendaval, 2006, p. 13-14.

Dessa forma, manifestado em vários níveis nos romances, podemos dizer que o tempo das narrativas se deu sob a perspectiva de que o presente é visado pela imagem do passado²⁷³.

Como uma das partes de um todo, seja por meio da memória ou pela simples motivação dos fatos, tempo e espaço articulados a variados pontos de vista nos oferecem a chave de compreensão a respeito dessa “visada”, sobretudo se seguirmos Leónidas e Vicente. É a partir deles que a dialética se cristaliza – surgem as divisões e as contradições que levaram a Frelimo do lugar da vitória para o da derrota²⁷⁴.

Vale lembrar que a análise da identidade em *As Duas Sombras do Rio* e *As Visitas do Dr. Valdez* se deu sob a perspectiva da totalidade, ou seja, procurando lançar luz a certas implicações da situação colonial enquanto “formação ideológica”²⁷⁵, não se restringindo, portanto, às práticas de acumulação e de aquisição. Por outro lado, foi imprescindível considerar a questão econômica à luz da Era dos Impérios (1875-1914), articulando o capitalismo que “está na origem da tragédia africana”²⁷⁶ à “ação política” do Imperialismo exercida como arma de dominação e de sujeição cultural, cujo impacto sobre o continente africano podemos endossar com Said, que nos diz:

Nunca existiu em toda a história um conjunto de colônias tão grande, sob domínio tão completo, com um poder tão desigual em relação às metrópoles ocidentais. [...] E na própria Europa, no final do século XIX, não havia praticamente nenhum aspecto da vida que não fosse tocado pelos fatos do império; as economias tinham afeição por mercados ultramarinos, matérias primas, mão-de-obra barata e terras imensamente rentáveis, e os sistemas de defesa e política exterior empenhavam-se cada vez mais na manutenção de vastas extensões de territórios distantes e grandes contingentes de povos subjugados. Quando as potências ocidentais não estavam mergulhadas em uma disputa acirrada e às vezes implacável por maior número de colônias – todos os impérios coloniais imitavam-se uns aos outros –, estavam se esforçando para colonizar, fazer levantamento, estudar e, naturalmente, governar os territórios sob suas jurisdições.²⁷⁷

²⁷³ BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: *Obras Escolhidas I – Magia e Técnica, Arte e Política – Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012, p.243.

²⁷⁴ BRAGANÇA, A. & DEPELCHIN, J. (1986). “Da Idealização da Frelimo à Compreensão da História de Moçambique”, *Estudos Moçambicanos* (5/6): 29-52.

²⁷⁵ SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 40.

²⁷⁶ MBEMBE, Achille. “As Formas Africanas de Auto-Inscrição” In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº 1, 2001, p. 186.

²⁷⁷ SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 37-38.

Para ampliar a compreensão do impacto de tal ação política, vale reiterar que a partir “do fim do século XII até ao fim do século XVI, a África Negra vai conhecer um desenvolvimento simultâneo de todas as suas regiões, do ponto de vista econômico, político e cultural”²⁷⁸.

Marcado por “uma fase de movimentos migratórios, de contatos e trocas mais ou menos benéficos com o exterior por intermédio dos árabes”²⁷⁹, esse período foi quebrado, dentre outros fatores, pelo tráfico de escravos alçado a principal prática econômica entre os séculos XVI e XIX.

Daí identificar certas “continuidades”, justificáveis principalmente pelo fato de o desenvolvimento econômico não ser:

uma espécie de ventríloquo com o resto da História como seu boneco. Neste sentido, mesmo o homem de negócios mais limitado à procura do lucro em, digamos, minas sul-africanas de ouro e diamantes jamais pode ser tratado exclusivamente como uma máquina de ganhar dinheiro. Ele não ficava imune aos apelos políticos, emocionais, ideológicos, patrióticos ou mesmo raciais associados de modo tão patente à expansão imperial.²⁸⁰

Assim, à ideia de “continuidades” associamos a permanência de elementos que remetem à situação colonial, pois conforme assinalado por Rita Chaves ao se voltar para Angola e Moçambique:

Alcançada pela via das armas, a independência, perseguida por tanto tempo, não conseguiu por fim a um quadro complicado de acirradas contradições. O peso das relações fundadas a partir da ocupação portuguesa se arrastou e ainda repercute no presente, seja sobre a sua realidade diária, seja sobre os bens simbólicos ali gerados e/ou que por ali circulam. [...], podemos afirmar que de tal forma os esquemas coloniais penetraram na composição sociocultural do continente que se torna difícil elaborar qualquer análise, sobre qualquer que seja o objeto, sem passar pela indagação da natureza e dos efeitos do colonialismo naquelas sociedades.²⁸¹

²⁷⁸ KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra. Volume I*. Portugal: Biblioteca Universitária, 1999, p. 163

²⁷⁹ Idem, p. 163

²⁸⁰ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios – 1875 – 1914*. SP/RJ: Paz & Terra, 2016, p. 101.

²⁸¹ CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique – experiência colonial e territórios literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005, p. 288.

Então, a propósito de focalizar tais “continuidades”, dentre as categorias utilizadas na análise das narrativas e sem perder de vista a importância da profundidade histórica articulada à história recente a qual os romances se prendem, as de “potencial de violência” e de “reverberação controlada” permitiram lançar luz, no caso da primeira, ao processo de militarização ocorrido na porção norte do país já no século XVIII-XIX, marcando o começo de uma “tradição de controle” das colônias desde o início da presença portuguesa em África.

Quanto à “reverberação controlada”, foi interessante para pensar como a memória pode ser organizada a partir do presente, pois se ela pode servir à confirmação da história oficial em torno da luta de libertação, no romance *As Visitas do Dr. Valdez* tal reverberação permitiu identificar como a memória pode ser controlada para que se mantenha um vínculo com um passado marcado pela hierarquia social engendrada pela situação colonial. Tais categorias, portanto, nos mostram que o passado pode se tornar presente sem ser igual ao presente.

Além da utilização de referências que nos auxiliassem na abordagem histórica para captar a totalidade moçambicana através das partes que surgem nos romances, quanto ao aparo teórico literário, propriamente dito, a tentativa foi de articular algumas perspectivas que, segundo Antonio Candido, não são excludentes: a literatura como forma de conhecimento; a literatura como forma de expressão; e a literatura como estrutura²⁸².

Partindo dessa concepção, a ideia foi a de analisar os romances enquanto obras representativas da literatura moçambicana que é forma de conhecimento e forma de expressão (âmbito da função), para o que se exige uma estrutura organizada de forma orgânica em que os elementos estruturais se inter-relacionam para não só dar a conhecer ao leitor uma realidade, mas para comunicar algo sobre essa realidade.

Daí a relevância atribuída às categorias narrativas espaço e o tempo, estruturas decisivas na organização das relações sociais transfiguradas nas obras. No caso de *As Duas Sombras do Rio*, podemos concluir que o espaço funciona como “fonte da ação”²⁸³. Ou seja, não se trata de um pano de fundo, porque ele não é estático e está dentro dos personagens, e é através

²⁸² CANDIDO, Antonio. “6. A literatura e a formação do homem”. In: DANTAS, Vinicius. *Textos de Intervenção*. São Paulo: Editora 34, 2002, pp. 77-92.

²⁸³ LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976, p. 67.

dele também que somos lançados para outras temporalidades. Por isso termos recorrido ao espaço enquanto “formação social”, conforme já mencionado, pois, mais do que instância formada por elementos da natureza/paisagem, o espaço é também a sociedade.

Com relação à categoria tempo, foi possível perceber que por meio das técnicas de *encadeamento* e de *encaixamento*, o autor conseguiu contrariar uma construção cronológica linear dos acontecimentos. Como procuramos mostrar, João Paulo Borges Coelho alcançou diferentes níveis de articulação de histórias dentro da história, pois considerando-se que no romance de 2003 o objetivo maior tenha sido a transfiguração do real pela metáfora, em *As Visitas do Dr. Valdez* essa articulação é mais concatenada, pois a velha hierarquia da situação colonial vai se desdobrando em narrativas. Assim, o leitor vai associando diferenças ao mesmo tempo em que vai entrelaçando uma outra ordem social, que é também diversa. A partir disso, o leitor se vê diante de uma realidade nova, que já não é mais aquela que se limita ao contexto da independência moçambicana.

Por outro lado, em *As Duas Sombras do Rio* a contaminação entre uma história e outra pareceu-nos menor, posto que há uma demarcação mais expressiva dos recuos no tempo, de modo que as histórias não se mesclam tal como em *As Visitas do Dr. Valdez*. Além disso, temos no romance de 2003 a transfiguração do real pela metáfora, sobretudo se focalizarmos a figura de Leónidas Ntsato, que se encarrega com maior força de fazer com que o leitor apreenda a articulação do contexto da guerra civil a outros contextos históricos.

Ou seja, o que se pode observar através das obras é a existência de uma base variada no processo de formação social, base esta que também se constituiu como lugar de forja de assimetrias provocadas pelo colonialismo e pela escravidão, além de ter sido decisiva na formação da Renamo, por não ter sido considerada com a devida relevância no processo que presidiu a *imaginação* da identidade nacional pela Frelimo.

Assim como outros autores que relacionam *literatura* e *história* com diferentes atitudes estéticas, João Paulo Borges Coelho introduz o tema das guerras desprendendo-se da tirania da História, pois avança no passado como quem participa de um movimento de consciência crítica em torno desse tema, o que não implica definir uma verdade.

Na contramão do nacionalismo literário, pragmático uma vez que articulado a um nacionalismo de Estado “inventado”²⁸⁴ pela Frelimo, a ficção de João Paulo não separa, reúne. Dessa forma, ao exprimir o *novo* sem perder de vista o *velho*, a escrita de *As Duas Sombras do Rio* e *As Visitas do Dr. Valdez* pode ser considerada sob a perspectiva da instabilidade, da tensão e da ambiguidade (e assimetrias), tornando possível o histórico, o político e o literário sem que para isso se reproduza mais do mesmo²⁸⁵.

²⁸⁴ Sem perder de vista a questão da identidade, importante lembrar na linha de Hobsbawm que tal nacionalismo de Estado configurou-se como “uma estratégia “de dois gumes””, pois se mobilizou alguns moçambicanos, alienou outros. Cf.: HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios – 1875 – 1914*. SP/RJ: Paz & Terra, 2016, p. 236.

²⁸⁵ BASTO, Maria-Benedita. *A guerra das escritas – literatura, nação e teoria pós-colonial em Moçambique*. Lisboa: Vendaval, 2006, p. 15.

Bibliografia

- AGNES, Heller. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz & Terra, 2008.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo – Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- BALANDIER, Georges. “Introdução: Questão Colonial Revisitada” e “A Noção de Situação Colonial”. In: *Cadernos de Campo*, nº 3, 1993. SP: FFLCH/USP.
- BASTO, Maria-Benedita. *A guerra das escritas – literatura, nação e teoria pós-colonial em Moçambique*. Lisboa: Vendaval, 2006.
- BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: *Obras Escolhidas I – Magia e Técnica, Arte e Política – Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- BOOTH, Wayne C. *A retórica da ficção*. Lisboa: Arcádia, 1980.
- BRAGANÇA, A. & DEPELCHIN, J. (1986). “Da Idealização da Frelimo à Compreensão da História de Moçambique”, *Estudos Moçambicanos* (5/6), 1986.
- BRAGANÇA, Aquino. “O marxismo de Samora”. In: *Três Continentes*. Lisboa, nº 3, setembro, 1980.
- CANDIDO, Antonio. “6. A literatura e a formação do homem”. In: DANTAS, Vinicius. *Textos de Intervenção*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- CANDIDO, Antonio. “Erico Verissimo de Trinta a Setenta”. In: CHAVES, Flávio Loureiro (Org.). *O contador de histórias – 40 anos de vida literária de Erico Verissimo*. Porto Alegre: Globo, 1972.
- CANDIDO, Antonio. *A Educação pela noite*. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2011.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos*. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2014.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.
- COELHO, João Paulo Borges. “As duas guerras de Moçambique”. In: PANTOJA, Selma. *Entre Áfricas e Brasis*. Brasília: Paralelo 15, Marco Zero, 2001.
- COELHO, João Paulo Borges. “Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colônias portuguesas”. *Lusotopie*, 2003.
- COELHO, João Paulo Borges. *As Duas Sombras do Rio*. Lisboa: Caminho, 2003.

- COELHO, João Paulo Borges. *As Visitas do Dr. Valdez*. Alfragide: Leya, SA, 2010.
- COELHO, João Paulo. “Abrir a Fábula – Questões da Política do Passado em Moçambique”. Coimbra, 1 de junho de 2011.
- COSTA, Luís Manuel Neves. “Conhecer para ocupar. Ocupar para dominar. Ocupação científica do Ultramar e Estado Novo”. *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série, vol. 3 – 2013.
- CRUZ E SILVA, Teresa. “Educação, identidade e consciência política: a missão suíça no sul do Moçambique (1930-1975)”. Lusotopie 1998.
- CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique – experiência colonial e territórios literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.
- CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- CHRISTIE, Iain, *Samora – Uma Biografia*, Editora Ndjira, Maputo, 1996.
- DIAGNE, P. “As estruturas políticas, econômicas e sociais africanas durante o período considerado”. In: OGOT, Bethwell (Editor do Volume). *História Geral da África*. Volume V. África do Século XVI ao XVIII. Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África. Unesco – São Paulo: 2010.
- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. São Paulo: Zahar, 1996.
- EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Minas Gerais: Editora UFJF, 2013.
- FORSTER, E. M. *Aspectos do Romance*. Porto Alegre: Globo, 1974.
- FRIEDMAN Norman. “O ponto de vista na ficção – o desenvolvimento de um conceito crítico”. Trad. bras. Fábio de Melo. *Revista USP*, nº 53, 2002.
- FROMM, Erich. *Conceito marxista do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- GEFFRAY, Christian. *A Causa das Armas – Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Edições Afrontamento, 1991.
- GENTILI, Anna Maria. *O Leão e o Caçador: Uma História da África Sub-saariana*. Maputo: AHM, 1998.
- HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula – visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2008.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios – 1875 – 1914*. SP/RJ: Paz & Terra, 2016.

HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780 – programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HONWANA, Alcinda Manuel (2002). *Espíritos Vivos, Tradições Modernas – Possessão de Espíritos e Reintegração Social Pós-Guerra no Sul de Moçambique*, Ed. Promedia.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra. Volume I*. Portugal: Biblioteca Universitária, 1999.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. 28.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Primeiros passos, 23).

LAZAGNA, Angela, “Michel Cahen, Moçambique: o marxismo, a nação e o Estado”, *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.25, 2007.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *O foco narrativo (ou a polêmica em torno da ilusão)*. Ática: São Paulo, 1989.

LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra – História e Civilizações* (Tomo II – Do século XIX aos nossos dias). Bahia: EDUFBA, 2011.

MACAMO, Elisio (2014). “A maldição do Estado: anotações sobre a trivialização do político”. *Conferência de Abertura à IV Conferência Internacional do IESE*. Maputo, agosto de 2014.

MACÊDO, Tani & MAQUÊA, Vera. “Imprensa e percursos literários moçambicanos”. In: *Literaturas de Língua Portuguesa – Marcos e Marcas*. FLORY, Suely Fadul Villibor & SANTILLI, Maria Aparecida (Org.) São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MBEMBE, Achille. “As Formas Africanas de Auto-Inscrição” In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº 1, 2001.

MENESES, M. P. “O Olho do Furacão? A África Austral no Contexto da Guerra Fria (Década de 70)”. In: MENESES, M. P. & MARTINS, Bruno Sena (orgs.). *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: Alianças Secretas, Mapas Imaginados*. Coimbra: Almedina, 2013.

MENESES, Maria Paula, “Xiconhoca, o inimigo: narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 106, 2015.

MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Maputo, Coleção Nosso Chão, 1995.

MUNANGA, Kabengele. “África – trinta anos de processo de independência”. *Revista USP*, nº 18, jun/jul/ago 1993.

NUNES, Benedito. *O tempo na narrativa*. Ática: São Paulo, 2000.

OGOT, B. A. “A história das sociedades africanas de 1500 a 1800: conclusão”. In: OGOT, Bethwell (Editor do Volume). *História Geral da África. Volume V. África do Século XVI ao XVIII*. Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África. Unesco – São Paulo: 2010.

OLIVEIRA, Ricardo Soares de. “A África desde o fim da Guerra Fria”. In: Relações Internacionais (RI). Este texto é o posfácio do livro de John Fage: *História da África*. Lisboa: 2010. Edições 70. Disponível em: www.scielo.oces.mates.pt

ORTIZ, Renato. *Universalismo e diversidade*. São Paulo: Boitempo, 2015.

PÉLISSIER, René. *História de Moçambique. Formação e Oposição (1858-1918)* Vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

ROANI, Gerson Luiz. *No limiar do texto – literatura e história em José Saramago*. São Paulo: Annablume, 2002.

SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SAMPAIO, Cristina. “O Zumbo: um problema de “direitos históricos” na delimitação da fronteira”. *Africana Studia*, nº 9, Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2006.

SANTOS, Milton. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Edusp, 2008.

SARAMAGO, José. *História do cerco de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado – Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*. Minas Gerais, Editora UFMG e Companhia das Letras, 2005.

SECCO, Carmen Lucia Tindó. “O corpo moçambicano cindido: história, mito e ficção em As Duas Sombras do Rio, de João Paulo Borges Coelho”. *Revista Via Atlântica*, número 16, dezembro/2009.

SERRA, Carlos (Org.). *História de Moçambique – Parte I – Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200/300 – 1885; Parte II – Agressão Imperialista, 1886-1930*. Maputo: Livraria Universitária, 2000.

THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Casaco que se despe pelas costas: a formação da justiça colonial e a (re)ação dos africanos no norte de Moçambique, 1894-c.1940*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

THOMAZ, Omar Ribeiro. “Escravos sem dono”: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2008, v. 51, nº 1, p. 180.

TODOROV, Tzvetan. “As categorias da narrativa literária”. In: *Análise estrutural da narrativa* (Vários autores). Vozes:Rio de Janeiro: 2008.

TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Paidós Ibérica: Barcelona, 2008.

TSÉ-TUNG, Mao; ZIZEK, Slavoj. *Sobre a prática e a contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

WILLIAMS, Raymond. “Base e superestrutura na teoria cultural marxista”. In: *Revista USP*, São Paulo, n. 65, março/maio 2005.

WUYTS, M. (1980). “Economia política do colonialismo português em Moçambique”. *Estudos Moçambicanos (1)*: 9-22.